

# mercado de trabalho

conjuntura e análise

ANO 15 | NOVEMBRO 2010 |

45

**MTE** MINISTÉRIO DO  
TRABALHO E EMPREGO

**ipea** 46  
anos

# mercado de trabalho

## conjuntura e análise

| novembro 2010 |

# 45

**MTE** MINISTÉRIO DO  
TRABALHO E EMPREGO

**ipea**  
Por um Brasil desenvolvido

**Governo Federal**

**Ministério do Trabalho e Emprego**

**Ministro** – Carlos Roberto Lupi

**Secretário Executivo** – André Peixoto Figueiredo Lima

**Secretaria de Assuntos Estratégicos da  
Presidência da República**

**Ministro** – Samuel Pinheiro Guimarães Neto

**ipea** Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais, possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro, e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

**Presidente**

Marcio Pochmann

**Diretor de Desenvolvimento Institucional**

Fernando Ferreira

**Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais**

Mário Lisboa Theodoro

**Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia**

José Celso Pereira Cardoso Júnior

**Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas**

João Sicsú

**Diretora de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais**

Liana Maria da Frota Carleial

**Diretor de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura**

Márcio Wohlers de Almeida

**Diretor de Estudos e Políticas Sociais**

Jorge Abrahão de Castro

**Chefe de Gabinete**

Persio Marco Antonio Davison

**Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação**

Daniel Castro

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

# mercado de trabalho conjuntura e análise

**CORPO EDITORIAL**

**Editor Responsável**

Lauro Ramos

**Membros**

Carlos Henrique Leite Corseuil

Luiz Eduardo Ruckert Parreiras

Roberto Henrique Sieczkowski Gonzalez

**Equipe de Apoio**

Hugo Homem Macedo

Jonas de Oliveira Bertucci

Katcha Poloponsky

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Ipea ou da Secretaria de Assuntos Estratégicos.

**AGRADECIMENTOS**

Ao Ministério do Trabalho e Emprego, ao IBGE, à Fundação Seade e ao Dieese por cederem os dados necessários à elaboração desta edição.

# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>5</b>
<b>ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO</b>	<b>7</b>
<b>NOTAS TÉCNICAS</b>	<b>15</b>
<b>UM PANORAMA DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO EM 2009</b>	<b>17</b>
Carlos Henrique Leite Corseuil Lauro Ramos Felipe V. de S. Araújo Katcha Poloponsky	
<b>TAXA DE PARTICIPAÇÃO NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA EVOLUÇÃO NO PERÍODO 2001-2009</b>	<b>29</b>
Maurício Cortez Reis	
<b>A DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS DO TRABALHO E A QUEDA DA DESIGUALDADE DE 1995 A 2009</b>	<b>35</b>
Sergei Soares	
<b>ECONOMIA SOLIDÁRIA E POLITICAS PÚBLICAS</b>	<b>41</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>43</b>
<b>O PROGRAMA TRABALHO AUTOGESTIONADO DA ARGENTINA</b>	<b>45</b>
Franca Venturi	
<b><i>EMPREENHIMENTOS AUTOGESTIONÁRIOS PROVENIENTES DE MASSAS FALIDAS – UMA RESENHA</i></b>	<b>51</b>
Jonas Bertucci	
<b>ANEXO ESTATÍSTICO</b>	<b>55</b>

# APRESENTAÇÃO

Os recém-divulgados dados da Pesquisa Mensal do Emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PME/IBGE) referentes ao mês de outubro confirmam a boa fase do mercado de trabalho metropolitano brasileiro destacada na análise que segue esta apresentação. Entre os fatos que despertam mais atenção vale mencionar: *i*) as taxas de desemprego e de informalidade alcançaram no mês de outubro os valores mais baixos dos últimos anos (6,1% e 36,6%, respectivamente), tal como havia acontecido em setembro; e *ii*) de maneira similar, a média dos rendimentos reais registrou em outubro o valor mais alto da série, também como havia ocorrido em setembro.

Além da tradicional análise do comportamento do mercado de trabalho metropolitano, com base até o mês de setembro, obtido pela PME, pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego (CAGED/MTE), e pela Pesquisa de Emprego e Desemprego do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (PED/Dieese), este número de *Mercado de Trabalho: conjuntura e análise* procura explorar em detalhes os resultados para 2009 recentemente disponibilizados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, a PNAD, também do IBGE. Para tanto, integram este volume três notas técnicas, de autoria de pesquisadores do Ipea e colaboradores. Inicia este conjunto uma nota que mostra uma visão mais geral do desempenho do mercado de trabalho, tratando da evolução de seus principais indicadores, tais como desemprego, informalidade e rendimentos, tendo como foco seu comportamento entre 2008 e 2009. A segunda nota objetiva descrever o comportamento da taxa de participação no Brasil entre 2001 e 2009, enfatizando as diferenças entre subgrupos populacionais definidos a partir das seguintes características individuais: gênero, escolaridade, idade e residência em áreas urbanas ou rurais. A última nota deste conjunto vem documentar a evolução da distribuição de renda nos últimos 15 anos, mostrando a queda da desigualdade da renda domiciliar *per capita* medida pelo coeficiente de Gini, com ênfase nos rendimentos do trabalho.

Por fim, compõem a seção dedicada ao tema economia solidária deste volume dois textos: o primeiro traz um panorama das empresas oriundas de processos falimentares recuperadas por trabalhadores na Argentina, enquanto o segundo tenta elencar os principais desafios destas empresas autogestionárias no caso brasileiro.

# **ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO**

# ANÁLISE DO MERCADO DE TRABALHO

Neste texto, pretende-se apresentar sucintamente um panorama conjuntural do mercado de trabalho brasileiro durante o terceiro trimestre (julho a setembro) de 2010, tomando-se como base os principais indicadores da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).<sup>1</sup> Objetivando-se balizar a evolução dos indicadores sem interferências de questões sazonais, será realizada uma comparação com o passado recente, em particular com o terceiro trimestre de 2009.

Ao se analisarem os dados referentes ao mercado de trabalho metropolitano brasileiro no terceiro trimestre de 2010, é possível confirmar uma boa *performance*, dando continuidade ao processo já destacado no mais recente *Boletim do Mercado de Trabalho: conjuntura e análise* (o de nº 44): diminuição da taxa de desemprego e da informalidade, e aumento do ritmo de crescimento da ocupação e dos rendimentos reais em comparação com o mesmo trimestre de 2009. Estes indicadores alcançam em setembro de 2010 as melhores marcas dos últimos anos, destacando-se o valor de 6,2% registrado para a taxa de desemprego.

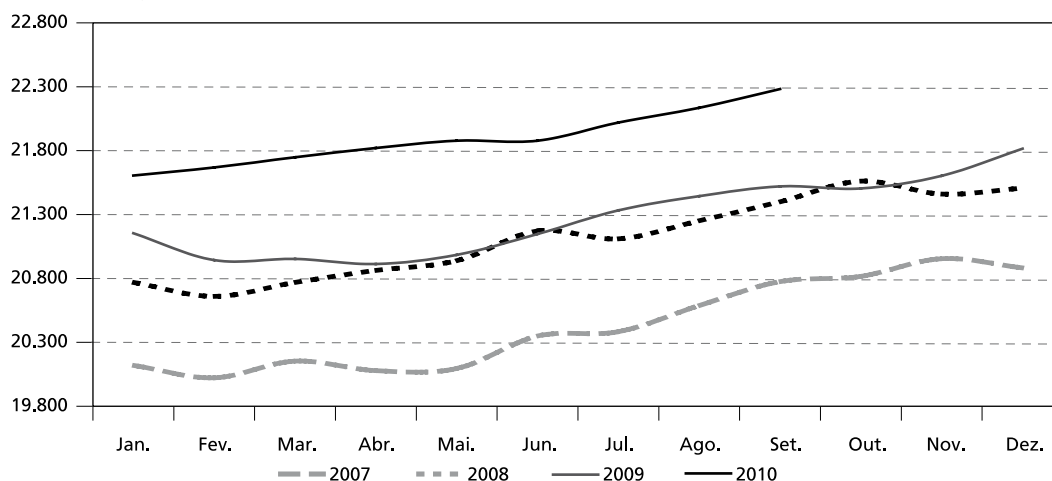
O nível de ocupação no terceiro trimestre continua registrando variações positivas, conforme se pode observar no gráfico 1. De fato, a média da população ocupada no intervalo de tempo em foco foi de aproximadamente 22,1 milhões, representando um crescimento de 3,3% frente ao mesmo período de 2009. Vale notar que houve uma aceleração do ritmo de criação dos postos de trabalho ao longo do terceiro trimestre de 2010, verificando-se um acréscimo de 1,3% em relação ao trimestre imediatamente anterior.

Na comparação entre os meses de julho a setembro de 2010 e os mesmos meses de 2009, conclui-se que o desempenho da ocupação foi positivo em todas as regiões metropolitanas (RMs), sendo Recife o destaque, com aumento de 9,0% neste indicador,<sup>2</sup> seguindo-se Belo Horizonte, que registrou variação de 4,8%.

1. Também se fará uso dos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

2. As demais regiões apresentaram o seguinte desempenho: Porto Alegre, 3,6%; Salvador, 3,4%; Rio de Janeiro, 2,8%; e São Paulo, 2,4%.

GRÁFICO 1  
**População ocupada**  
 (Em 1 mil pessoas)



Fonte: PME/IBGE.

No que diz respeito à distribuição setorial da população ocupada, o confronto entre os valores do terceiro trimestre de 2010 e os de 2009 revela que quase todos os setores de atividade apresentaram incremento, com destaque para *outras atividades*<sup>3</sup> (8,0%), *outros serviços*<sup>4</sup> (7,7%), *administração pública*<sup>5</sup> (5,1%) e *indústria*<sup>6</sup> (4,5%). Na outra ponta, os serviços domésticos registram a única diminuição no número de trabalhadores (-5,7%).<sup>7</sup> Analisando-se os dados ao longo do terceiro trimestre de 2010, cabe destacar o resultado da indústria, que passa a apresentar diminuição do número de ocupados (-0,8%). No entanto, a maioria dos setores seguiram a tendência de crescimento, com destaque para *outras atividades*, agrupamento que ostentou variação positiva de 7,9%.

Quanto ao Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a análise ao longo do terceiro trimestre de 2010 mostra divergências consideráveis em relação à PME, sobretudo para a indústria e o comércio, visto que nesta pesquisa estes setores sofreram piora no período mencionado, enquanto no CAGED o saldo é positivo.<sup>8</sup> A divergência pode resultar da combinação de dois processos: *i*) aumento da formalização, o que faz com que a geração de emprego verificada no CAGED seja em parte devida à maior regularização das contratações em 2010, em contraste com o aumento das contratações não registradas no segundo semestre do ano de 2009; e *ii*) concentração da geração dos empregos industriais fora das áreas metropolitanas cobertas pela PME.

A taxa de atividade<sup>9</sup> ao longo do terceiro trimestre de 2010 manteve relativa estabilidade, apresentando uma média de 57,2%, índice ligeiramente superior à média registrada no mesmo período do ano anterior, de aproximadamente 56,8%. O gráfico 2 ilustra a evolução desta taxa ao longo dos anos de 2007 a 2010.

3. Essa categoria abrange as atividades de agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal; pesca; organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais; e atividades mal especificadas.

4. Esse agrupamento abrange as atividades de alojamento e alimentação; transporte, armazenagem e comunicação; e outros serviços coletivos, sociais e pessoais.

5. Esse grupo inclui, além da administração pública, educação, saúde, serviços sociais, defesa e seguridade social.

6. Nesse grupamento estão inseridas as atividades de indústria de transformação, e produção e distribuição de eletricidade, gás e água.

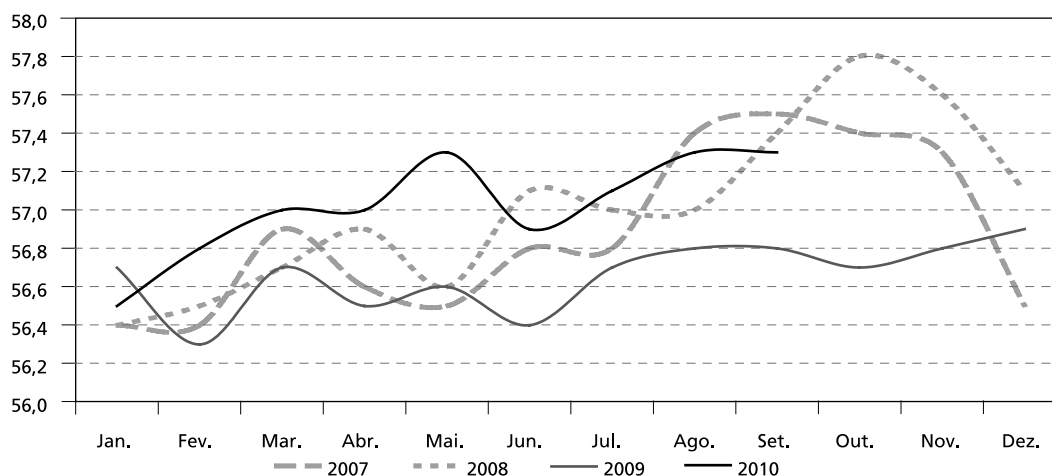
7. Completam o quadro os setores de construção civil, intermediação financeira e comércio, que registraram crescimento de 4,1%, 3,0% e 0,5%, respectivamente, na população ocupada.

8. Vale lembrar que há divergências na cobertura amostral entre essas duas fontes de dados.

9. Porcentagem de pessoas economicamente ativas, em relação às pessoas em idade ativa.



GRÁFICO 2  
Taxa de atividade  
(Em %)

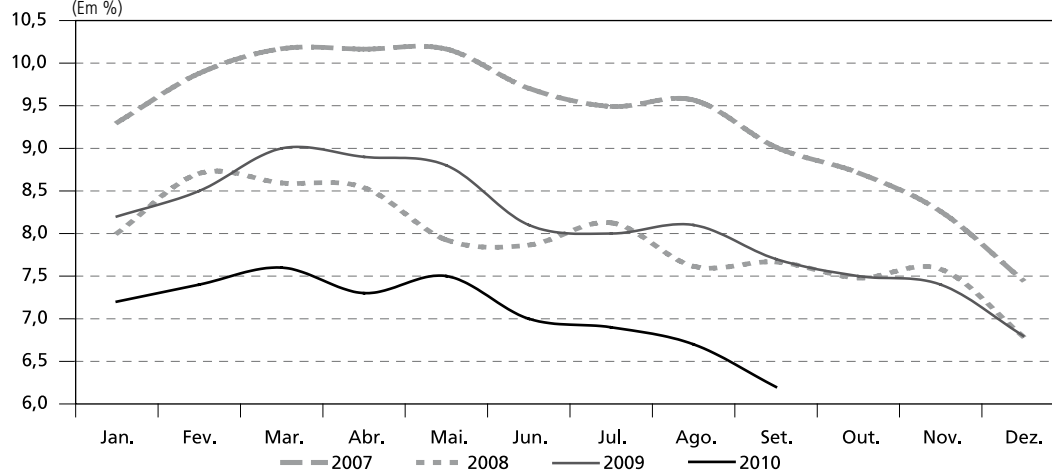


Fonte: PME/IBGE.

No que concerne ao desemprego, o gráfico 3 mostra a evolução das respectivas taxas, nos últimos quatro anos, para o agregado das seis RMs. A taxa de desemprego registrou uma média de 6,6%, ficando 1,3 ponto percentual (p.p.) abaixo do verificado para o terceiro trimestre de 2009. Vale destacar que esta taxa vem caindo constantemente desde junho, registrando 6,2% em setembro, a menor da nova série da PME. Pelo fato de a taxa de participação ter permanecido constante neste mês, a queda no desemprego pode ser creditada a um bom desempenho no nível de ocupação.

Em termos regionais, há queda na média trimestral (julho-setembro) em quase todas as RMs entre 2009 e 2010, verificando-se em São Paulo a maior diferença (- 2,1 p.p.). Salvador foi a única região metropolitana (RM) que apresentou uma ligeira elevação na taxa média (0,2 p.p.). Há também uma evolução favorável da taxa de desemprego para todos os segmentos nos demais recortes, como faixas etárias, gênero, grau de instrução e posição na família.<sup>10</sup>

GRÁFICO 3  
Taxa de desocupação  
(Em %)

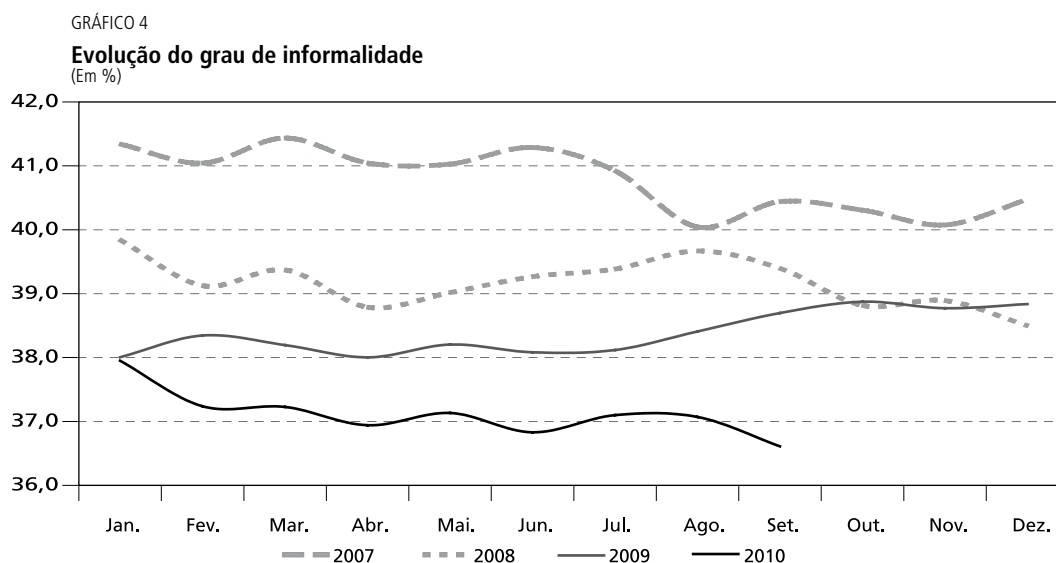


Fonte: PME/IBGE.

10. Ver anexo estatístico.

Ao se considerarem as taxas de desemprego aberto apuradas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), é possível constatar que a tendência de queda da taxa de desocupação é corroborada também por este levantamento. As taxas de desemprego oculto tiveram variações negativas na comparação entre setembro de 2009 e setembro de 2010 em todas as áreas pesquisadas, o que sugere que o incremento da ocupação também está beneficiando os grupos com maior dificuldade de acesso ao mercado de trabalho. Em consequência, a taxa de desemprego total metropolitana<sup>11</sup> atingiu 11,4%, 3 p.p. abaixo do mês de setembro de 2009.

Outro aspecto que merece acompanhamento diz respeito às formas de inserção da população no mercado de trabalho. Quanto ao grau de informalidade,<sup>12</sup> constata-se que a média dos últimos três meses, 36,9%, aponta uma queda de 1,5 p.p. frente aos meses correspondentes do ano de 2009, como pode ser visualizado no gráfico 4. A trajetória dos trabalhadores assalariados ajuda a compreender esta queda. Por um lado o ritmo de crescimento, entre trimestres, do número de empregados com carteira assinada foi de 6,7%, e o de militares e estatutários, 2,0%; por outro, a quantidade de assalariados sem carteira assinada teve uma redução de 1,6%. Ressalte-se no entanto que, considerando-se apenas a evolução de julho a setembro de 2010, a trajetória dos assalariados protegidos por algum tipo de legislação trabalhista foi bem distinta da variação em 12 meses: os militares e estatutários se destacaram, apresentando um incremento de 3,5 p.p., enquanto os trabalhadores com carteira assinada aumentaram o seu contingente em 1,8 p.p., o que configura uma desaceleração em relação ao ritmo supramencionado. O quadro também muda um pouco para os assalariados sem carteira assinada, que passam a apresentar crescimento, ainda que modesto (de 0,4 p.p.).



Fonte: PME/IBGE.

O rendimento médio real habitualmente recebido registrou um ganho médio de 5,6% no terceiro trimestre de 2010 em comparação ao mesmo período de 2009, ficando em torno

11. A PED cobre as mesmas regiões metropolitanas da PME, com exceção do Rio de Janeiro, e inclui a área do Distrito Federal e entorno, não coberta pela PME. As estimativas, incluindo a taxa de desemprego, são referentes à média trimestral móvel, por isso o mês de setembro corresponde ao terceiro trimestre da PME. A taxa de desemprego total é a soma das taxas de desemprego aberto e oculto.

12. O grau de informalidade utilizado é definido como a razão entre a soma de trabalhadores sem carteira, por conta própria e não remunerados sobre o total de ocupados.

de R\$ 1.480,00, e registrando em setembro o maior valor desde o início da pesquisa em 2002 – R\$ 1.499,00. Pela leitura do gráfico 5, é possível notar também que o rendimento real teve um ritmo de crescimento maior no terceiro trimestre de 2010, quando foi registrado um ganho de aproximadamente R\$ 39,00 (ou 2,7%).

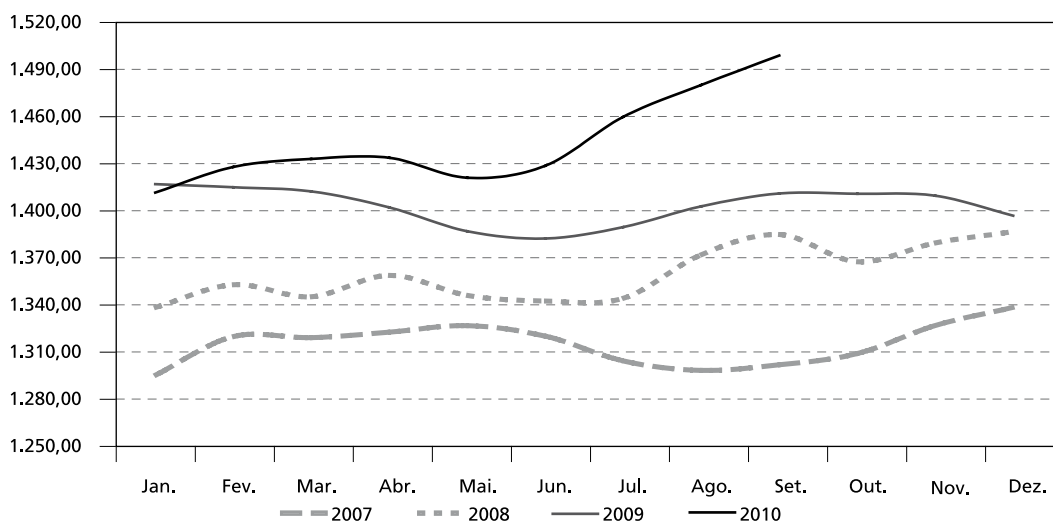
A elevação dos rendimentos no intervalo de um ano foi registrada para todos os grupos por posição na ocupação. Vale notar que, entre julho e setembro de 2009 e igual período de 2010, os rendimentos dos trabalhadores do setor público cresceram 4,4%, e os dos trabalhadores por conta própria, 3,4%. A variação do rendimento entre os assalariados do setor privado superou os resultados comentados anteriormente para os demais grupos, registrando-se expansão de 4,9%. A desagregação dos rendimentos deste grupo mostra que os trabalhadores sem carteira assinada tiveram aumento de 12,2%, bem superior à variação de 3 % dos empregados com carteira assinada.

Ao longo do terceiro trimestre de 2010, o comportamento do rendimento para os grupos analisados se inverte. Os trabalhadores por conta própria passam a apresentar a maior variação positiva, com 3,4%, seguidos pelos trabalhadores do setor público, 2,5%, e os assalariados do setor privado, para os quais se registra a menor taxa de crescimento, 1,0%. No setor privado também se percebe uma inversão de ordem entre os dois subgrupos que o compõem. Enquanto os trabalhadores com carteira assinada apresentam um acréscimo de 1,5 p.p nos seus rendimentos ao longo do terceiro trimestre de 2010, os empregados sem carteira assinada registram um decréscimo de 1,7 p.p. no mesmo período. Uma possível explicação é a mudança de composição nos dois grupos: enquanto nos trimestres precedentes a formalização do emprego puxava a média dos empregados com carteira para baixo (pressupondo-se que os novos contratados entravam na base da distribuição salarial), no terceiro trimestre de 2010 o pequeno aumento dos empregos sem carteira pode ter ocorrido sob a forma de empregos precários e mal remunerados.

No plano regional, a RM de Salvador registrou perda nos rendimentos (-1,5%) entre os trimestres (julho-setembro) de 2010 e 2009, ao passo que as demais RMs mantiveram variações positivas, com destaque para Porto Alegre, que apresentou um aumento de 5,4 p.p. no período analisado.

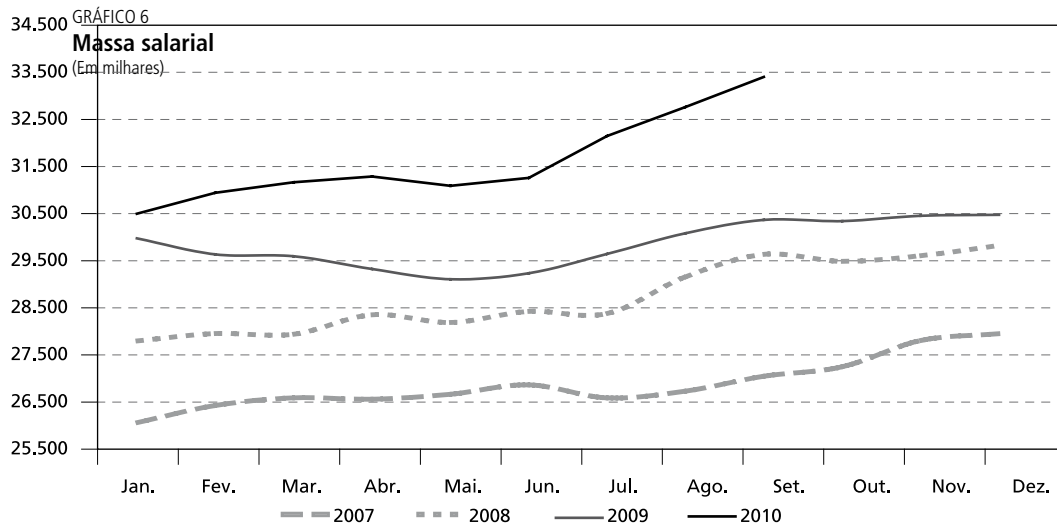
GRÁFICO 5

**Rendimento médio habitualmente recebido no trabalho principal**  
(Em R\$)



Fonte: PME/IBGE.

A evolução da massa salarial do trabalho pode ser observada no gráfico 6. Pode-se notar que este indicador vem apresentando uma tendência de incremento maior no terceiro trimestre de 2010 (4%), se comparado aos meses anteriores de 2010. Tal retomada reflete tanto o crescimento dos rendimentos quanto da população nos três últimos meses.



Fonte: PME/IBGE.

Os indicadores analisados apontam um ótimo desempenho do mercado de trabalho brasileiro no terceiro trimestre de 2010, quando comparado aos desempenhos registrados tanto no mesmo trimestre de 2009 como no segundo trimestre de 2010. Muitos indicadores mostram comportamento similar ao assinalado no período anterior à crise iniciada no último trimestre de 2008, reconhecidamente um período de desempenho extremamente favorável para a economia brasileira. Quanto à continuidade deste cenário positivo, convém atentar para dois fatos concernentes à evolução de alguns indicadores ao longo do terceiro trimestre de 2010.

Em primeiro lugar, a diminuição na população ocupada na indústria causa preocupação pelos efeitos de encadeamento deste setor. Em segundo, cabe mencionar a predominância do setor público como principal responsável tanto no acréscimo da população ocupada quanto do rendimento médio, ainda que os números para o setor privado não possam ser considerados ruins. Embora a geração de emprego no setor público ou nos setores não industriais não seja um problema em si, a manutenção de uma trajetória de crescimento sustentável requer que, em alguma medida, este seja acompanhado para abertura de novos postos de trabalho e pelo aumento de salários na indústria e no setor privado em geral, responsáveis pela maior parte das ocupações.

# NOTAS TÉCNICAS

## **UM PANORAMA DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO EM 2009**

Carlos Henrique Leite Corseuil

Lauro Ramos

Felipe V. de S. Araújo

Katcha Poloponsky

## **TAXA DE PARTICIPAÇÃO NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA EVOLUÇÃO NO**

**PERÍODO 2001-2009**

Maurício Cortez Reis

## **A DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS DO TRABALHO E A QUEDA DA DESIGUALDADE DE 1995 A 2009**

Sergei Soares

# UM PANORAMA DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO EM 2009\*

Carlos Henrique Leite Corseuil\*\*

Lauro Ramos\*\*

Felipe V. de S. Araújo\*\*\*

Katcha Poloponsky\*\*\*

Este texto tem por objetivo avaliar o comportamento do mercado de trabalho brasileiro em 2009, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE), procurando referenciá-lo no contexto de seu desempenho ao longo da década.<sup>1</sup> Cabe esclarecer que, ao se privilegiarem as formas de inserção mais concretas no mercado, as definições de ocupação e desocupação são ligeiramente diferentes das adotadas pelo IBGE.<sup>2</sup>

A análise dos resultados obtidos para o ano de 2009 deve ser contextualizada a partir do cenário macroeconômico de recuperação após a crise financeira internacional de 2008-2009.<sup>3</sup> Tomando-se o conjunto de indicadores analisados, percebe-se que alguns destes – como o rendimento médio de todos os trabalhos e o nível de emprego formal – mantiveram positiva a trajetória de crescimento. No entanto, a taxa de desemprego aumentou, e o crescimento do número total de ocupados foi o mais baixo da década, inclusive sendo negativo em alguns setores, como indústria e transportes. De modo geral, os resultados obtidos em 2009, apesar de melhores do que chegou a ser temido no início da crise, refletem as dificuldades da economia naquele ano.

A população em idade ativa (PIA), em 2009, chegou a 160,4 milhões de pessoas. Deste total, 59,5% (95,4 milhões) faziam parte da população economicamente ativa (PEA), ou seja, estavam inseridos no mercado de trabalho, somando-se 87 milhões ocupados e 8,6 milhões desempregados. Ao compararem-se os dados de 2009 com os de 2008, pode-se

\* Os autores gostariam de agradecer a contribuição de Marcelo Pessoa da Silva.

\*\* Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

\*\*\* Pesquisador-Bolsista do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) no Ipea.

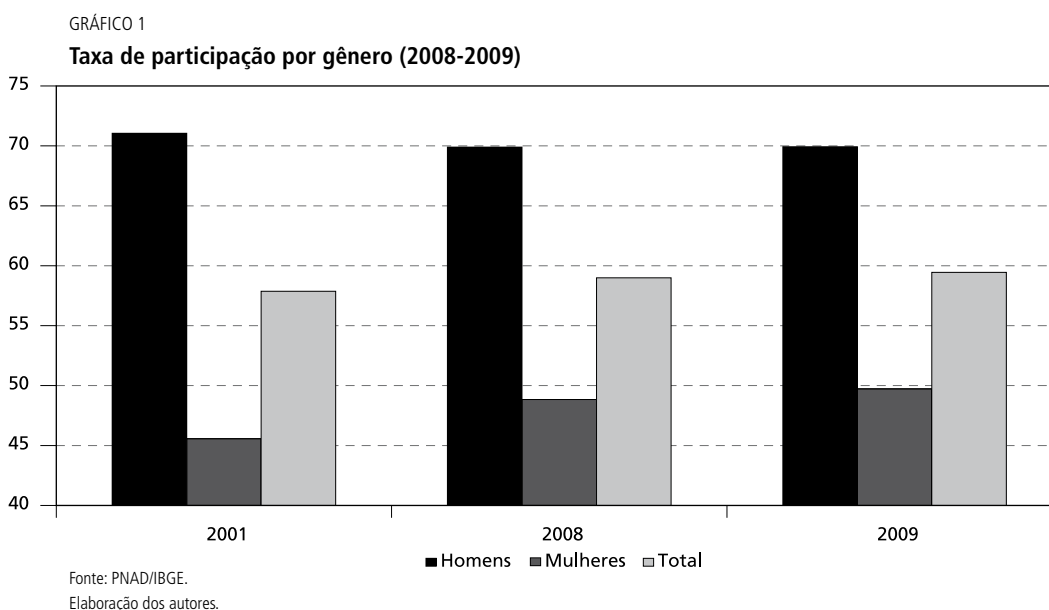
1 . Para possibilitar a comparação das edições da PNAD ao longo do tempo, foi preciso harmonizá-las, retirando-se da análise as regiões rurais do Norte do país, a partir de 2004.

2. Neste texto, são classificados como *ocupados* na semana de referência os indivíduos que nela exerceram trabalho remunerado, os que exerceram trabalho não remunerado nesta semana durante pelo menos 15 horas, e, ainda, os que possuíam trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastados. Não são considerados *ocupados* os indivíduos que exerceram trabalho para o próprio consumo ou realizaram construção própria na semana de referência. São classificados como *desocupados* na semana de referência os indivíduos que não trabalharam, mas procuraram trabalho. Também foram considerados os indivíduos que exerceram trabalho não remunerado na semana de referência e trabalharam menos de 15 horas, mas procuraram trabalho na mesma semana; e os que exerceram trabalho para o próprio consumo ou construção própria na semana de referência, mas procuraram trabalho na mesma semana.

3. Vale lembrar que a PNAD fornece informações referentes ao mês de setembro.

observar que a PIA teve uma variação de 1,4% (2,23 milhões de pessoas acima de 10 anos de idade), enquanto a PEA variou 2,2% (2,06 milhões). Na comparação entre 2001 e 2009, a PIA teve um aumento de 15,5%, e a PEA cresceu 18,6%, o que representa uma variação de 21,4 e 14,9 milhões de pessoas respectivamente.

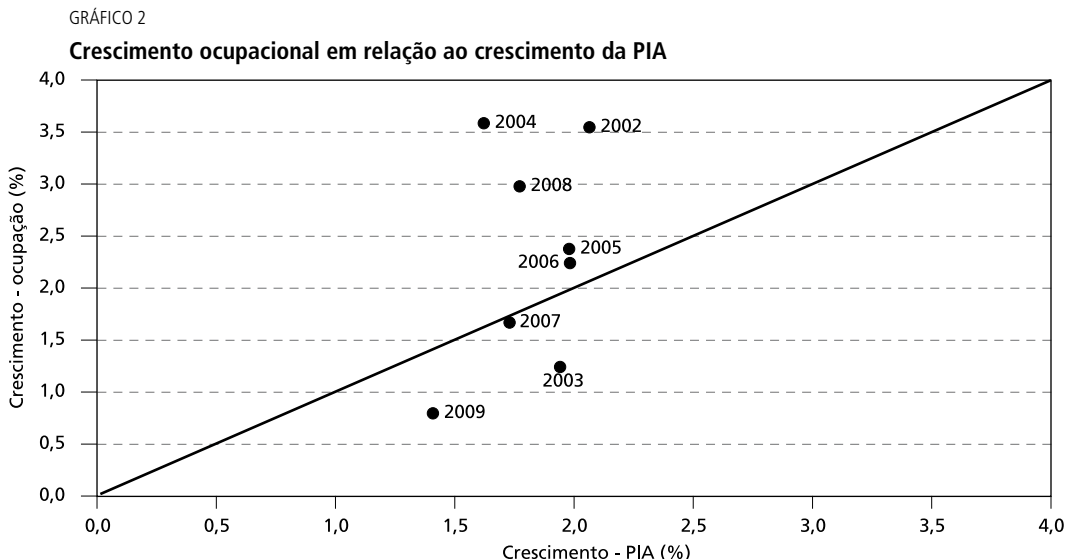
Essas diferenças na evolução da PEA e da PIA determinam a evolução da taxa de participação – razão entre a PEA e a PIA. O gráfico 1 permite constatar que o comportamento das mulheres tem sido determinante para as variações relatadas. Em primeiro lugar, nota-se que a taxa de participação agregada teve um aumento em relação a 2008 de 0,5 ponto percentual (p.p.), que se deve exclusivamente à maior participação feminina na PEA, passando de 48,8% para 49,7% em 2009. Por sua vez, a participação masculina se manteve constante (69,9%) nos dois últimos anos. Em segundo lugar, nota-se um quadro análogo, e ainda mais nítido, quando se faz a comparação com 2001. A taxa de participação agregada cresce 1,6 p.p. entre 2001 e 2009; neste período, a taxa de participação diminui 1,2 p.p. para os homens e sobe 4,1 p.p. para as mulheres.



A população ocupada em 2009 aumentou em 680 mil pessoas em relação a 2008, alcançando cerca de 86,7 milhões de pessoas, o que representa uma variação de 0,8%. Este crescimento não foi tão expressivo se comparado ao observado nos anos anteriores. Os anos de 2005 a 2008 apresentaram aumento superior a 1 milhão de pessoas ocupadas por ano, com destaque para 2008, com cerca de 2,5 milhões de pessoas. Esta diminuição brusca do ritmo de crescimento da população ocupada parece ser reflexo da crise financeira de 2008-2009.

O gráfico 2 apresenta uma comparação entre as taxas de crescimento do nível de ocupação e da população em idade ativa.<sup>4</sup> Frise-se que, em 2009: *i*) foi registrada a menor taxa de crescimento da década para a população ocupada; e *ii*) a expansão dos postos de trabalho foi inferior ao crescimento da PIA, fenômeno que também ocorreu em outros dois anos (2003 e 2007) dessa década. No período como um todo, a variação da ocupação total foi de 19,9%, correspondente a uma taxa média de 2,3% ao ano (a.a.).

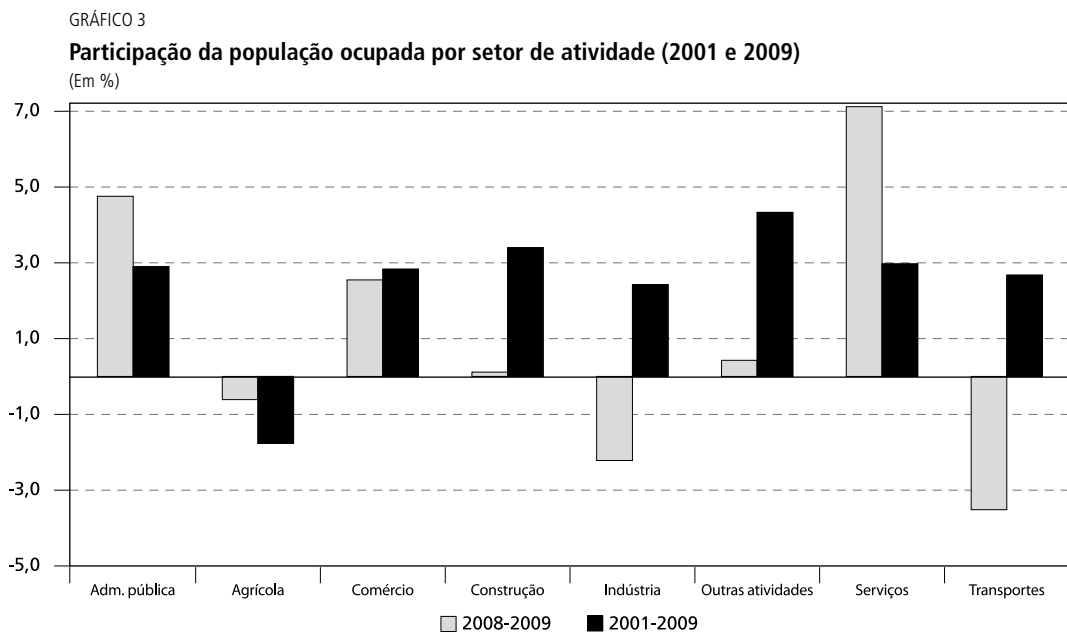
4. Esse crescimento é ditado pelo padrão demográfico. As pequenas variações observadas devem-se ao caráter amostral da pesquisa.



Fonte: PNAD/IBGE.  
 Elaboração dos autores.

A participação dos trabalhadores de cada setor no total de ocupados em 2001, 2008 e 2009 pode ser examinada no gráfico 3. Na comparação entre 2008 e 2009, verificou-se um decréscimo da população ocupada nos setores de transporte (-3,5%), indústria (-2,2%) e agricultura (-0,6%). Os demais setores apresentaram crescimento, com destaque para serviços (7,1%), administração pública (4,8%) e comércio (2,5%).

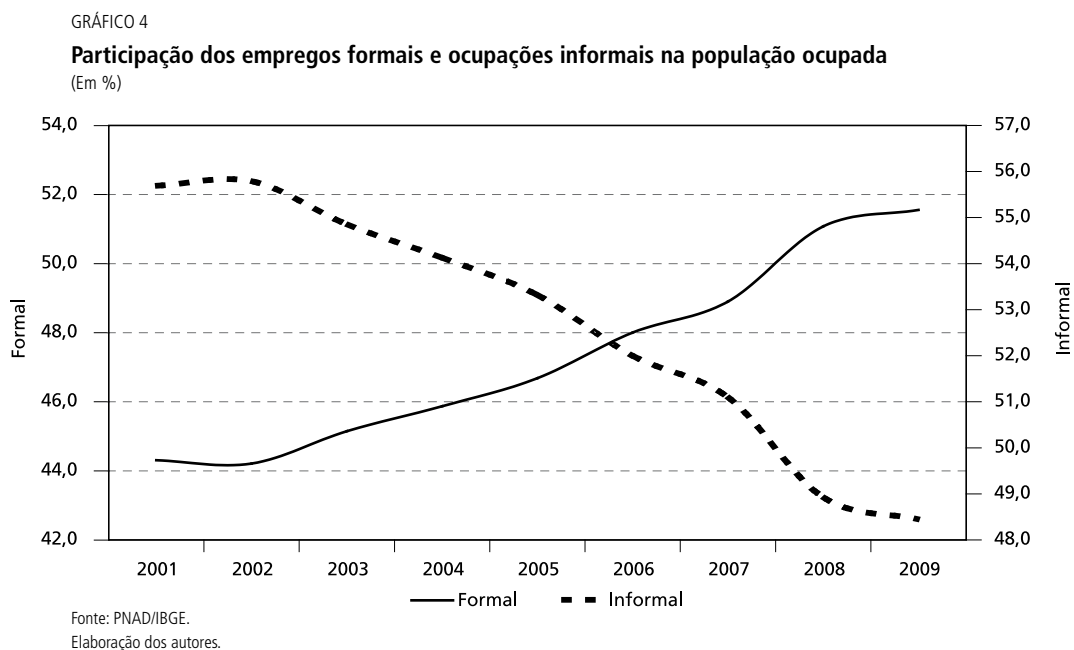
Realizando-se o confronto entre valores de 2009 e 2001, observa-se que praticamente todos os setores de atividade considerados elevaram o seu nível de ocupação, à exceção do setor agrícola, o único a apresentar desempenho negativo (-1,8%). Os demais setores registraram taxa de crescimento médio superior à do total de ocupados (2,3%), especialmente *outras atividades* (4,3%), *construção* (3,4%), *serviços* (3%) e *administração pública* (2,9%).



Fonte: PNAD/IBGE.  
 Elaboração dos autores.



Ao se examinar a evolução da ocupação entre 2008 e 2009, chama atenção o fato de que, em um contexto de crescimento relativamente pequeno da população ocupada, a variação absoluta nos postos de trabalho considerados protegidos (764 mil)<sup>5</sup> foi superior à variação do total de ocupados (680 mil). Isto contribuiu para a queda ainda maior no grau de informalidade,<sup>6</sup> que em 2009 ficou em 48,45%, o menor nível da década. A população ocupada formal,<sup>7</sup> em contrapartida, aumentou sua participação no total de ocupados em 7,2 p.p. neste período. Estes movimentos de crescimento dos postos de trabalho formais e encolhimento dos informais – um traço comum da década de 2000, com exceção do ano de 2002 – podem ser visualizados no gráfico 4.



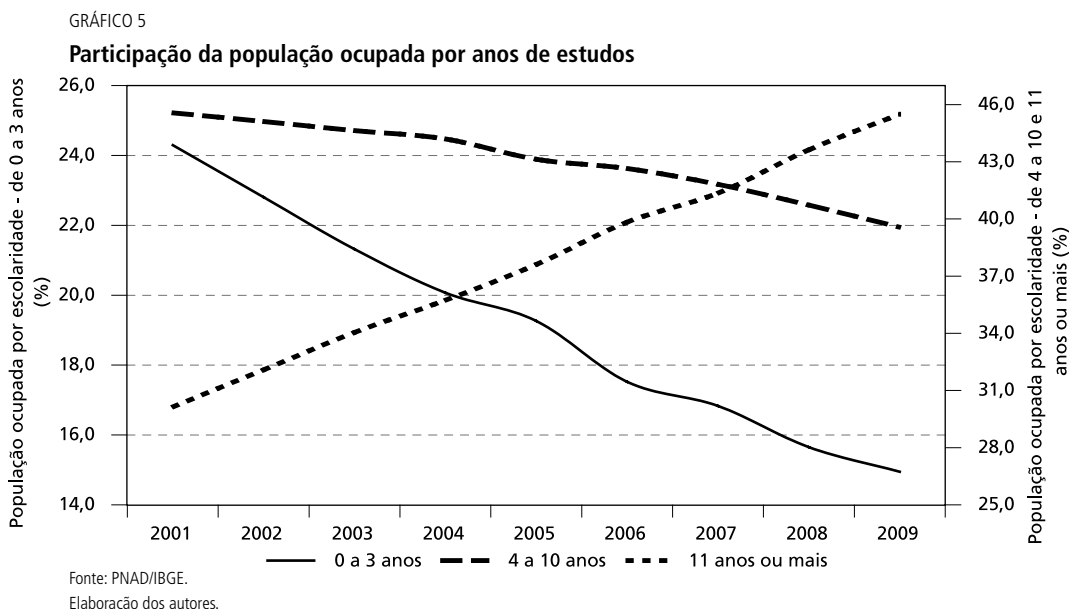
No que tange à composição da força de trabalho por escolaridade, observa-se que no período entre 2001 e 2009 houve um aumento da ordem de 15 p.p. da participação de trabalhadores com 11 anos de estudo ou mais. Para as demais faixas de escolaridade, registrou-se diminuição de aproximadamente 9 p.p. para aqueles com até três anos de escolaridade e de 6 p.p. para a faixa de quatro a dez anos de estudo. Isto pode ser devido a uma combinação de maior escolaridade dos novos entrantes no mercado de trabalho com maior procura das empresas por trabalhadores mais qualificados.<sup>8</sup> O gráfico 5 ilustra esta mudança na composição por meio da evolução da participação destes grupos na ocupação total.

5. São considerados protegidos os trabalhadores com carteira de trabalho assinada – inclusive os trabalhadores domésticos – e os militares e estatutários.

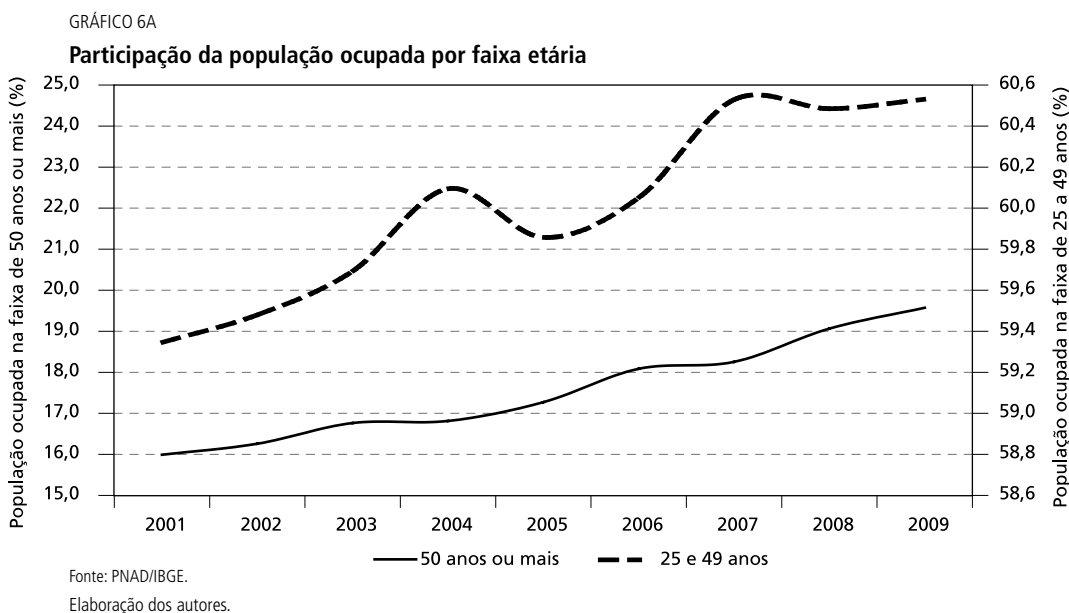
6. O grau de informalidade aqui utilizado é definido como a razão entre trabalhadores sem carteira, trabalhadores por conta própria e trabalhadores não remunerados sobre o total de ocupados – (sem carteira + conta própria + não remunerados) / (sem carteira + conta própria + não remunerados + protegidos).

7. Cabe destacar que a população ocupada formal é composta também pelos empregadores, além dos trabalhadores protegidos.

8. Não é possível afirmar, sem a realização de uma análise mais pormenorizada, se isso é um reflexo de alterações na estrutura da demanda ou da oferta.



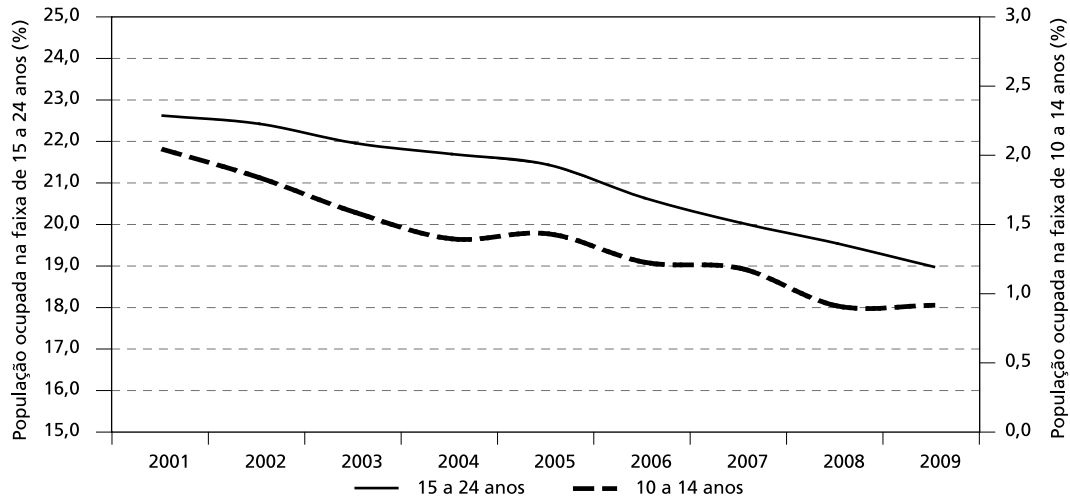
Na análise por faixa etária, nota-se que os indivíduos com mais de 24 anos passam a participar mais da força de trabalho, conforme pode ser verificado no gráfico 6A. Pode-se destacar que a faixa de indivíduos com 50 anos ou mais apresentou um incremento de 3,6 p.p. entre 2001 e 2009. A faixa de 25 a 49 anos teve um aumento na participação de 1,2 p.p. Esta maior participação dos indivíduos com mais de 50 anos na força de trabalho pode ser explicada pelo aumento deste grupo no total da população brasileira, que foi de 40% entre os anos de 2001 e 2009.



A contrapartida do aumento de participação do grupo com mais de 24 anos é a diminuição da participação daqueles mais jovens, reportada no gráfico 6B. A queda foi mais intensa para o grupo de 15 a 24 anos de idade, que registrou um decréscimo de 3,6 p.p. enquanto a queda para a faixa de 10 a 14 anos foi de 1,2 p.p.

GRÁFICO 6B

## Participação da população ocupada por faixa etária



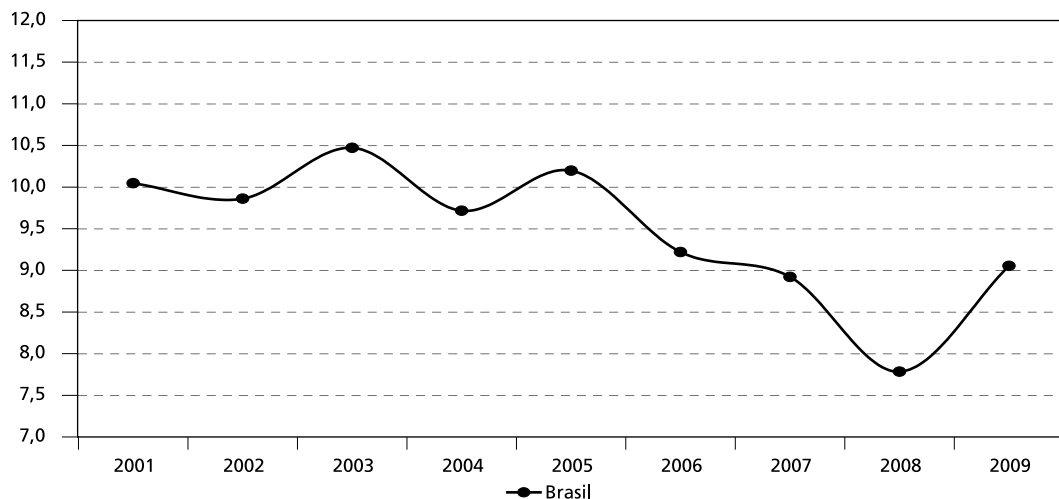
Fonte: PNAD/IBGE.  
Elaboração dos autores.

O gráfico 7 mostra a evolução da taxa de desemprego, ou taxa de desocupação,<sup>9</sup> ao longo dos anos de 2001 a 2009. Nota-se que o desemprego vinha caindo constantemente desde 2005, atingindo o menor valor da década em 2008 (7,8%). Contudo, esta trajetória foi interrompida por um aumento de 1,3 p.p. em 2009, quando a taxa de desemprego alcança o valor de 9,1%. Este aumento pode ser creditado a dois fatores: *i*) aumento do número de pessoas à procura de emprego, expresso pelo aumento na taxa de participação comentado anteriormente; e *ii*) redução na capacidade de geração de novos postos de trabalho, expresso pelo menor crescimento da população ocupada, também já mencionado.

GRÁFICO 7

## Taxa de desocupação

(Em %)



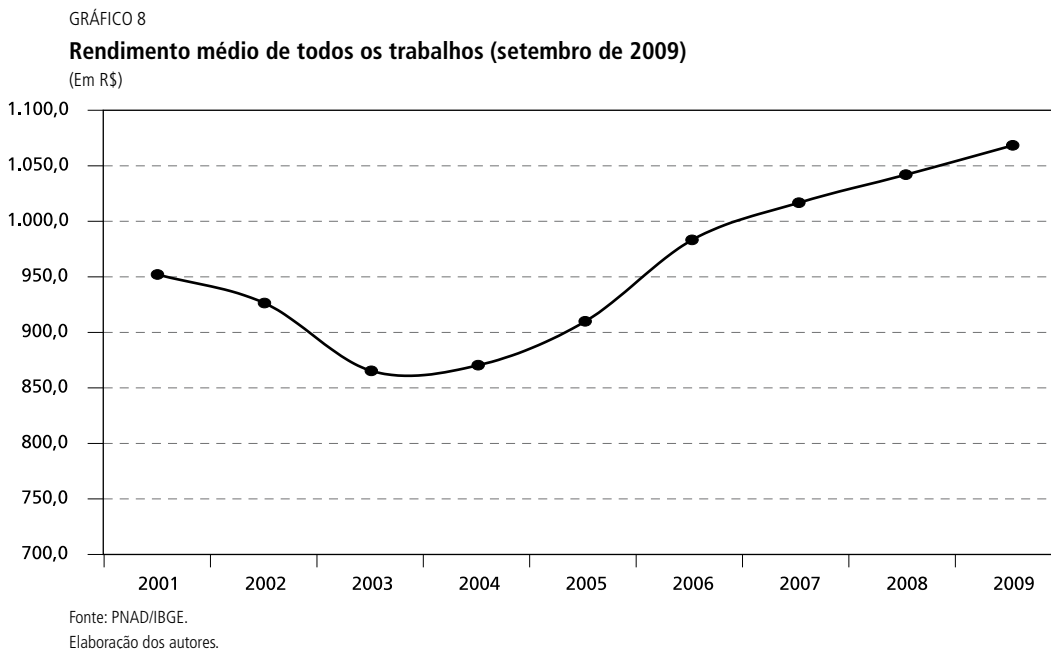
Fonte: PNAD/IBGE.  
Elaboração dos autores.

O rendimento real médio<sup>10</sup> de todos os trabalhos em 2009 (R\$ 1.068,39) correspondeu ao maior valor desde 2001. O gráfico 8 mostra que, em 2009, os rendimentos reais continuam

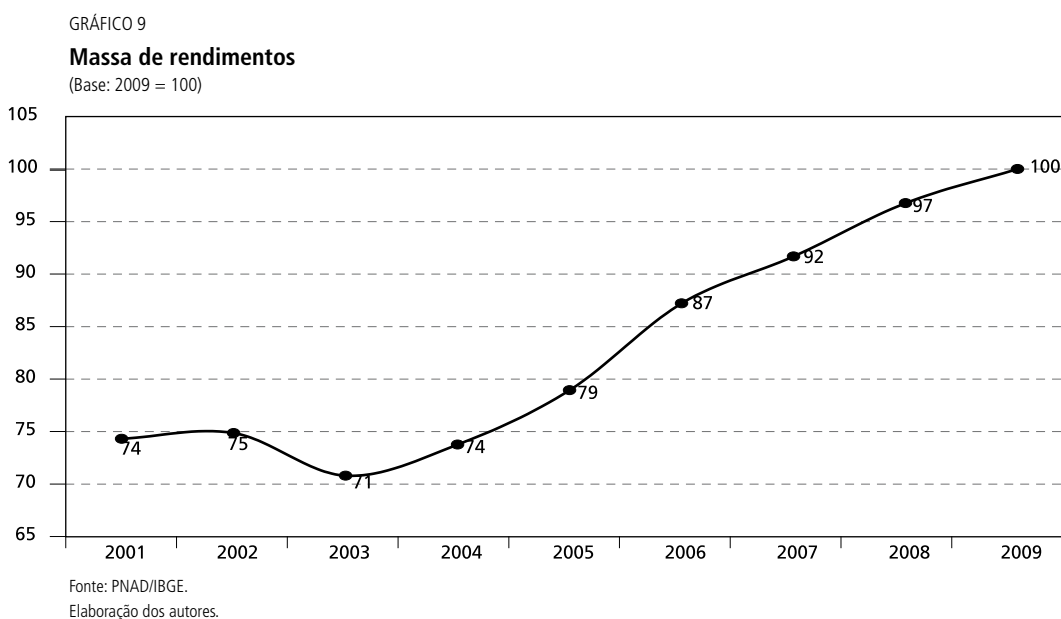
9. Proporção de pessoas desocupadas no total de pessoas economicamente ativas.

10. O cálculo do rendimento médio leva em consideração a população ocupada remunerada e não remunerada.

exibindo uma trajetória de recuperação, após diminuições expressivas no início da década. Pode-se relacionar o aumento dos rendimentos à participação crescente de pessoas escolarizadas entre os ocupados, uma vez que no período analisado (2001-2009) houve um aumento da participação de trabalhadores com 11 anos ou mais de estudo que recebem rendimentos mais elevados. Em média, os integrantes deste grupo recebiam R\$ 1.601,42 em 2009.



A evolução da massa de rendimentos é ilustrada no gráfico 9. Como se pode notar, a partir de 2004 houve uma expansão apreciável da massa de rendimentos. Isto se deve à combinação da recuperação dos rendimentos médios reais com a evolução do nível de ocupação nos anos recentes. Entre 2001 e 2009, ocorreu um aumento de 34,6% deste agregado, apesar da queda de 2002 para 2003. Em 2009, por efeito do baixo crescimento da população ocupada em relação ao observado nos anos anteriores, houve uma diminuição do ritmo de crescimento da massa de rendimentos. Ocorreu um crescimento de 3,4% entre 2008 e 2009, abaixo da taxa média da trajetória de crescimento entre 2003 e 2009, que foi de 5,9% a.a.



A visão geral apresentada pelos dados indica que os efeitos negativos da crise mundial se fizeram sentir no mercado de trabalho, embora em uma intensidade aquém da esperada. Apesar de alguns indicadores quantitativos terem apresentado piora, como o desemprego e a ocupação na indústria e no transporte, houve uma evolução positiva em uma série de índices qualitativos, tais como grau de formalidade e rendimento médio de todos os trabalhos.

TABELA A.1  
**Panorama geral 2001-2009 (série harmonizada) <sup>1</sup>**

	2001	2002	2003	2004 <sup>1</sup>	2005 <sup>1</sup>	2006 <sup>1</sup>	2007 <sup>1</sup>	2008 <sup>1</sup>	2009 <sup>1</sup>	Cresc. médio 2001-2009	Cresc. (%) 2001-2009	Cresc. (%) 2001-2008	Cresc. (%) 2008-2009
PIA	138.962	141.831	144.586	146.931	149.840	152.811	155.455	158.210	160.438	1,8	15,5	13,9	1,4
PEA	80.401	83.080	84.684	86.986	89.530	90.550	91.758	93.325	95.381	2,2	18,6	16,1	2,2
PNEA	58.561	58.751	59.902	59.945	60.310	62.262	63.697	64.885	65.057	1,3	11,1	10,8	0,3
Taxa de participação	57,9	58,6	58,6	59,2	59,8	59,3	59,0	59,0	59,5	0,3	2,7	1,9	0,8
Taxa de desemprego	10,0	9,9	10,5	9,7	10,2	9,2	8,9	7,8	9,1	-1,3	-9,9	-22,5	16,3
Ocupação total	72.323	74.888	75.817	78.534	80.400	82.201	83.572	86.060	86.745	2,3	19,9	19,0	0,8
Emprego e trabalhador domésticos	47.237	48.937	49.685	52.520	53.953	55.874	57.655	60.314	60.980	3,2	29,1	27,7	1,1
Com carteira de trabalho assinada	23.918	24.710	25.581	27.082	28.473	29.728	31.424	33.496	34.200	4,6	43,0	40,0	2,1
Militares e estatutários	4.909	5.045	5.292	5.522	5.448	5.827	6.094	6.362	6.570	3,7	33,8	29,6	3,3
Outros sem carteira de trabalho assinada	18.410	19.182	18.812	19.916	20.032	20.319	20.137	20.456	20.210	1,2	9,8	11,1	-1,2
Empregado	41.294	42.826	43.533	46.118	47.374	49.205	51.036	53.738	53.817	3,4	30,3	30,1	0,1
Com carteira de trabalho assinada	22.370	23.136	23.920	25.428	26.746	27.915	29.619	31.727	32.212	4,7	44,0	41,8	1,5
Militares e estatutários	4.909	5.045	5.292	5.522	5.448	5.827	6.094	6.362	6.570	3,7	33,8	29,6	3,3
Outros sem carteira de trabalho assinada	14.015	14.645	14.321	15.168	15.180	15.463	15.323	15.649	15.034	0,9	7,3	11,7	-3,9
Trabalhador doméstico	5.942	6.111	6.152	6.401	6.578	6.669	6.619	6.576	7.163	2,4	20,5	10,7	8,9
Com carteira de trabalho assinada	1.548	1.574	1.661	1.654	1.727	1.813	1.805	1.769	1.987	3,2	28,4	14,3	12,3
Sem carteira de trabalho assinada	4.394	4.537	4.491	4.747	4.851	4.856	4.814	4.807	5.175	2,1	17,8	9,4	7,7
Conta própria	16.995	17.595	17.927	18.008	18.311	18.346	18.601	18.221	18.526	1,1	9,0	7,2	1,7
Empregador	3.213	3.351	3.357	3.421	3.611	3.903	3.349	4.098	3.950	2,6	23,0	27,6	-3,6
Não remunerado	4.866	4.997	4.845	4.584	4.524	4.075	3.967	3.426	3.289	-4,8	-32,4	-29,6	-4,0
Rendimento **	952,12	926,37	865,31	870,38	909,86	983,26	1.016,66	1.041,97	1.068,39	1,5	12,2	9,4	2,5
População ocupada por grupo de idade													
10 a 14 anos	1.477	1.377	1.202	1.097	1.151	1.009	988	784	786	-7,6	-46,8	-46,9	0,3
15 a 17 anos	3.001	3.044	2.910	2.913	2.845	2.710	2.663	2.585	2.496	-2,3	-16,8	-13,9	-3,5
18 e 19 anos	3.444	3.366	3.236	3.406	3.395	3.404	3.407	3.345	3.144	-1,1	-8,7	-2,9	-6,0

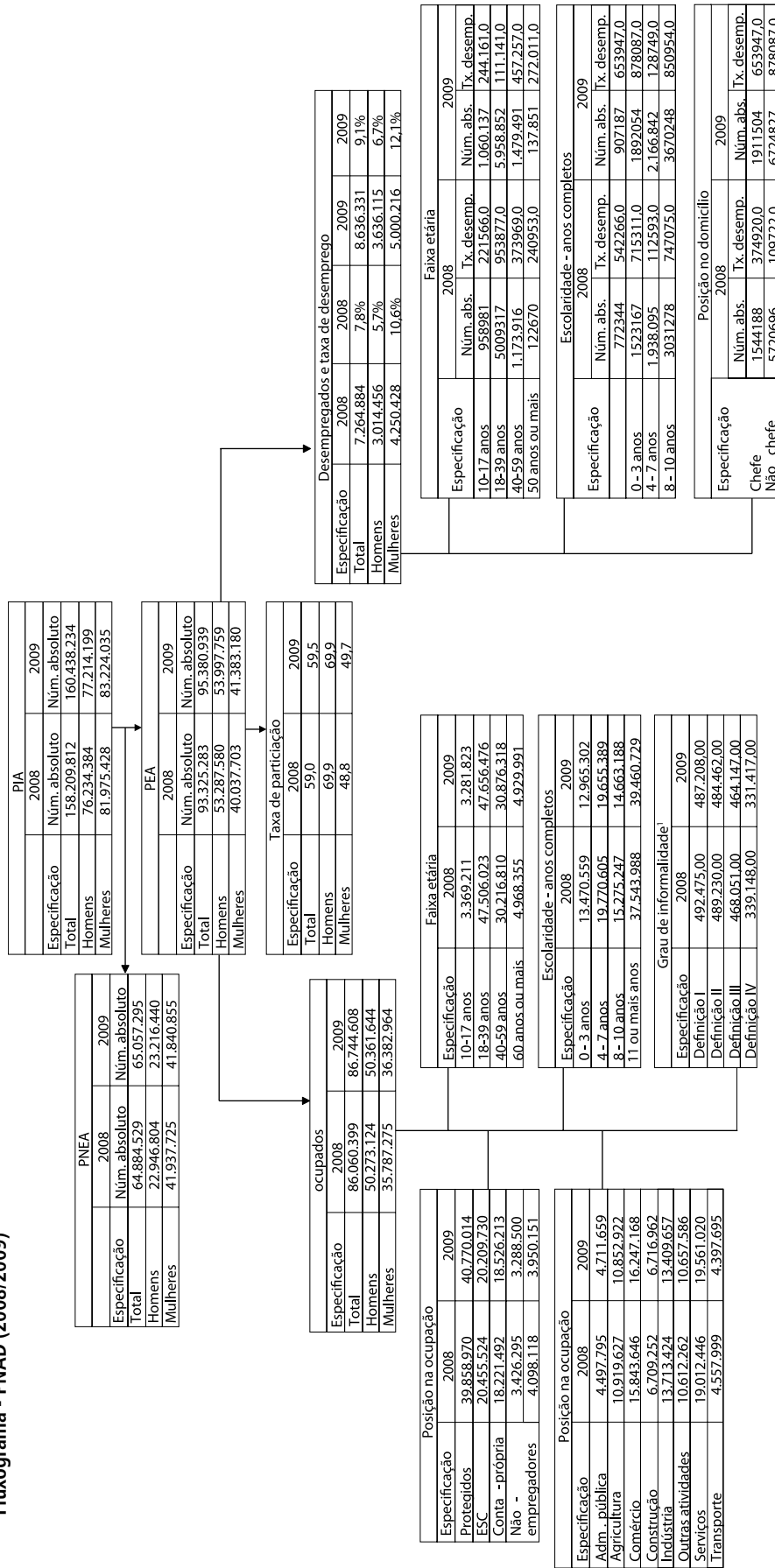
(Continua)

(Continuação)	2001	2002	2003	2004 <sup>1</sup>	2005 <sup>1</sup>	2006 <sup>1</sup>	2007 <sup>1</sup>	2008 <sup>1</sup>	2009 <sup>1</sup>	Cresc. méd 2001-2009	Cresc. (%) 2001-2009	Cresc. (%) 2001-2008	Cresc. (%) 2008-2009
	20 a 24 anos	9.913	10.381	10.498	10.717	10.986	10.849	10.675	10.887	10.635	0,9	7,3	9,8
25 a 29 anos	9.571	9.882	10.158	10.566	11.047	11.296	11.489	11.912	11.961	2,8	25,0	24,5	0,4
30 a 39 anos	18.768	19.275	19.352	19.970	2.149	20.552	20.938	21.362	21.917	2,0	16,8	13,8	2,6
40 a 49 anos	14.576	15.379	15.738	16.657	16.906	17.514	18.157	18.779	18.024	2,7	23,7	28,8	-4,0
50 a 59 anos	7.784	8.242	8.627	9.134	9.713	10.416	10.647	11.438	11.852	5,4	52,3	46,9	3,6
60 anos ou mais	3.781	3.932	4.080	4.071	4.168	4.451	4.607	4.968	4.950	3,4	30,4	31,4	-0,8
<b>População ocupada por escolaridade</b>													
Sem instrução e menos de 1 ano	7.993	7.676	7.345	7.173	6.944	6.353	6.235	6.297	5.825	-3,9	-27,1	-21,2	-7,5
1 a 3 anos	9.575	9.400	8.815	8.587	8.543	8.050	7.831	7.173	7.140	-3,6	-25,4	-25,1	-0,5
4 a 7 anos	21.030	21.478	21.033	21.106	21.041	21.003	20.169	19.771	19.655	-0,8	-6,5	-6,0	-0,6
8 a 10 anos	11.919	12.297	12.805	13.600	13.632	14.051	14.773	15.275	14.663	2,6	23,0	28,2	-4,0
11 anos ou mais	21.791	24.024	25.810	28.064	30.236	32.737	34.564	37.544	39.461	7,7	81,1	72,3	5,1
<b>População ocupada por setor de atividade</b>													
Agricultura	12.515	12.762	12.823	12.852	12.652	11.993	11.359	10.920	10.853	-1,8	-13,3	-12,7	-0,6
Indústria	11.069	11.165	11.427	12.171	12.529	12.771	13.391	13.713	13.410	2,4	21,1	23,9	-2,2
Construção	5.141	5.461	5.095	5.184	5.439	5.603	5.837	6.709	6.717	3,4	30,7	30,5	0,1
Comércio	12.995	13.416	14.022	14.361	15.175	15.354	15.891	15.844	16.247	2,8	25,0	21,9	2,5
Alojamento e alimentação	2.876	2.874	2.840	2.944	3.093	3.273	3.248	3.506	3.533	2,6	22,8	21,9	0,8
Transporte, armazenagem e comunicação	3.561	3.685	3.710	3.845	3.907	3.996	4.279	4.558	4.398	2,7	23,5	28,0	-3,5
Administração pública	3.748	3.872	3.990	4.168	4.229	4.397	4.434	4.498	4.712	2,9	25,7	20,0	4,8
Educação, saúde e serviços sociais	6.695	7.020	7.135	7.296	7.530	7.845	8.185	8.437	8.561	3,1	27,9	26,0	1,5
Serviços domésticos	5.946	6.113	6.152	6.403	6.579	6.671	6.619	6.576	7.163	2,4	20,5	10,6	8,9
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	2.846	3.093	2.938	3.422	3.209	3.695	3.582	3.999	3.838	3,8	34,8	40,5	-4,0
Outras atividades	7.594	8.101	8.328	8.613	8.961	9.676	9.801	10.612	10.658	4,3	40,3	39,8	0,4
Atividades maldefinidas ou não declaradas	213	201	197	220	189	199	195	194	190	-1	-10,8	-8,9	-2,1

Fonte: PNAD/IBGE (2001-2009)

Nota: <sup>1</sup> Excluídas as áreas rurais da região Norte.Obs.: <sup>1</sup> Dados harmonizados elaborados pelo Ipea.<sup>2</sup> Rendimento médio mensal real de todos os trabalhos da PIA ocupada.

FIGURA A.1  
Fluxograma - PNAD - PNAD (2008/2009)



Fonte: PNAD/IBGE.

Nota: Definição I= (trabalhadores sem carteira + trabalhadores protegidos + trabalhadores por conta própria) / (trabalhadores protegidos + trabalhadores por conta própria)

Definição II= (trabalhadores sem carteira + trabalhadores por conta própria + trabalhadores não remunerados) / (trabalhadores protegidos + trabalhadores sem carteira + trabalhadores por conta própria + trabalhadores não remunerados + empregadores)

Definição III= (trabalhadores sem carteira + trabalhadores por conta própria) / (trabalhadores protegidos + trabalhadores por conta própria + trabalhadores protegidos + empregadores)

Definição IV= (trabalhadores sem carteira) / (trabalhadores protegidos + trabalhadores sem carteira)

Obs.: Dados não harmonizados - incluem-se as áreas rurais da região Norte.



# TAXA DE PARTICIPAÇÃO NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA EVOLUÇÃO NO PERÍODO 2001-2009

Maurício Cortez Reis\*

## 1 INTRODUÇÃO

Entre 2001 e 2009, a taxa de participação total aumentou cerca de 1,5 ponto percentual (p.p.) no Brasil, passando de 58% para 59,5%. Este pequeno aumento em termos agregados, no entanto, foi acompanhado de trajetórias muitas distintas entre os diversos subgrupos da população.

Esta nota tem como objetivo descrever o comportamento da taxa de participação no Brasil entre 2001 e 2009, enfatizando as diferenças entre subgrupos populacionais definidos a partir das seguintes características individuais: gênero, escolaridade, idade e residência em áreas urbanas ou rurais. Esta análise é baseada nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

## 2 OS DADOS

Os dados analisados nesta nota têm como fonte a PNAD, realizada anualmente pelo IBGE, geralmente na última semana de setembro. Em cada ano, são entrevistados na PNAD cerca de 400 mil indivíduos em todas as Unidades da Federação do Brasil.

Um indivíduo é classificado como participando do mercado de trabalho se está ocupado ou desempregado.<sup>1</sup> Caso não esteja trabalhando nem procurando emprego, é considerado inativo. Nesta última situação, portanto, o indivíduo não está participando do mercado de trabalho. Na PNAD, a participação ou não do indivíduo é definida de acordo com a sua condição durante a semana de referência de pesquisa, que é a semana anterior à realização da entrevista.

---

\* Técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea.

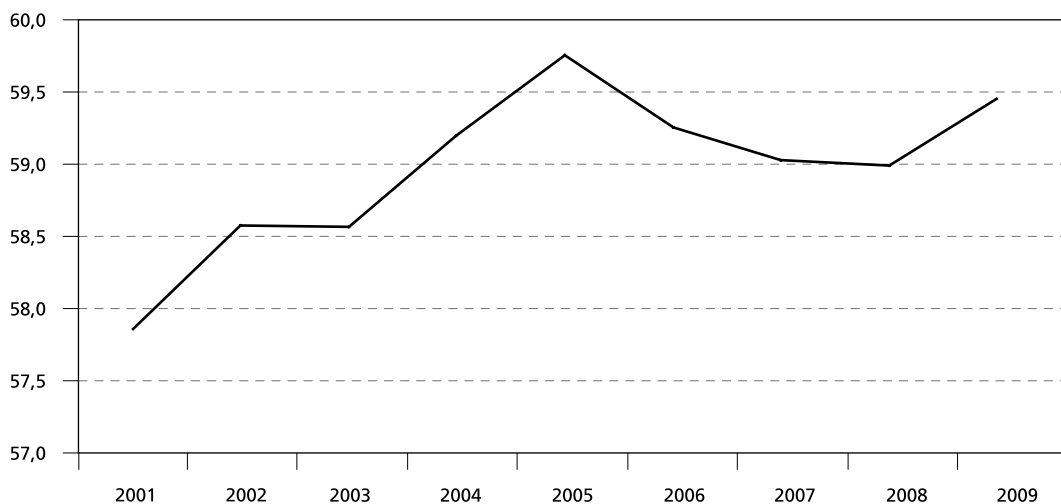
1. Neste estudo, são classificados como ocupados os indivíduos que exerceram trabalho remunerado na semana de referência, assim como os que exerceram trabalho não remunerado neste mesmo período durante pelo menos 15 horas. São também considerados ocupados os indivíduos que possuíam trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastados. Não são classificados como ocupados, porém, os indivíduos que exerceram trabalho para o próprio consumo ou na construção própria na semana de referência. São classificados como desempregados neste estudo os indivíduos que não trabalharam, mas procuraram emprego na semana de referência, assim como aqueles que exerceram trabalho não remunerado por menos de 15 horas na semana de referência, mas procuraram trabalho. Os que exerceram trabalho para o próprio consumo ou construção própria na semana de referência, mas procuraram emprego, foram classificados como desempregados.

Na amostra utilizada nesta nota, são incluídos todos os indivíduos com 10 anos de idade ou mais. Apenas a partir de 2004 as áreas rurais da região Norte passaram a fazer parte da PNAD. Portanto, para manter a comparabilidade durante todo o período, foram excluídos os indivíduos residentes nas áreas rurais da região Norte de 2004 em diante.

### 3 PARTICIPAÇÃO TOTAL

O gráfico 1 mostra o comportamento da taxa de participação total no Brasil entre 2001 e 2009. Nota-se que em 2001 esta taxa era igual a 58%. Até 2005 a tendência foi de aumento, embora a participação não tenha chegado a 60%. Nos três anos seguintes foram observadas reduções na taxa de participação, até que em 2009 verificou-se novamente elevação desta variável. Em 2009, 59,5% dos indivíduos com 10 anos de idade ou mais se encontravam participando do mercado de trabalho. O aumento entre 2001 e 2009, portanto, foi de 1,5 p.p., revertendo-se a tendência de queda apresentada pela taxa de participação no período 1992-2001, quando este indicador diminuiu 0,5 p.p. O comportamento da taxa de participação agregada é resultado de trajetórias bastante distintas apresentadas pelos diferentes subgrupos populacionais. O restante desta nota descreve as trajetórias das taxas de participação entre estes subgrupos.

GRÁFICO 1  
Taxa de participação total (2001-2009)  
(Em %)



Fonte: PNAD/IBGE.  
Elaboração dos autores.

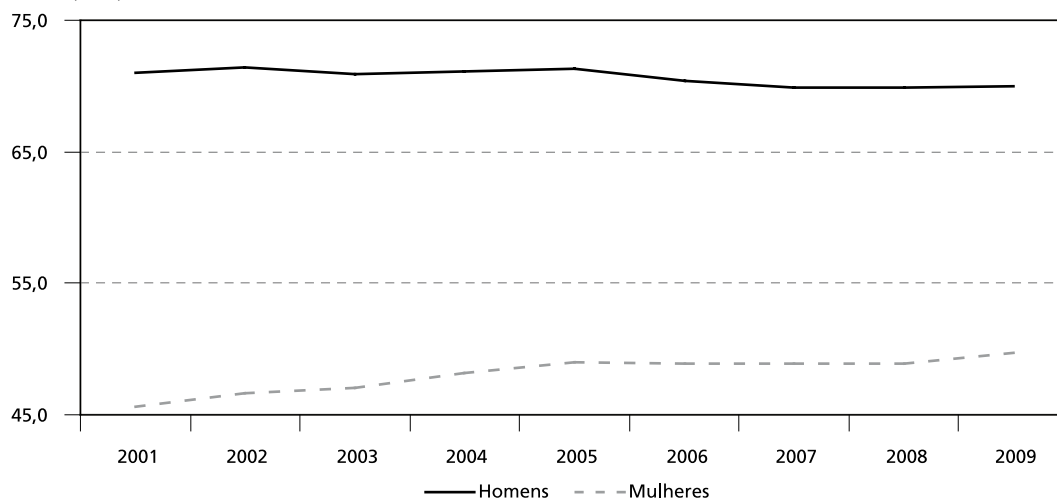
### 4 PARTICIPAÇÃO POR GÊNERO

O gráfico 2 apresenta a taxa de participação entre 2001 e 2009 separadamente para homens e mulheres. Chama atenção a enorme diferença entre os dois grupos. Em 2001, por exemplo, a taxa de participação das mulheres era igual a 45%, enquanto cerca de 70% dos homens se encontravam participando do mercado de trabalho. Ou seja, uma diferença de 25 p.p. Deve-se ressaltar que o Brasil não é uma exceção nesse sentido, uma vez que diferenças na taxa de participação entre homens e mulheres constituem o padrão observado internacionalmente (AGUAS, 2009).

GRÁFICO 2

**Taxa de participação por gênero (2001-2009)**

(Em %)



Fonte: PNAD/IBGE.

Elaboração dos autores.

Nota-se também, pela leitura do gráfico 2, que homens e mulheres apresentaram comportamentos distintos ao longo do tempo. Entre 2001 e 2009, a taxa de participação dos homens diminuiu 1 ponto, passando de 71% para 70%. Entre as mulheres, porém, foi observada uma variação positiva de 4 p.p., com a taxa de participação aumentando de 45,5% para 49,7%. Dessa forma, a diferença na participação entre homens e mulheres ainda era de 20 p.p. em 2009. Fontoura e Gonzales (2009) analisam o comportamento da taxa de participação feminina no Brasil durante o período 2001-2008. Os autores mostram que o aumento na participação feminina foi acompanhado de redução no tempo gasto pelas mulheres com atividades domésticas. Deve-se ressaltar que a tendência para outros países também tem sido de queda no diferencial entre homens e mulheres ao longo do tempo (AGUAS, 2009).

A tendência de redução na taxa de participação dos homens já vinha sendo verificada na década anterior no Brasil, de forma ainda mais acentuada. Entre 1992 e 2001, a porcentagem de homens participando do mercado de trabalho diminuiu de 75% para 71%. Entre as mulheres, a taxa de participação aumentou de 42,4% para 45,5% no mesmo período.

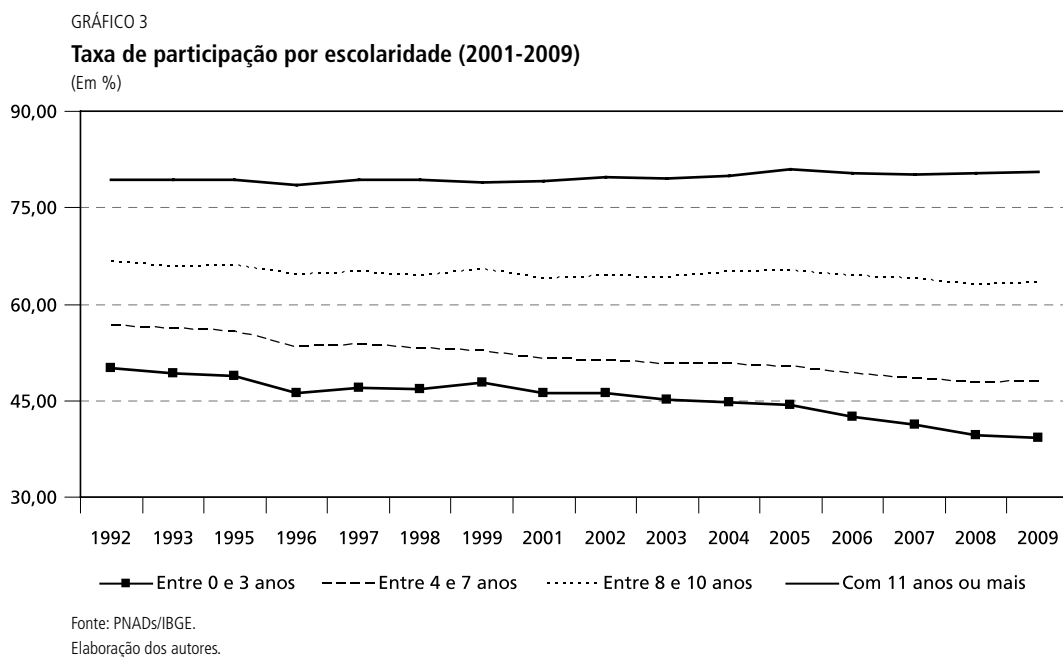
De acordo com os dados da PNAD, portanto, as trajetórias das taxas de participação por gênero durante o período 2001-2009 mostram continuidade em relação ao comportamento observado no período anterior, embora a redução no hiato entre homens e mulheres tenha sido mais intensa entre 1992 e 2001.

## 5 PARTICIPAÇÃO POR ESCOLARIDADE

O gráfico 3 mostra as taxas de participação por grupos de escolaridade. Os trabalhadores são divididos em quatro categorias: *i*) Até três anos de escolaridade; *ii*) entre quatro e sete anos de estudos completos; *iii*) entre oito e dez anos; e *iv*) com 11 anos de estudo ou mais. Nota-se que as diferenças entre os grupos de escolaridade são acentuadas. Em 2001, a taxa de participação dos indivíduos menos qualificados, com escolaridade entre zero e três anos, era igual a 46%. Por sua vez, para os mais qualificados, com 11 anos de estudo ou mais, a taxa de participação era igual a 79%.

Também podem ser notadas diferenças no comportamento da taxa de participação de cada um dos grupos de escolaridade ao longo do tempo. Entre 2001 e 2009, foi verificada uma redução de 7 p.p. na taxa de participação dos indivíduos com até três anos de estudo. Para o grupo com escolaridade entre quatro e sete anos, a redução foi 3,5 p.p., enquanto entre os trabalhadores com escolaridade entre oito e dez anos a redução foi inferior a 1 p.p. O único grupo que apresentou trajetória diferente para a taxa de participação foi o composto por indivíduos com 11 anos de estudo ou mais, cuja taxa de participação aumentou cerca de 1,5 p.p.

O comportamento da taxa de participação por escolaridade no período 2001-2009 é semelhante ao que já havia sido verificado na década anterior. Entre 1992 e 2001, a taxa de participação diminuiu 4 p.p. para o grupo com até três anos de estudo, reduziu-se 5 p.p. para os trabalhadores com escolaridade entre quatro e sete anos, enquanto para aqueles com escolaridade entre oito e dez anos a redução foi de 2,5 p.p.. Para os indivíduos com 11 anos de estudo ou mais, a taxa de participação ficou praticamente constante entre 1992 e 2001.

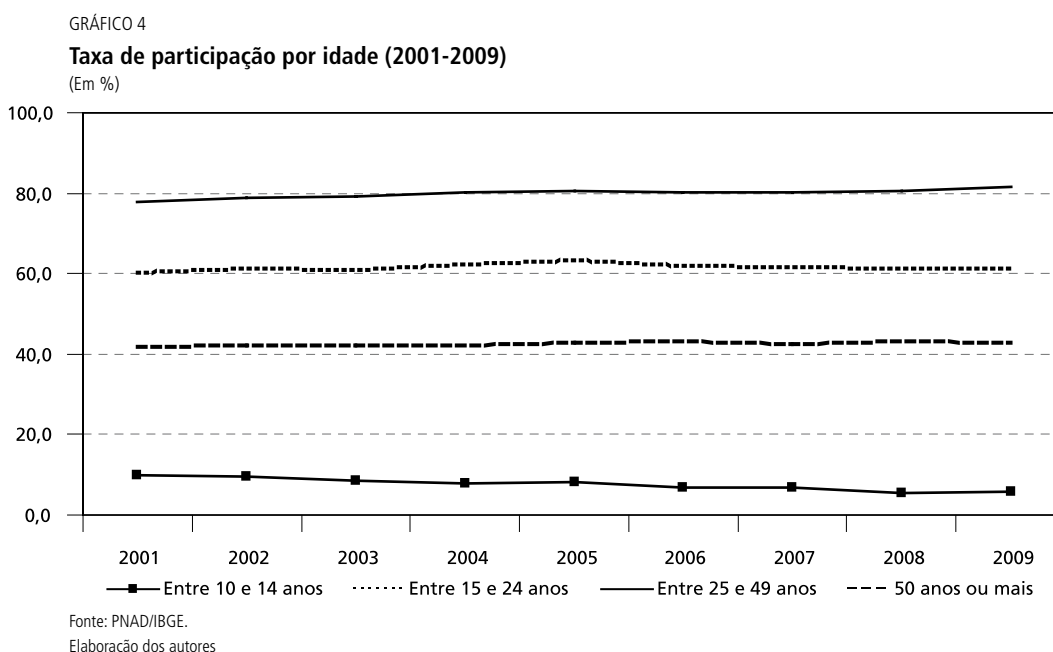


Os dados por escolaridade mostram que mudanças na composição educacional da população tiveram um papel importante para o aumento da taxa de participação agregada entre 2001 e 2009. Embora a análise de cada grupo separadamente mostre reduções acentuadas para os menos escolarizados e um aumento igual a 1,5 p.p. para o grupo mais qualificado, a elevação na proporção de indivíduos com mais educação na população contribuiu para aumentar a taxa de participação total, tendo em vista que a taxa de participação na força de trabalho cresce fortemente com o nível educacional. Os dados também destacam a piora no desempenho dos indivíduos com baixos níveis de escolaridade. Como mostram Corseuil *et al.* (2009), este resultado foi acompanhado de um aumento na ocupação dos indivíduos com 11 anos de escolaridade ou mais e da redução na ocupação dos trabalhadores com menos de um ano de escolaridade. As mudanças observadas na taxa de participação por escolaridade, portanto, podem ser resultado de uma redução na demanda por trabalhadores pouco qualificados. Como as oportunidades no mercado de trabalho para indivíduos com pouca escolaridade e, portanto, com baixa produtividade, é cada vez menor, muitos podem, por desalento, ter desistido de participar.

## 6 PARTICIPAÇÃO POR IDADE

Como nos casos anteriormente analisados, os grupos etários apresentam grandes diferenças na taxa de participação, assim como disparidades nas trajetórias ao longo do tempo. O gráfico 4 mostra que a taxa de participação dos indivíduos com idade entre 25 e 49 anos era igual a 78% em 2001. Para os jovens com idade entre 15 e 24 anos, a taxa de participação neste mesmo ano era de 60%. Para os mais velhos, com 50 anos ou mais, a taxa de participação era ainda menor, 42%. Por seu turno, entre crianças com idade entre 10 e 14 anos, 10% estavam participando do mercado de trabalho em 2001.

O grupo etário que registrou maior aumento na taxa de participação entre 2001 e 2009 foi o formado por indivíduos com idade entre 25 e 49 anos, que passou de 78% para 81,6%. A participação dos jovens aumentou apenas 1 p.p., mesmo crescimento verificado para os indivíduos mais velhos. Por sua vez, a taxa de participação das crianças diminuiu de 10% para 5,6%.



No período 1992-2001, a taxa de participação dos trabalhadores com idade entre 25 e 49 anos aumentou 3 p.p. A participação dos jovens diminuiu 5 p.p. durante este período, e a taxa de participação daqueles com 50 anos ou mais diminuiu cerca de 1 p.p. A taxa de participação das crianças experimentou uma redução acentuada entre 1992 e 2001, passando de 19,3% para 10%.

Os resultados mostram pontos positivos, como o aumento na taxa de participação dos adultos com idade entre 25 e 49 anos e a queda na participação das crianças, que foi acompanhada de uma redução acentuada no trabalho infantil, como mostram Barros e Mendonça (2009). Estes movimentos na taxa de participação, porém, foram menos intensos do que os registrados no período 1992-2001. Um resultado que também pode ser considerado desfavorável é o aumento da participação de jovens com idade entre 15 e 24 anos, pois pode implicar na saída precoce da escola por parte de tais indivíduos.

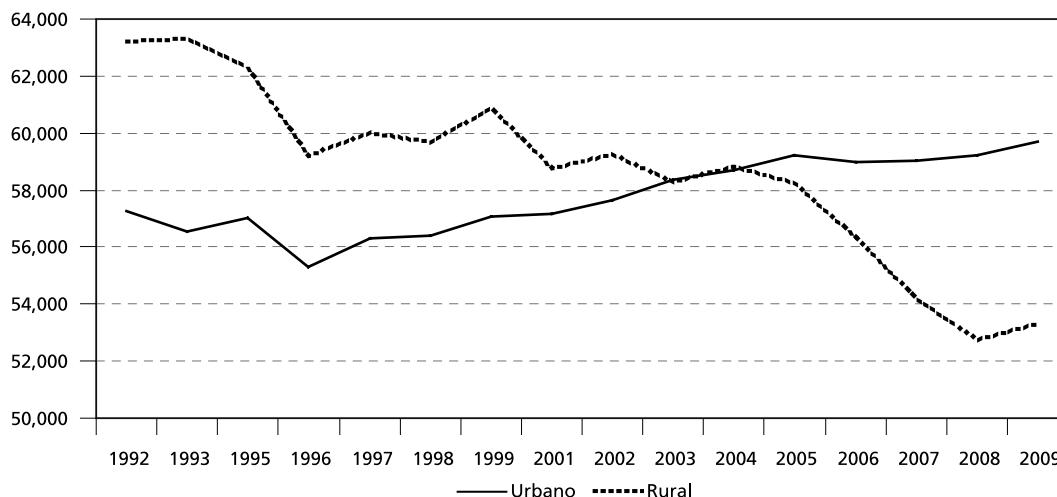
## 7 PARTICIPAÇÃO NAS ÁREAS URBANAS E RURAIS

Em 2001, as áreas urbanas e rurais apresentavam taxas de participação semelhantes (57,1% nas áreas urbanas e 58,8% nas rurais), como mostra o gráfico 5. Entre 2001 e 2009, a taxa de participação nas áreas urbanas aumentou 2,5 p.p., enquanto nas áreas rurais ocorreu uma redução de 5,5 p.p. A tendência de redução da participação nas regiões rurais já tinha sido registrada no período 1992-2001, quando diminuiu 4 p.p., enquanto a taxa de participação nas regiões urbanas permaneceu constante durante este período.

GRÁFICO 5

### Taxa de participação nas áreas urbana e rural (1992-2009)

(Em %)



Fonte: PNAD/IBGE.

Elaboração dos autores.

## 8 CONCLUSÕES

A taxa de participação aumentou 1,5 p.p. no Brasil entre 2001 e 2009. Merece destaque a queda acentuada na participação dos trabalhadores com baixos níveis de escolaridade, que foi compensada pelo acréscimo na participação dos mais escolarizados e pela mudança na composição da população por níveis de educação. Percebe-se também que a participação das crianças na força de trabalho diminuiu durante a década, enquanto o grupo etário que registrou maior aumento foi aquele composto por indivíduos com idade entre 25 e 49 anos. Além disso, foram mantidas as tendências registradas no período 1992-2001 de queda da participação nas áreas rurais e de redução na diferença entre as taxas de participação de homens e mulheres.

## REFERÊNCIAS

ÁGUAS, M. **A importância da composição dos filhos para a participação da mulher na força de trabalho – uma análise para o Brasil de 1992 a 2008**. Dissertação (Mestrado), UFF, 2009.

CORSEUIL, C. H.; FURTADO, L.; AGUAS, M. **Mercado de trabalho**. Nota Técnica, Mercado de Trabalho: conjuntura e análise 41, novembro, p. 39-46, 2009.

BARROS, R.; MENDONÇA, R. **Trabalho infantil no Brasil: rumo à erradicação**. Nota Técnica, Mercado de Trabalho: conjuntura e análise 41, novembro, p. 15-26, 2009.

FONTOURA, N.; GONZALES, R. **Aumento da participação de mulheres no mercado de trabalho: mudança ou reprodução da desigualdade**. Nota Técnica, Mercado de Trabalho: conjuntura e análise 41, novembro, p. 33-38, 2009.

# A DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS DO TRABALHO E A QUEDA DA DESIGUALDADE DE 1995 A 2009

Sergei Soares\*

## 1 INTRODUÇÃO

A edição de 2009 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), encerra uma série de 14 pesquisas, iniciadas em 1995, que documentam o que se espera seja o início de uma longa e duradoura queda na desigualdade. Em 2010, a PNAD não saiu a campo, em virtude da realização do Censo Demográfico Decenal. Em 2011, a pesquisa será realizada pela última vez. As atenções dos analistas, contudo, estarão voltadas para a nova Pesquisa Domiciliar Contínua,<sup>1</sup> de modo que a PNAD provavelmente passará quase despercebida. Assim, a recente divulgação da PNAD 2009 possivelmente será o último momento para se documentar a evolução da distribuição de renda dos últimos 15 anos.

Este momento também é propício para se corrigir certa assimetria na maior parte da literatura produzida até agora. Grande parte das elaborações acerca da queda da desigualdade tem se concentrado nas transferências públicas de renda, embora, conforme será visto, a renda do trabalho tenha sido mais importante para a queda da desigualdade. Portanto, o objetivo deste trabalho será documentar a queda do coeficiente de Gini – o qual mede a desigualdade – da renda domiciliar *per capita*, com ênfase nos rendimentos do trabalho.

## 2 A QUEDA DA DESIGUALDADE

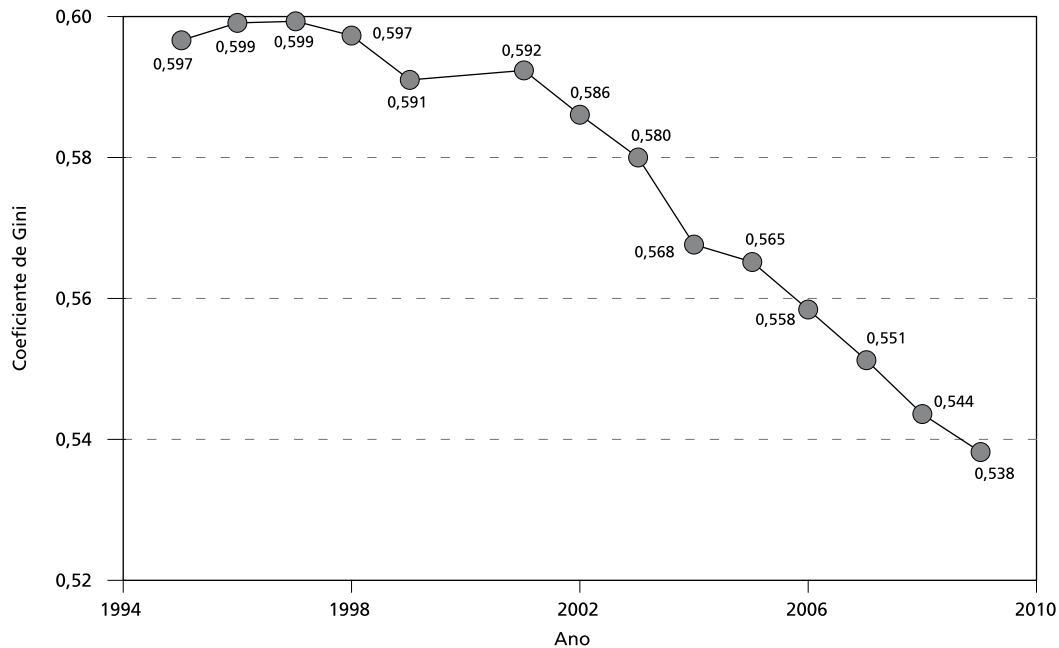
O coeficiente de Gini, após quatro décadas de elevação no Brasil, intercalada por períodos de estabilidade, com quedas apenas pontuais e rapidamente revertidas, iniciou em 2001 uma trajetória de queda ininterrupta que dura até hoje. As razões que levaram ao aumento da desigualdade entre 1960 e 1999 já foram analisadas nos extensos debates travados durante os anos 1970 e 1980 em textos como Langoni (1973), Fishlow (1973) e Malan e Wells (1973). Os determinantes da queda recente ainda estão sendo investigados.

O que é relevante para os fins deste texto é que em 2001 a desigualdade começou a cair em média 0,7 ponto do coeficiente de Gini (x100) ao ano. Conforme mostra o gráfico 1, o coeficiente de Gini tem mantido este ritmo de modo quase linear até 2009, ano no qual o Brasil voltou aos níveis de desigualdade anteriores ao Censo de 1970. Esta queda dos últimos dez anos merece atenção redobrada para se compreenderem e manterem as políticas que levaram a uma maior igualdade nos rendimentos dos brasileiros.

\* Técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

1. Não há certeza se este será o nome da nova pesquisa domiciliar. Seu formato, contudo, já é conhecido: será realizada de modo contínuo, com equipes permanentemente em campo, e contará com uma grade amostral maior que a da PNAD, além de um painel anual nacional.

GRÁFICO 1

**Coefficiente de Gini (1995 a 2009)**

Fonte: Microdados da PNAD.  
Elaboração do autor.

**3 A DECOMPOSIÇÃO DO COEFICIENTE DE GINI**

Uma das vantagens da utilização do coeficiente de Gini é que a sua variação pode ser facilmente decomposta por fonte de renda. Isto se faz mediante o uso do coeficiente de concentração, que indica quão regressiva ou progressiva é uma fonte de renda. Quanto mais regressiva (pró-rico) é uma renda, mais próximo de um (+1) é seu coeficiente de concentração; quanto mais progressiva (pró-pobre) é uma renda, mais próximo de menos um (-1) é o coeficiente a ela associado. Se todos na população recebem o mesmo valor de uma dada fonte de renda, seu coeficiente de concentração é zero.

Uma informação útil é que o coeficiente de Gini nada mais é que a soma ponderada dos coeficientes de concentração, na qual os pesos de ponderação são os próprios pesos de cada fonte de renda na renda total.<sup>2</sup> Isto torna as decomposições estáticas e dinâmicas do coeficiente de Gini relativamente simples. Trata-se de definir quais são as rendas relevantes, calcular o peso e coeficiente de concentração de cada uma e fazer algumas poucas contas.

Neste trabalho, a decomposição fatorial da renda domiciliar *per capita* será a seguinte:

- renda do trabalho, que pode ser subdividida em renda do trabalho indexada ao salário mínimo e demais rendas do trabalho;
- renda da previdência, que pode ser subdividida em benefícios equivalentes a um salário mínimo e benefícios não iguais a um salário mínimo de setembro daquele ano;
- renda dos programas de transferência de renda focalizados, que pode ser subdividida em renda do Programa Bolsa Família (PBF) e dos benefícios de prestação continuada (BPC); e
- demais rendas, categoria residual que inclui a mal medida renda do capital na PNAD, transferências de outros domicílios, rendas pouco relevantes como o abono-permanência e quaisquer outras rendas que não se enquadram nas demais categorias.

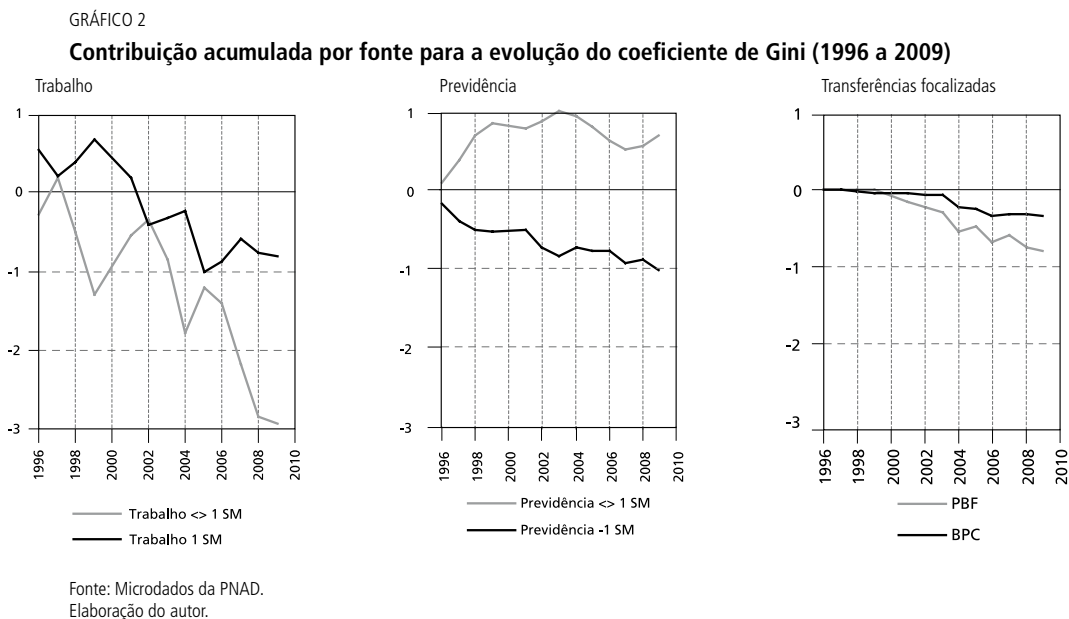
2. Ver Soares *et al.* (2006) ou Hoffmann (2007) para mais detalhes de como se decompõem mudanças no coeficiente de Gini



Diversos trabalhos já apontaram o importante papel das transferências públicas na redução do coeficiente de Gini (BARROS, FOGUEL e ULYSSEA, 2007). A totalidade das transferências públicas foi responsável por aproximadamente um terço da queda de pouco mais que 5,4 pontos de Gini (x100) observados entre 2001 e 2009. As rendas menores da PNAD, tais como aluguéis e transferências de outros domicílios, explicam outros 8% da queda, o que deixa 63% a cargo de um mercado de trabalho mais favorável aos mais pobres.

Os três painéis do gráfico 2 mostram a contribuição acumulada do mercado de trabalho (painel 1) e das transferências governamentais (demais painéis) para a evolução do coeficiente de Gini. O gráfico 2 deve ser lido de modo um pouco diferente do gráfico 1, no qual os números se referem a uma medida feita em um dado ano. O número 0,538, por exemplo, se refere ao coeficiente de Gini medido em 2009. No gráfico 2, os números representam a contribuição acumulada de uma dada fonte de renda de 1995 até um dado ano. Assim, no painel 1 a série referente ao trabalho indexado ao salário mínimo termina no número -0,8, indicando que, de 1995 até 2009, esta renda reduziu o coeficiente de Gini em 0,8 ponto (x100).

Para facilitarem-se as comparações, os três painéis se encontram na mesma escala. Apesar da relevância das transferências governamentais, a preponderância do mercado de trabalho é visível. O Programa Bolsa Família, por exemplo, pode ter exercido um papel desproporcional ao seu peso na renda total; em termos absolutos, sua contribuição para a queda da desigualdade foi pequena, comparada com a do mercado de trabalho.



Outro fato visível é que o mercado de trabalho já era responsável por diminuir a desigualdade antes de 2001. Em 1999, antes de a desigualdade começar sua queda, o mercado de trabalho já tinha reduzido o coeficiente de Gini em quase 0,4 ponto de Gini (x100). Com efeito, desde 1998 a renda do mercado de trabalho se desconcentra. Os efeitos progressivos das mudanças na renda do trabalho em 1998 e 1999 foram mascarados pela renda da previdência, cujos efeitos foram crescentemente regressivos até 1999.

É possível também ver os efeitos de dois tipos de rendimento no mercado de trabalho – os indexados ao salário mínimo e os demais, maiores ou menores. Isto permite perceber a importância do salário mínimo na redução da desigualdade.

Claramente, as rendas iguais ao salário mínimo foram menos importantes que as demais na queda da desigualdade. De 1995 a 2009, o salário mínimo foi responsável por 21% da queda da desigualdade. Considerando-se que os rendimentos iguais ao salário mínimo são apenas 4,7% dos rendimentos oriundos do mercado de trabalho, fica nítida a eficácia do piso salarial em reduzir as desigualdades no mercado de trabalho.

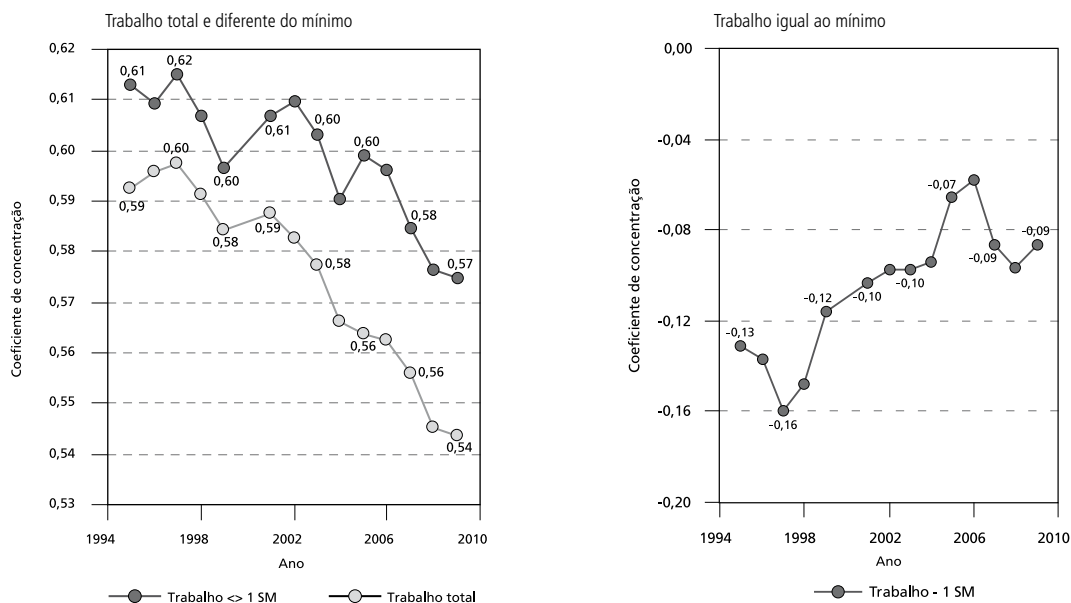
#### 4 COEFICIENTES DE CONCENTRAÇÃO E PESOS NA RENDA TOTAL

Conforme exposto, o efeito de uma fonte de renda sobre o coeficiente de Gini depende tanto do seu peso na renda total quanto de seu coeficiente de concentração. Uma diminuição da concentração de *qualquer* renda, assim como um aumento no peso de uma renda *menos* concentrada que o índice de Gini, contribui para aumentar a igualdade. Inversamente, um aumento na concentração de qualquer renda, bem como um aumento no peso de uma renda *mais* concentrada que o índice de Gini, contribui para aumentar a desigualdade.

Os dois painéis do gráfico 3 mostram o porquê da eficácia distributiva do salário mínimo. Enquanto o coeficiente de concentração dos demais rendimentos do trabalho vem caindo de 0,61 para 0,57, o dos rendimentos iguais ao salário mínimo situa-se entre -0,16 e -0,09. Ou seja, o salário mínimo desempenha no mercado de trabalho um papel semelhante ao do Bolsa Família nas transferências de renda: apesar de representar relativamente pouca renda, ele possui um efeito altamente favorável aos mais pobres.

GRÁFICO 3

##### Evolução dos coeficientes de concentração da renda do trabalho



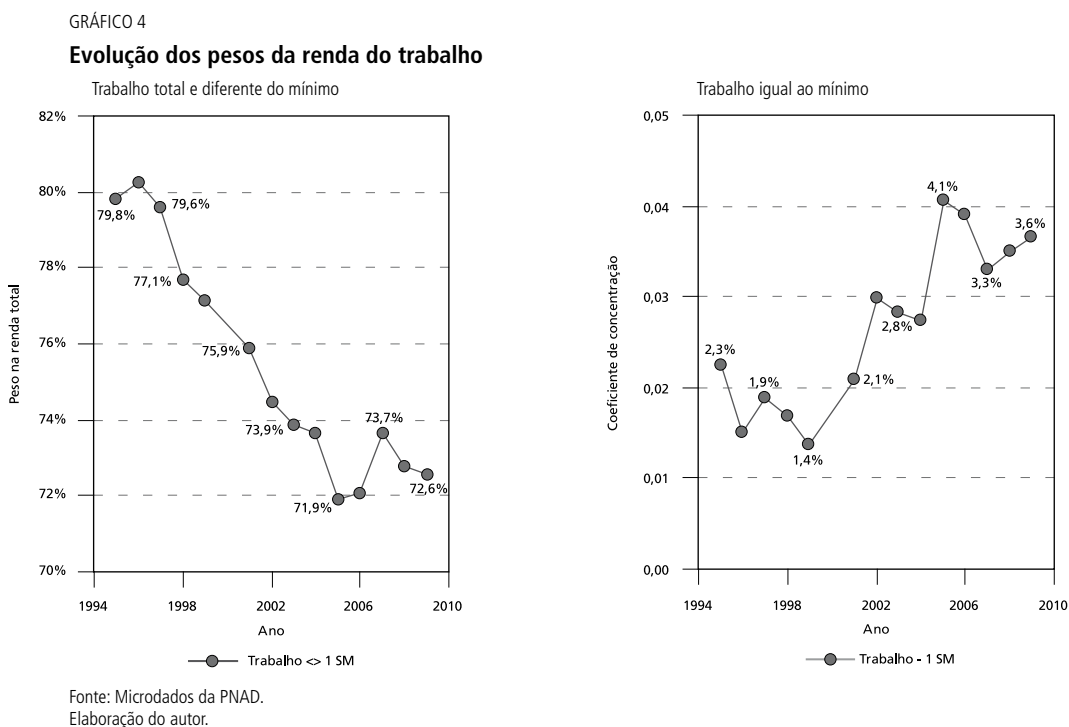
Fonte: Microdados da PNAD.  
Elaboração do autor.

No entanto, tão relevante quanto o progressivo coeficiente de concentração do salário mínimo, ou mais relevante que isto, é a redução do coeficiente de concentração das demais rendas oriundas do trabalho, que caiu quase 4 pontos de Gini (x100) de 1995 até 2009. Conforme será constatado, estas rendas são responsáveis pela maioria absoluta da renda das famílias. Então, uma redução na sua concentração, mesmo limitada, tem efeitos fortes sobre a desigualdade.

Mas os coeficientes de concentração contam apenas metade da história da desigualdade. É possível que uma fonte de renda, não obstante muito progressiva, tenha perdido espaço na divisão geral do bolo. Felizmente, o segundo painel do gráfico 4 mostra que este não é o caso das rendas iguais ao salário mínimo, cuja participação tem aumentado de 1,4% da renda total em 1999 para 3,6% em 2009. Este aumento do peso do salário mínimo na renda total lhe garantiu seu caráter distributivo.

É claro que os mecanismos distributivos do salário mínimo são complexos. O piso salarial comprime a distribuição salarial dos empregados, mas aumentos no seu valor podem levar alguns ao desemprego ou a salários inferiores ao piso. O efeito distributivo dependerá não apenas da magnitude de cada efeito, mas também, principalmente, de como se situam seus beneficiários na distribuição de renda domiciliar *per capita*. Por exemplo, se muitos beneficiários do salário mínimo forem trabalhadores secundários, indivíduos posicionados nos décimos superiores na distribuição de renda, o efeito distributivo do salário mínimo será reduzido.

No entanto, os gráficos 3 e 4 mostram que o efeito compressivo é mais forte que o efeito desemprego, e que há muitos trabalhadores pertencentes aos domicílios mais pobres entre os que recebem um salário mínimo.



A análise dos efeitos do salário mínimo é complexa, ao passo que a análise da concentração dos demais rendimentos do trabalho seria uma tarefa de anos de pesquisa. A *teoria do capital humano* outorga às melhorias educacionais ocorridas a partir dos anos 1990 o crédito pela queda da desigualdade. Ou, segundo uma explicação mais heterodoxa, haveria um ciclo virtuoso no qual famílias mais pobres compram bens-salário que são produzidos por trabalhadores pouco qualificados, reforçando ainda mais a demanda por bens-salário. Há ainda explicações relacionadas à heterogeneidade da demanda por trabalho determinada pela estrutura produtiva, ou à interiorização do emprego industrial.

O fato é que não se tem ainda uma boa explicação de por que o coeficiente de concentração de 73% da renda das famílias tem caído desde 1997. No entanto, este declínio tem sido sem dúvida o mais importante fator na queda da desigualdade no Brasil.

## 5 CONCLUSÕES

É difícil tirar conclusões definitivas sobre as razões da queda da desigualdade quando tão pouco se sabe sobre a mais importante fonte de renda das famílias. Há muitas explicações e relativamente poucas verificações empíricas de sua validade.

O que se pode concluir?

Primeiro, e como já foi dito em vários outros estudos, mudanças na progressividade das transferências governamentais, com ênfase ao inovador Bolsa Família, foram responsáveis por aproximadamente um terço da queda da desigualdade. Tal fato, relevante, já foi amplamente estudado e compreendido.

O reflexo no espelho do terço explicado pelas transferências é que dois terços da queda no coeficiente de Gini advêm do mercado de trabalho. Destes, quase um quarto se deve ao salário mínimo, o que mostra que este teve efeitos distributivos importantes. Contudo, os demais três quartos – ou seja, metade da redução da desigualdade – se devem a fatores no mercado de trabalho que não são o piso salarial.

Talvez a mais importante conclusão se refira à importância de se compreender melhor o que ocorre no mercado de trabalho além do salário mínimo.

## 6 REFERÊNCIAS

BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Orgs.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: Ipea, vol. 2, p. 17-40, 2007.

FISHLOW, A. Distribuição de renda no Brasil: um novo exame. **Dados**. N. 11, p. 10-80, 1973.

HOFFMANN, R. Transferências de renda e redução da desigualdade no Brasil e em cinco regiões, entre 1997 e 2005. *In*: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Orgs.). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília: Ipea, vol. 2, p. 17-40, 2007.

LANGONI, C. G. **Distribuição de renda e crescimento econômico do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

MALAN, P.; WELLS, J. Langoni e a distribuição de renda no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**. N. 3, p. 1103-1124, 1973.

SOARES, F. V.; SOARES, S.; MEDEIROS, M.; OSÓRIO, R. G. **Programas de transferência de renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade**. Brasília: Ipea, 2006. (Texto para Discussão, n. 1.228).

# **ECONOMIA SOLIDÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS**

## **INTRODUÇÃO**

### **O PROGRAMA TRABALHO AUTOGESTIONADO DA ARGENTINA**

Franca Venturi

### **EMPREENDIMENTOS AUTOGESTIONÁRIOS PROVENIENTES DE MASSAS FALIDAS – UMA RESENHA**

Jonas Bertucci

## INTRODUÇÃO

Este número do *Boletim Mercado de Trabalho*: conjuntura e análise traz dois textos que têm como objetivo discutir o fenômeno, relativamente recente no Brasil e no mundo, das empresas falidas ou em processo falimentar que foram disputadas e assumidas pelos trabalhadores.

O primeiro artigo é assinado por Franca Venturi, coordenadora do Programa Trabalho Autogestionado do Ministério do Trabalho, Emprego e Seguridade Social da Argentina. A autora apresenta as ações do programa realizado pelo governo argentino, que até o momento já apoiou mais de 300 unidades produtivas geridas por seus trabalhadores. Apesar da maior parte das empresas recuperadas na Argentina ter surgido como produto da crise que afetou o país no início da década, continuam a se produzir processos de recuperação na atualidade. Isto indica que as empresas recuperadas e outros sistemas de autogestão constituem uma opção que tende a permanecer.

O segundo texto, escrito por Jonas Bertucci, é uma resenha do livro *Empreendimentos autogestionários provenientes de massas falidas*, organizado por José Ricardo Tauille. O livro é um importante registro para se compreenderem as principais dificuldades e contradições vivenciadas por estas empresas no atual estágio de desenvolvimento da economia brasileira. São apresentados padrões de incidência dos problemas e virtudes encontradas no estudo empírico, sempre com a perspectiva de se orientar uma possível ação pública para o seu fortalecimento. Trata-se de uma leitura indispensável para aqueles que procuram aprofundar seu conhecimento do marco conceitual e dos referenciais teóricos que envolvem o fenômeno.

## O PROGRAMA TRABALHO AUTOGESTIONADO DA ARGENTINA

Franca Venturi\*

O Programa Trabalho Autogestionado foi criado pela Resolução nº 203, de 26 de março de 2004, do Ministério do Trabalho, Emprego e Seguridad Social da Argentina, e regulamentado pela resolução nº 552, de 2 de setembro de 2008, da Secretaria de Empleo deste ministério, com o objetivo de contribuir para a geração de novas fontes de trabalho e a manutenção dos postos existentes, por meio da promoção e do fortalecimento de unidades produtivas autogestionadas e da melhoria de sua competitividade e sustentabilidade.

As ações do programa se dirigem a unidades produtivas geridas por seus trabalhadores. Em uma primeira etapa os destinatários das ações foram as empresas recuperadas pelos trabalhadores, que recorreram ao Ministério do Trabalho, após o fechamento de tais empresas, com o objetivo de manterem suas fontes de trabalho em meio às consequências da crise econômica que afetou o país entre os anos de 2001 e 2002. A partir de 2007, o programa começou a analisar e a incorporar outros atores que não eram provenientes de processos de recuperação, sempre que estes se interessavam pelo modelo de autogestão associativa.

Nesse segundo momento, incluíram-se projetos impulsionados por organizações sociais, processos associativos vinculados a economias regionais, cadeias de valor setoriais e organizações que promovem o emprego ambiental com desenvolvimentos tecnológicos inovadores, em grande parte claramente enquadrados no setor da economia social e envolvendo trabalhadores provenientes de processos de desemprego de longa duração.

Também neste último grupo, incorporado mais recentemente, se encontram as cooperativas de trabalho do setor de construção, criadas a partir de 2003 por meio de convênios promovidos pelo Ministério do Planejamento Federal, Investimentos Públicos e Serviços e outros organismos do governo nacional, provincial e municipal, com o objetivo de resolver os urgentes problemas habitacionais, de infraestrutura social e sanitária herdados das décadas anteriores. Estas cooperativas foram integradas em sua maioria por beneficiários de programas sociais criados no contexto da Emergência Ocupacional Nacional.

O programa estabeleceu contato com algumas dessas cooperativas, que lograram continuar suas atividades tanto dentro do marco dos programas que lhe deram origem quanto nas obras públicas abertas à participação de empresas privadas. Ao longo de seu desenvolvimento, elas foram se conformando como verdadeiros grupos associativos e avançando na formalização produtiva e trabalhista.

\* Coordenadora do Programa Trabalho Autogestionado do Ministério do Trabalho, Emprego e Seguridad Social da Argentina. Endereço eletrônico: fventuri@trabajo.gob.ar

A experiência mais recente nesse sentido é o Programa Inserção Social pelo Trabalho – Argentina Trabalha, implementado pelo Ministério do Desenvolvimento Social, que prevê em sua primeira etapa a criação de 100 mil novos postos de trabalho em todo o país, por intermédio da formação de cooperativas, com um investimento social de 1 bilhão e 500 milhões de pesos.

No início do Programa Trabalho Autogestionado contava-se com informações – obtidas a partir de diferentes fontes, principalmente das listas fornecidas pelas organizações representativas do setor – sobre aproximadamente 160 empresas recuperadas pelos trabalhadores.

Atualmente, registram-se dados sobre 422 unidades produtivas, das quais 280 são empresas recuperadas, que foram tomando contato com o programa ao longo de sua execução, principalmente a partir da relação com pessoas que haviam participado de suas ações.

Apesar de a maior parte das empresas recuperadas ter surgido como produto da crise que afetou o país no início da década, continuam a se produzir processos de recuperação. Hoje, frente ao fechamento ou abandono de empresas, quando estão envolvidos e são afetados os interesses dos trabalhadores, estes recorrem a uma estratégia já conhecida para defender suas fontes de trabalho e transitam por caminhos seguidos por outras unidades produtivas que conseguiram reiniciar a atividade de forma autogestionada.

Das empresas autogestionadas pesquisadas em funcionamento, que operam em diversos setores de atividades, 370 se encontram inscritas no registro do programa e 330 foram atendidas por meio das diferentes linhas disponíveis. Além disso, em conformidade com as disposições do regulamento operacional do programa, foram assistidas 330 unidades produtivas autogestionadas, das quais 208 são recuperadas e 122 não surgiram de processos de recuperação. As unidades produtivas autogestionadas pesquisadas até o momento reúnem aproximadamente 16.400 trabalhadores em todo o país.

Atualmente, das 370 unidades produtivas inscritas no Registro de Empresas Autogestionadas, 236 são empresas recuperadas e 134 não se originam de processos de recuperação, apesar de terem sido formadas como tal a partir da decisão de se pôr em marcha um processo de autogestão associativa como alternativa de geração de trabalho. A partir de 2007, aumentou o número de unidades produtivas com estas características que ingressaram no programa, o que significa um volume de assessoria que coloca o desafio de transcender a característica de política focalizada. Neste sentido, cabe destacar que até o momento não foram realizadas atividades de promoção do programa, pois, na fase de assessoria ao universo de empresas recuperadas, o conceito é apoiar e acompanhar os processos de empoderamento iniciados e protagonizados pelos trabalhadores.

Os casos registrados de recuperação e autogestão em sentido amplo são abordados no marco do trabalho que vem sendo desenvolvido por diversas organizações sociais inseridas em uma agenda estatal mais ampla. Isto tem permitido estender a presença do programa a todo o território nacional – sendo os atores mencionados seus principais promotores –, juntamente com as ações de articulação institucional interestatal que têm sido implementadas desde o início do programa.

### **CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS UNIDADES PRODUTIVAS AUTOGESTIONADAS**

A localização geográfica das unidades produtivas autogestionadas recuperadas pelos trabalhadores se concentra principalmente na região central do país, nas áreas de forte tradição industrial. As demais empresas autogestionadas apresentam uma importante dispersão em áreas de



relativo atraso no desenvolvimento produtivo e na periferia dos grandes aglomerados urbanos. Em termos gerais, são registrados na região central: 182 casos na província de Buenos Aires, 67 na Cidade Autônoma de Buenos Aires, 28 na província de Santa Fé e 17 na província de Córdoba; na região nordeste e no litoral do país: 40 na província de Chaco, seis na província de Corrientes, dois na província de Entre Ríos e dois na província de Misiones; na região noroeste do país: 21 na província de Jujuy, 13 na província de Salta, nove na província de La Rioja, oito na província de Mendoza, dois na província de Catamarca, dois na província de San Juan, dois na província de Santiago del Estero e dois na província de Tucumán; e na região sul: sete na província de Rio Negro, quatro na província de Neuquén, três na província de Chubut, três na província de La Pampa e dois na província de Tierra del Fuego.

Quanto aos setores e ramos de atividades, aproximadamente 60% das unidades produtivas consideradas até agora se distribuem do seguinte modo: indústria metalúrgica (17%), indústria de construção (16%), indústria têxtil (13%) e indústria alimentícia (12%). A porcentagem restante assim se distribui – segundo a quantidade: indústria gráfica, de carne, saúde, vidro, química, serviços, transporte, madeira, tratamento de resíduos, educação, plástico, hotelaria, comunicação, arte, calçado, borracha, papel, serviços gastronômicos, produção agrícola, hidrocarbonetos, cuidados de crianças e naval.

Entre aproximadamente 16.400 trabalhadores associados nas 422 unidades produtivas consideradas, cerca de 71% correspondem a 280 empresas recuperadas e 29% a 142 empresas que não são recuperadas. Comparando-se as empresas recuperadas e as não recuperadas, observa-se que as primeiras têm um número médio maior de trabalhadores.

Noventa e cinco por cento das unidades produtivas pesquisadas se constituem na forma de cooperativa de trabalho. Entre as restantes, há cooperativas de trabalho e consumo, de provisão de serviços e sociedades anônimas. A escolha predominante da cooperativa de trabalho como forma jurídica no caso das empresas recuperadas é determinado fundamentalmente pelo que é estabelecido no Artigo 190 da Lei de Falências, que habilita o juiz interventor a outorgar a possibilidade de os trabalhadores continuarem as atividades da massa falida, organizados como cooperativas de trabalho. Além disso, levando-se em conta as possibilidades do marco jurídico vigente para figuras associativas, a forma de cooperativa de trabalho mostra-se adequada à decisão do conjunto de trabalhadores que levam adiante a gestão de uma empresa de maneira associativa, e vem sendo utilizada nos programas públicos de criação de emprego.

Em relação ao tamanho das unidades produtivas, de acordo com a quantidade de trabalhadores que as integram, 78% tem menos de 50 trabalhadores e, nas restantes, incluem-se até casos de mais de 300 trabalhadores.

Todas as unidades produtivas registradas no programa estão em funcionamento e praticamente não há mortalidade desse tipo de empresa. No registro histórico do programa, apenas oito delas não puderam prosperar – sendo conveniente destacar que isto ocorreu devido a motivos e dificuldades externas ao grupo de trabalhadores que levavam o processo adiante.

Quanto à composição etária dos trabalhadores integrantes, 43% têm idade inferior a 45 anos. A porcentagem de trabalhadores em idade avançada é particularmente mais elevado nas empresas recuperadas. A composição por gênero mostra que há 76% de homens e 24% de mulheres.

As ações do programa foram concebidas de acordo com as necessidades e demandas que as numerosas unidades produtivas recuperadas expressavam por meio de seus trabalhadores, que se aproximavam do Ministério do Trabalho, Emprego e Seguridade Social em

busca de respostas aos múltiplos problemas relacionados à crise. No entanto, observa-se que o processo – em princípio pensado como conjuntural e relacionado às circunstâncias vigentes no país entre os anos de 2000 e 2001 – não terminou e continua até a atualidade.

A complexidade do problema dificulta uma descrição geral. Não obstante, a experiência acumulada permite destacar algumas questões. Para o universo das empresas recuperadas, uma característica comum é a precariedade patrimonial, na medida em que a maioria absoluta (cerca de 90%) surge de processos de falências, ou seja, insolvência e quebra declarada. Estas empresas enfrentam deficiências de infraestrutura e *layout*, capacidade instalada subutilizada e/ou ociosa, necessidades de incorporação e adequação tecnológica, necessidades de capacitação dos trabalhadores – principalmente associadas ao desenvolvimento de habilidades necessárias para a gestão do negócio –, restrição de capital de giro e de recursos para investimentos, problemas para o desenvolvimento de marcas próprias, problemas de logística e distribuição, dificuldades com a cadeia de fornecedores e com a comercialização, entre outros obstáculos.

Nas empresas autogestionadas que não se originam de processos de recuperação, as debilidades mais frequentes se referem a: deficiências nas instalações produtivas devido a dificuldades de acesso e condições de infraestrutura adequadas; maquinário insuficiente e/ou com necessidades de modernização, considerando-se as necessidades do processo produtivo; condições inadequadas para a comercialização na modalidade de facção; ausência de áreas de gestão comercial; dificuldades para gerar estoque de matérias-primas, insumos e produtos; restrições financeiras; carência de marcas comerciais; pouca diversificação de clientes; alta rotação de associados; e necessidades de capacitação técnica específica, bem como para a gestão do negócio.

## ENFOQUE DO PROGRAMA

Na fase de sua concepção, foi dada especial atenção à heterogeneidade dos destinatários do programa e à sua problemática. A fim de avançar em um esquema que desse conta disto e oferecesse respostas concretas a cada uma das unidades, buscou-se a construção de um enfoque integral e flexível.

Nesse sentido, os critérios que sustentam as exigências, condições e propósitos de cada uma das linhas têm como base os trabalhadores envolvidos nos processos associativos, seja de forma direta ou indireta: a melhoria de renda; o fortalecimento das capacidades e habilidades dos trabalhadores; a melhoria da capacidade produtiva com base na quantidade de sócios trabalhadores envolvidos; a saúde e a proteção dos trabalhadores nos seus postos de trabalho; e a melhoria da competitividade com base em estímulos individuais, dependendo da quantidade de trabalhadores da unidade produtiva e do compromisso de cofinanciamento.

Em termos de abordagem conceitual, as ações previstas se orientam a atender à situação específica de trabalhadores que procuram construir alternativas de trabalho autogestionado de forma associativa, tanto no âmbito urbano quanto no rural, seja na fase inicial ou reativação, seja nas fases de consolidação e melhoria de sua competitividade.

Os principais critérios adotados nas definições operativas do programa são: *i*) a natureza da associatividade nos modelos de organização dos projetos, que combine a autonomia na gestão com a propriedade social dos bens e dos meios de produção; *ii*) a orientação para as práticas compatíveis com o conceito de “trabalho de qualidade”, incentivando o trabalho produtivo, a proteção social e a equidade; e *iii*) a sustentabilidade solidária do empreendimento, considerando-se o envolvimento dos seus membros e da comunidade.

O esquema de trabalho integral e flexível inclui as características a seguir especificadas.

1. *Ajuda econômica individual*, com o objetivo de apoiar o ingresso de trabalhadores na fase inicial das atividades, ou quando estas atravessam situações críticas que afetem a manutenção dos postos de trabalho ou o desenvolvimento normal da atividade produtiva.
2. *Apoio técnico e econômico para a melhoria da capacidade produtiva*, que se realiza: com aporte financeiro destinado à reparação e aquisição de equipamento, matérias-primas e insumos, e à reforma de infraestrutura e de instalações; e com ações de apoio à expansão e consolidação da unidade produtiva no mercado mediante atividades de comercialização, certificação de produtos, obtenção de autorizações, entre outras.
3. *Apoio técnico e econômico para a melhoria da competitividade*, que se realiza por intermédio do cofinanciamento de projetos de investimento em pequena escala para bens de capital ou bens de capital e capital de giro associado, e modernização de infraestrutura e instalações.
4. *Assistência técnica e capacitação para a melhoria da capacidade de gestão das unidades produtivas*, o que propicia a aplicação de modelos de gestão empresarial sustentáveis, contribuindo para a melhoria dos fatores de competitividade das unidades produtivas.
5. *Assistência para a higiene e a segurança do trabalho*, que se propõe a contribuir para melhorias nestas áreas e a promover a incorporação de políticas preventivas a elas destinadas.

Desde 2004 o programa investiu aproximadamente 50 milhões de pesos. De forma complementar à assistência técnica e econômica, foi desenvolvida uma estratégia de acompanhamento que permitiu realizar ações de articulação vertical, entre diferentes instâncias do governo em nível nacional, provincial e local; e horizontal, com organismos públicos e privados especializados, de promoção e regulação.

Nesse sentido, houve avanços por meio da realização de convênios para o desenvolvimento de ações estratégicas de forma conjunta. Como exemplo, vale mencionar: *i*) com o Instituto de Normalização e Certificação (Iram), para o desenho e implementação de ciclos de melhora contínua de qualidade, no marco de um referencial normativo para empresas autogestionadas; *ii*) com confederações, câmaras de pequenas e médias empresas e cooperativas, para o favorecimento de alianças estratégicas; e *iii*) com organizações sindicais, cooperativas de promoção tecnológica e financeira, para assistência técnica, capacitação dos trabalhadores e implementação de planos de negócio.

O programa também tem organizado numerosas jornadas, fóruns e seminários vinculados à temática – destacando-se uma exposição nacional e uma segunda edição internacional de empresas recuperadas, que teve alcance no âmbito regional do Mercado Comum do Sul (Mercosul) –, e seus integrantes têm participado de inúmeros eventos.

Na perspectiva regional, em 2010 o Programa Trabalho Autogestionado solicitou a inserção do tema no Subgrupo de Trabalho 10: Assuntos Laborais, Emprego e Seguridad Social do Mercosul, a fim de incluir a temática em nível territorial. Objetiva-se, com isto, a ampliação do intercâmbio de experiências e análises de possíveis complementaridades em nível setorial e das políticas públicas orientadas para o trabalho autogestionado.

## REFLEXÕES

Confrontado com esse universo e essas experiências heterogêneas durante a crise e no pós-crise (de 2001-2002), o Ministério do Trabalho desempenhou um papel de gestor da política social, dando suporte a projetos de trabalhadores desempregados que surgiam claramente como *alternativas frente à crise*. O desafio atual consiste na assimilação do conceito de *trabalho autogestionado em forma associativa* como uma *alternativa no mundo do trabalho*.

Nesse sentido, as empresas recuperadas e outros sistemas de autogestão constituem uma realidade que tende a permanecer após a crise de 2001-02 e a posterior fase expansiva. Portanto, dada a sua inquestionável importância econômica e social, é relevante a integração destas entidades a políticas de Estado que tenham eixo no setor produtivo e na criação de trabalho, a partir de uma perspectiva sustentável no médio e no longo prazo.

Trata-se, assim, de integrar as políticas que propiciem avanços na resolução de um “duplo problema” característico destas unidades: a informalidade do trabalho e da produção. Busca-se, por consequência, melhorar as condições produtivas das empresas, visando assegurar uma maior competitividade e, em particular, o acesso a condições “genuínas” e sustentáveis de produção e comercialização, e também avançar em uma maior formalização da situação dos trabalhadores.

Em outras palavras, é preciso que a questão das empresas recuperadas possa sair da “lógica assistencial” na qual necessariamente teve origem (dado o contexto de crise em que emergiu grande parte das experiências de autogestão) e comece a formar parte de uma agenda de políticas pelo desenvolvimento produtivo e de inclusão do trabalho como um novo sujeito de direito, sem ignorar o seu papel no campo da economia social.

Com efeito, a assistência oferecida aos trabalhadores envolvidos nesses empreendimentos constitui um aspecto importante do acompanhamento até a formalização, na medida em que as linhas de trabalho implementadas se articulam para atender a distintos momentos do processo de desenvolvimento das unidades produtivas e de seus trabalhadores.

Nesse sentido, embora o programa tenha surgido como uma ferramenta para atender a uma situação conjuntural (a crise ocorrida no início da presente década), ele se constituiu, mais adiante, em estratégia de acompanhamento no médio prazo. Com a organização dos trabalhadores para a defesa de seus postos de trabalho, após o levantamento de suas demandas o programa passou a responder a questões ligadas às sucessivas etapas envolvidas na execução, na produção, na gestão do negócio e no desenvolvimento das capacidades dos trabalhadores.

A incorporação de uma visão que dê atenção ao desenvolvimento do processo – para além da situação de vulnerabilidade inicial – permitiu realçar a possibilidade de somar alternativas de assistência que possam dar resposta às distintas necessidades que surgem à medida que as unidades produtivas avançam em seu processo de consolidação.

A política sustentada sobre o emprego como eixo articulador da vida, da cidadania e do destino econômico de um país requer a incorporação e a consolidação dos processos protagonizados pelos trabalhadores no desafio do pleno emprego para a Argentina atual e futura. Neste marco, destaca-se o desafio de considerar o trabalho autogestionado como um novo sujeito de direito com base na experiência nacional e regional em andamento. O Ministério do Trabalho e as entidades de classe, empresariais e sociais constituem, assim, atores fundamentais para que se imprima legitimidade a um novo estatuto que constitui hoje o principal desafio para o futuro próximo e cujo caminho já foi iniciado.

## **EMPREENDIMENTOS AUTOGESTIONÁRIOS PROVENIENTES DE MASSAS FALIDAS – UMA RESENHA**

Jonas Bertucci\*

O livro *Empreendimentos autogestionários provenientes de massas falidas*<sup>1</sup> é fruto de uma pesquisa realizada em parceria estabelecida entre a Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (Senaes/MTE), o Ipea e a Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC). O tema da pesquisa é o fenômeno, relativamente recente no Brasil, das empresas falidas ou em processo falimentar que foram disputadas e assumidas pelos trabalhadores.

Trata-se de uma leitura indispensável para aqueles que procuram aprofundar seu conhecimento por meio de um estudo que não deixe de fazer um traçado consistente do marco conceitual e dos referenciais teóricos que envolvem o fenômeno.

Na década de 1980, com as crises que a caracterizaram, começaram a se multiplicar as experiências de empresas recuperadas por seus trabalhadores no Brasil. Este processo se ampliou posteriormente, devido em grande medida ao ajuste estrutural feito pelas empresas brasileiras, particularmente as do setor industrial, em função da forma abrupta como foi feita a abertura comercial no início dos anos 1990 (governos Collor e Itamar), conjugada, a partir de 1995, com a política de sobrevalorização do real do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso. Tais políticas, no contexto neoliberal de então, resultaram num quadro de crise e de falência de empresas em diversos setores produtivos, haja vista que muitas delas não estavam preparadas para o enfrentamento da concorrência internacional, que se manifestou de forma rápida e intensa.

Como reação, iniciaram-se vários movimentos de lutas dos trabalhadores assalariados para a manutenção de seus postos de trabalho. Em alguns casos, a alternativa foi a transferência da massa falida para os ex-empregados das empresas, que passaram a ser seus próprios patrões.

Essas experiências ganharam maior projeção e provocaram, no final da década, o surgimento das primeiras organizações de representação de trabalhadores em empresas autogestionárias, bem como das primeiras ações e políticas públicas especificamente voltadas para este tipo de empreendimento.

---

\* Pesquisador-Bolsista do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) no Ipea.

1. Tauille, José Ricardo *et al.* *Empreendimentos autogestionários provenientes de massas falidas*. Relatório Final. Brasília: MTE, Ipea, ANPEC, Senaes, 2005.

## OBJETIVO DA PESQUISA

O objetivo da pesquisa foi a constituição de referenciais para a compreensão dos empreendimentos brasileiros de autogestão. Os autores realizaram um estudo empírico abrangendo 28 experiências, além de visitas a entidades semelhantes na Espanha. Procurou-se investigar as empresas autogestionárias, considerando-se as seguintes principais questões: ocorrência e motivo de êxito ou fracasso; natureza de grandes dificuldades porventura enfrentadas; e soluções visando à superação de dificuldades e malogros e à obtenção de sucesso.

Nesse sentido, o livro é um importante registro para se compreenderem melhor as principais dificuldades e contradições vivenciadas por essas empresas no atual estágio de desenvolvimento da economia brasileira. São apresentados padrões de incidência dos problemas e das virtudes encontradas, sempre com a perspectiva de se orientar uma possível ação pública para o seu fortalecimento.

## CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS EMPRESAS E DOS TRABALHADORES

A primeira característica observada em grande parte dos empreendimentos provenientes de massas falidas é a existência de um importante passivo trabalhista acumulado, como direitos trabalhistas e sociais não pagos, além de pagamentos de salários atrasados. Isto pode ocorrer tanto por dificuldades enfrentadas nos períodos de crise conjuntural quanto por ineficiências de caráter administrativo. Normalmente, são estas dívidas que permitem aos trabalhadores assumirem a propriedade da empresa.

Na ausência de um marco jurídico próprio e adequado às suas especificidades, utiliza-se na maioria das vezes o modelo cooperativista brasileiro.<sup>2</sup> Esta escolha se dá absolutamente por falta de opção. É importante ressaltar que a legislação cooperativista data do período militar, envolvendo interesses políticos que atualmente não têm necessariamente uma perspectiva voltada para a questão da autogestão.

É comum nos processos de negociação – com ex-proprietários e organismos públicos e privados envolvidos – a presença dos sindicatos. Estes atuam, algumas vezes, ativamente na organização dos trabalhadores.

Visto que a falência se explica, normalmente, pela dificuldade de enfrentamento da concorrência, frequentemente se observa uma grande defasagem tecnológica nessas empresas. As máquinas e os equipamentos não raramente são antigos ou estão sucateados. Este limite tecnológico não se verifica apenas em termos de capital físico, mas também de técnicas produtivas e do próprio processo de organização social da produção.

Ademais, quase todas as experiências apontam a dificuldade de se obter crédito como um dos entraves ao seu desenvolvimento. Elas sofrem com a falta de credibilidade junto a fornecedores, clientes e várias instâncias do governo.

Os trabalhadores das empresas recuperadas, em sua maioria, são oriundos do chão de fábrica, sem experiência em atividades de gestão e com baixa qualificação. Isto ocorre, em parte, porque aqueles indivíduos com maior experiência e melhores condições de obter outra posição no mercado acabam preferindo um trabalho estável em outra empresa tradicional ao risco de se lançar na aventura da autogestão de uma empresa que acaba de falir.

2. Os autores sugerem que, no caso da experiência espanhola, há semelhanças com o caso brasileiro, embora a organização das entidades de representação e das demandas frente ao Estado tenham precedido o contexto brasileiro em cerca de 15 anos. Na Espanha, foram criados mecanismos institucionais que reconhecem este tipo de organização econômica. A legislação define desde 1986 uma forma jurídica denominada sociedade anônima laboral (Sales), que abarca especificamente empreendimentos geridos pelos trabalhadores.

Assim, o trabalhador que permanece é constantemente desafiado a compreender sua nova situação, na qual passa a ser o proprietário de um empreendimento coletivo. Isto gera uma maior motivação e empenho dos trabalhadores. Mas, contraditoriamente, pode também significar a extensão da jornada de trabalho não remunerado ou, o que é inerente à propriedade coletiva, a possibilidade de flexibilização da remuneração para enfrentar períodos de oscilação do mercado.

Diferentemente de antes, após se engajar em uma empresa autogestionada o trabalhador não pode mais esquecer o que se passa na empresa ao ir para casa no final de semana, pois o empreendimento agora também é seu. Ele passa a participar do processo de decisão sobre a alocação de recursos e a repartição dos resultados. Dessa forma, a sua remuneração não é mais um salário, mas uma retirada, cujo valor deve ser decidido de forma coletiva. Por isso, uma relação de confiança nada parecida com a que ocorre em uma empresa comum deve ser construída.

Para os autores, a democratização do processo de tomada de decisões abre um leque de possibilidades e ações, inclusive no que se refere à influência positiva observada sobre o desempenho das empresas que se mantêm ativas, mesmo com todas as dificuldades. Segundo as palavras dos próprios autores, ao refletirem sobre as perspectivas de avanço de tais experiências:

Nossos sentimentos variam entre o desânimo diante da constatação nua e crua das dificuldades colocadas por uma realidade bastante inóspita para este tipo de empreendimento, e certo otimismo provocado pela obstinação com que os mais desfavorecidos resistem e buscam conhecer e conquistar os caminhos da recuperação e da reintegração (p. 162-63).

## CONCLUSÕES

É importante salientar que o estudo foi feito em um período em que os índices de desemprego no Brasil estavam muito elevados, com poucas expectativas de redução dos níveis de pobreza e concentração de renda. Transcorridos cerca de cinco anos, ocorreram mudanças estruturais na economia brasileira e no contexto internacional que devem ser consideradas. Por exemplo, o número de brasileiros abaixo da linha da pobreza, que naquele momento ultrapassava 50 milhões, reduziu-se em mais de 20 milhões.

A melhoria geral no quadro econômico do país e a queda do desemprego não justificam, no entanto, a ausência de uma institucionalidade e de uma legislação que favoreçam os empreendimentos autogestionados. Além de inexistir um marco legal adequado, faltam linhas de crédito orientadas às necessidades de giro e de investimentos dos empreendimentos criados a partir de processo falimentar.<sup>3</sup> Este é um tema que merece aprofundamento.

Numa economia emergente como a do Brasil, o apoio às empresas autogestionadas continua sendo uma via promissora, pois abrange uma dupla dimensão. Além da manutenção e geração de novos empregos, isto significa, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, um investimento em uma nova orientação socioproductiva, capaz de trazer um modelo de desenvolvimento socioeconômico menos desigual. Para que esta alternativa se consolide, é necessária a contribuição de políticas públicas, em particular no campo da qualificação e capacitação destes trabalhadores e do acesso ao crédito, a fim de que estes empreendimentos enfrentem a concorrência do mercado em melhores condições.

3. Estudos realizados na Argentina indicam que o número de empreendimentos autogestionados continua a crescer independentemente da superação da crise de 2001 e 2002 neste país. No Brasil, são necessários novos estudos para se compreender a evolução destas empresas relativamente à situação econômica geral do país.

# **ANEXO ESTATÍSTICO**

**POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA**

**OCUPAÇÃO**

**MOVIMENTAÇÃO DE MÃO DE OBRA**

**DESEMPREGO**

**SEGURO-DESEMPREGO**

**RENDIMENTOS**

**INFORMALIDADE**

## **Advertência**

Os dados deste Anexo Estatístico, que são provenientes da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresentam valores distintos daqueles que foram publicados até o número 38 deste boletim, em decorrência de novos fatores de expansão das amostras.

Para mais informações, consultar:

[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme\\_nova/notatecnicareponderacao2009.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/notatecnicareponderacao2009.pdf)



# ANEXO ESTATÍSTICO

## Índice de Tabelas

### I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

---

1. PEA por região metropolitana	A1
2. PEA por gênero	A1
3. PEA por grau de instrução	A2
4. PEA por faixa etária	A2
5. Taxa de participação por região metropolitana	A3
6. Taxa de participação por gênero	A3
7. Taxa de participação por grau de instrução	A4
8. Taxa de participação por faixa etária	A4
9. População economicamente inativa que gostaria de trabalhar	A5

### II. OCUPAÇÃO

---

1. Nível de ocupação por região metropolitana	A7
2. Nível de ocupação por gênero	A7
3. Nível de ocupação por grau de instrução	A8
4. Nível de ocupação por faixa etária	A8
5. Nível de ocupação por posição na ocupação	A9
6. Empregados por categoria de ocupação	A9
7. Nível de ocupação por setor de atividade	A10

### III. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO DE OBRA

---

1. Admissões por UF	A11
2. Desligamentos por UF	A12
3. Variação do nível de emprego por UF	A13
4. Admissões por setor de atividade	A14
5. Desligamentos por setor de atividade	A15
6. Variação do nível de emprego formal por setor de atividade	A16

### IV. DESEMPREGO

---

1. Taxa de desemprego por região metropolitana: PME	A17
2. Taxa de desemprego aberto: PED	A17
3. Taxa de desemprego oculto por desalento: PED	A18
4. Taxa de desemprego oculto por precariedade: PED	A18
5. Taxa de desemprego total: PED	A19
6. Taxa de desemprego por gênero: PME	A19
7. Taxa de desemprego por grau de instrução	A20
8. Taxa de desemprego por faixa etária	A20
9. Taxa de desemprego por posição na família: PME	A21
10. Composição do desemprego por gênero: PME	A21
11. Composição do desemprego por posição na família: PME	A22
12. Composição do desemprego por faixa etária: PME	A22
13. Composição do desemprego por grau de instrução	A23
14. Composição do desemprego por faixa de duração	A23

## **V. SEGURO-DESEMPREGO**

---

- |  |     |
|--|-----|
| 1. Requerentes, segurados e valor médio do benefício | A25 |
|--|-----|

## **VI. RENDIMENTOS**

---

- |   |     |
|---|-----|
| 1. Rendimentos médios reais habitualmente recebidos por região              | A27 |
| 2. Rendimentos médios reais efetivamente recebidos por região               | A27 |
| 3. Rendimentos médios reais habitualmente recebidos por posição na ocupação | A28 |
| 4. Rendimentos médios reais efetivamente recebidos por posição na ocupação  | A28 |
| 5. Salário mínimo real  | A29 |

## **VII. INFORMALIDADE**

---

- |   |     |
|---|-----|
| 1. Participação dos empregados sem carteira assinada na ocupação total por região metropolitana   | A31 |
| 2. Participação dos empregados por conta própria na ocupação total por região metropolitana   | A31 |
| 3. Diferencial de rendimentos efetivamente recebidos pelos empregados do setor privado com e sem carteira assinada, por região metropolitana                                | A32 |
| 4. Diferencial de rendimentos efetivamente recebidos pelos empregados do setor privado com carteira assinada e os trabalhadores por conta própria, por região metropolitana | A32 |

## I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA I.1

### PEA por região metropolitana

(Em mil pessoas)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT	Total
2003	1.470	1.599	2.142	5.188	8.965	1.765	21.128	1.360	22.488
2004	1.461	1.654	2.229	5.275	9.130	1.777	21.525	1.379	22.904
2005	1.486	1.722	2.246	5.257	9.182	1.800	21.693	1.446	23.139
2006	1.548	1.735	2.362	5.325	9.335	1.834	22.139	1.443	23.582
2007	1.511	1.832	2.437	5.351	9.549	1.853	22.535	1.481	24.015
2008	1.492	1.805	2.510	5.446	9.774	1.907	22.934	1.564	24.498
2009	1.537	1.858	2.535	5.420	9.911	1.887	23.148	1.558	24.706
Jan.-set./2009	1.527	1.846	2.517	5.406	9.916	1.875	23.088	1.545	24.605
2010									
Janeiro	1.544	1.904	2.567	5.542	9.854	1.881	23.292	1.584	24.876
Fevereiro	1.580	1.882	2.554	5.593	9.887	1.895	23.390	1.588	24.978
Março	1.592	1.908	2.616	5.576	9.937	1.906	23.536	1.605	25.141
Abril	1.635	1.936	2.599	5.489	9.978	1.894	23.530	1.582	25.112
Maio	1.652	1.951	2.635	5.541	9.959	1.904	23.642	1.585	25.227
Junho	1.630	1.936	2.614	5.511	9.924	1.911	23.526	1.586	25.112
Julho	1.617	1.946	2.629	5.520	10.011	1.940	23.663	1.594	25.257
Agosto	1.625	1.939	2.655	5.586	9.981	1.949	23.736	1.600	25.336
Setembro	1.693	1.923	2.649	5.539	9.997	1.961	23.762	1.586	25.348
Jan.-set./2010	1.619	1.925	2.613	5.544	9.948	1.916	23.564	1.590	25.154

Fonte: PME/IBGE e PME/Ipardes.

TABELA I.2

### PEA por gênero

(Em mil pessoas)

Período	Masculino	Feminino
2003	11.737	9.392
2004	11.857	9.668
2005	11.928	9.765
2006	12.139	10.000
2007	12.281	10.254
2008	12.446	10.488
2009	12.502	10.647
Jan.-set./2009	12.502	10.587
2010		
Janeiro	12.532	10.760
Fevereiro	12.612	10.778
Março	12.666	10.870
Abril	12.705	10.825
Maio	12.690	10.951
Junho	12.627	10.899
Julho	12.695	10.968
Agosto	12.755	10.980
Setembro	12.721	11.041
Jan.-set./2010	12.667	10.897

Fonte: PME/IBGE.

## I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA I.3  
**PEA por grau de instrução**  
(Em mil pessoas)

Período	< 8	8 - 10	> = 11
2003	7.174	4.233	9.686
2004	6.963	4.215	10.307
2005	6.669	4.161	10.830
2006	6.503	4.172	11.430
2007	6.244	4.189	12.072
2008	6.001	4.173	12.732
2009	5.702	4.128	13.292
Jan.-set./2009	5.657	4.039	13.154
2010			
Janeiro	5.574	4.160	13.539
Fevereiro	5.543	4.179	13.650
Março	5.603	4.112	13.804
Abril	5.518	4.112	13.873
Maio	5.514	4.074	14.027
Junho	5.487	4.089	13.919
Julho	5.442	4.253	13.944
Agosto	5.453	4.289	13.970
Setembro	5.368	4.269	14.105
Jan.-set./2010	5.500	4.171	13.870

Fonte: PME/IBGE.

TABELA I.4  
**PEA por faixa etária**  
(Em mil pessoas)

Período	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2003	127	616	4.073	13.041	3.272
2004	107	598	4.090	13.239	3.490
2005	64	521	3.989	13.457	3.662
2006	73	538	4.013	13.684	3.831
2007	64	496	3.986	13.964	4.025
2008	62	480	3.921	14.155	4.317
2009	95	569	3.996	12.506	4.573
Jan.-set./2009	53	429	3.813	14.276	4.519
2010					
Janeiro	40	391	3.689	14.369	4.802
Fevereiro	48	392	3.697	14.485	4.768
Março	53	414	3.754	14.529	4.786
Abril	51	438	3.707	14.585	4.750
Maio	57	439	3.753	14.532	4.860
Junho	48	445	3.695	14.463	4.875
Julho	60	433	3.692	14.580	4.899
Agosto	56	463	3.718	14.657	4.842
Setembro	39	420	3.740	14.699	4.864
Jan.-set./2010	50	426	3.716	14.544	4.827

Fonte: PME/IBGE.

## I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA I.5

### Taxa de participação por região metropolitana

(Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT	Total
2003	51,3	57,6	56,3	54,8	59,8	56,7	57,1	59,9	57,3
2004	49,8	57,8	57,2	55,0	59,9	56,3	57,2	59,0	57,3
2005	49,7	58,5	56,4	54,0	59,3	56,3	56,6	60,1	56,8
2006	51,2	57,6	58,1	54,1	59,2	56,6	56,9	58,7	57,0
2007	49,0	59,0	58,8	53,6	59,7	56,5	56,9	59,0	57,0
2008	47,3	56,8	59,1	54,0	60,1	57,5	57,0	61,2	57,3
2009	47,9	56,6	58,6	53,3	60,1	56,1	56,7	59,8	56,9
Jan.-set./2009	47,7	56,4	58,3	53,2	60,2	55,9	56,6	59,5	56,8
2010									
Janeiro	47,9	57,5	59,1	54,0	59,1	55,6	56,5	60,1	56,8
Fevereiro	49,1	56,7	58,9	54,6	59,2	56,1	56,8	59,9	57,0
Março	49,3	57,4	60,0	54,5	59,3	56,2	57,0	60,3	57,2
Abril	50,4	58,1	59,5	53,8	59,7	55,6	57,0	59,5	57,2
Maio	50,8	58,6	60,1	54,4	59,8	55,7	57,3	59,4	57,4
Junho	50,0	57,9	59,5	53,8	59,5	56,0	56,9	59,3	57,1
Julho	49,7	58,1	59,7	53,7	59,9	56,9	57,1	59,6	57,3
Agosto	49,9	57,8	60,3	54,2	59,8	57,3	57,3	59,9	57,5
Setembro	51,9	57,5	60,2	53,6	59,8	57,7	57,3	59,6	57,5
Jan.-set./2010	49,9	57,7	59,7	54,1	59,6	56,3	57,0	59,7	57,2

Fonte: PME/IBGE.

TABELA I.6

### Taxa de participação por gênero

(Em %)

Período	Masculino	Feminino
2003	67,7	47,8
2004	67,3	48,3
2005	66,7	47,7
2006	66,8	48,1
2007	66,5	48,5
2008	66,6	48,7
2009	66,0	48,6
Jan.-set./2009	66,0	48,5
2010		
Janeiro	65,9	48,5
Fevereiro	66,3	48,6
Março	66,5	48,9
Abril	66,6	48,8
Maio	66,6	49,3
Junho	66,2	49,0
Julho	66,4	49,2
Agosto	66,6	49,3
Setembro	66,6	49,4
Jan.-set./2010	66,4	49,0

Fonte: PME/IBGE.

## I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA I.7

### Taxa de participação por grau de instrução

(Anos de escolaridade, em %)

Período	< 8	8 - 10	> = 11
2003	42,1	58,9	76,2
2004	41,3	58,4	76,3
2005	39,9	56,9	75,9
2006	39,2	57,4	76,2
2007	38,1	57,2	76,2
2008	37,2	56,7	76,2
2009	36,1	55,6	75,7
Jan.-set./2009	35,9	54,9	75,5
2010			
Janeiro	36,0	54,7	74,9
Fevereiro	36,1	54,5	75,3
Março	36,3	54,3	75,6
Abril	35,9	54,4	75,8
Maio	35,9	54,8	76,2
Junho	35,7	54,4	75,7
Julho	35,4	55,7	75,9
Agosto	35,3	56,2	76,3
Setembro	34,9	56,5	76,3
Jan.-set./2010	35,7	55,1	75,8

Fonte: PME/IBGE.

TABELA I.8

### Taxa de participação por faixa etária

(Em %)

Período	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2003	3,5	26,0	70,2	78,5	38,0
2004	3,0	25,5	70,8	78,8	38,2
2005	1,8	22,5	69,5	78,6	38,0
2006	2,0	23,6	70,6	79,1	38,3
2007	1,7	22,1	70,9	79,7	38,4
2008	1,7	21,7	70,7	79,9	39,2
2009	1,4	19,0	69,9	80,1	39,5
Jan.-set./2009	1,4	19,2	69,8	79,9	39,3
2010					
Janeiro	1,1	17,4	69,3	80,3	39,8
Fevereiro	1,3	17,7	69,7	80,3	39,8
Março	1,5	18,3	70,7	80,5	39,8
Abril	1,4	19,3	69,9	80,9	39,4
Maio	1,6	19,4	70,3	81,2	40,1
Junho	1,3	19,2	69,5	80,9	40,1
Julho	1,6	19,0	69,8	81,2	40,0
Agosto	1,5	20,2	70,5	81,1	40,0
Setembro	1,0	18,2	70,6	81,1	40,5
Jan.-set./2010	1,4	18,7	70,0	80,8	39,9

Fonte: PME/IBGE.

## I. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

TABELA I.9

### População economicamente inativa que gostaria de trabalhar

Período	Disponíveis		Não-disponíveis	Total
	Marginalmente ligadas à PEA <sup>a</sup>	Total		
2003	985	2.811	404	3.215
2004	1.024	2.806	365	3.171
2005	1.027	2.800	343	3.144
2006	992	2.566	371	2.938
2007	920	2.300	408	2.709
2008	817	2.077	386	2.463
2009	861	2.033	370	2.403
Jan.-set./2009	885	2.077	374	2.452
2010				
Janeiro	843	2.013	322	2.334
Fevereiro	796	1.951	335	2.287
Março	777	1.962	343	2.305
Abril	787	1.954	347	2.301
Maio	764	1.919	341	2.260
Junho	755	1.898	376	2.274
Julho	802	2.087	380	2.466
Agosto	746	2.021	441	2.463
Setembro	778	1.900	386	2.286
Jan.-set./2010	783	1.967	364	2.331

Fonte: PME/IBGE.

<sup>a</sup> Pessoas economicamente inativas que gostariam e estão disponíveis para trabalhar, e que estiveram na PEA no período de 358 dias anterior à semana de referência da pesquisa.

## II. OCUPAÇÃO

TABELA II.1

### Nível de ocupação por região metropolitana

(Em mil pessoas)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	total IBGE	CT	total
2003	1.267	1.332	1.910	4.712	7.703	1.598	18.520	1.239	19.759
2004	1.275	1.389	1.992	4.797	7.976	1.623	19.052	1.267	20.319
2005	1.289	1.455	2.049	4.851	8.243	1.666	19.554	1.340	20.894
2006	1.323	1.497	2.161	4.906	8.352	1.686	19.926	1.343	21.269
2007	1.329	1.581	2.252	4.969	8.586	1.718	20.435	1.389	21.824
2008	1.354	1.598	2.346	5.076	8.952	1.795	21.122	1.480	22.602
2009	1.385	1.648	2.372	5.088	9.002	1.781	21.276	1.474	22.750
Jan.-set./2009	1.373	1.634	2.349	5.063	8.970	1.766	21.155	1.456	22.565
2010									
Janeiro	1.412	1.677	2.411	5.242	9.062	1.801	21.605	1.498	23.103
Fevereiro	1.441	1.674	2.388	5.280	9.087	1.799	21.668	1.499	23.167
Março	1.464	1.692	2.451	5.221	9.127	1.793	21.748	1.517	23.265
Abril	1.486	1.719	2.449	5.164	9.211	1.791	21.820	1.502	23.322
Mai	1.491	1.716	2.483	5.194	9.186	1.808	21.878	1.503	23.381
Junho	1.489	1.705	2.480	5.194	9.190	1.820	21.878	1.509	23.387
Julho	1.456	1.707	2.494	5.223	9.294	1.846	22.020	1.526	23.546
Agosto	1.478	1.712	2.516	5.268	9.301	1.860	22.135	1.529	23.664
Setembro	1.544	1.724	2.521	5.247	9.366	1.880	22.282	1.530	22.282
Jan.-set./2010	1.473	1.703	2.466	5.226	9.203	1.822	21.893	1.513	23.235

Fontes: PME/IBGE e PME/Ipades.

TABELA II.2

### Nível de ocupação por gênero

(Em mil pessoas)

Período	Masculino	Feminino
2003	10.554	7.966
2004	10.777	8.275
2005	10.999	8.555
2006	11.149	8.777
2007	11.370	9.065
2008	11.687	9.435
2009	11.687	9.590
Jan.-set./2009	11.653	9.502
2010		
Janeiro	11.800	9.805
Fevereiro	11.856	9.813
Março	11.925	9.823
Abril	11.971	9.849
Mai	11.979	9.898
Junho	11.959	9.919
Julho	12.011	10.009
Agosto	12.096	10.039
Setembro	12.115	10.167
Jan.-set./2010	11.968	9.925

Fonte: PME/IBGE.



TABELA II.3

**Nível de ocupação por grau de instrução**

(Anos de escolaridade, em mil pessoas)

Período	0	1 - 3	4 - 7	8 - 10	> = 11
2003	561	1.174	4.572	3.531	8.647
2004	527	1.120	4.576	3.550	9.240
2005	479	1.089	4.508	3.604	9.842
2006	473	1.055	4.391	3.601	10.372
2007	424	976	4.336	3.662	11.007
2008	375	919	4.300	3.727	11.773
2009	367	881	4.074	3.694	12.235
Jan.-set./2009	363	876	4.065	3.647	12.175
2010					
Janeiro	357	851	4.050	3.784	12.544
Fevereiro	372	838	4.022	3.768	12.651
Março	359	866	4.066	3.699	12.740
Abril	342	862	3.984	3.718	12.887
Mai	349	884	3.943	3.654	13.022
Junho	359	850	3.957	3.708	12.973
Julho	350	828	3.932	3.858	13.027
Agosto	377	835	3.920	3.894	13.086
Setembro	363	815	3.905	3.903	13.276
Jan.-set./2010	359	848	3.975	3.776	12.912

Fonte: PME/IBGE.

TABELA II.4

**Nível de ocupação por faixa etária**

(Em mil pessoas)

Período	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2003	104	381	3.120	11.816	3.100
2004	88	385	3.167	12.086	3.327
2005	54	347	3.164	12.464	3.525
2006	61	362	3.168	12.646	3.689
2007	52	337	3.193	12.957	3.895
2008	51	341	3.267	13.266	4.196
2009	44	304	3.149	13.344	4.436
Jan.-set./2009	44	304	3.127	13.299	4.379
2010					
Janeiro	33	276	3.112	13.512	4.672
Fevereiro	41	283	3.071	13.630	4.644
Março	39	285	3.123	13.643	4.658
Abril	38	320	3.115	13.728	4.619
Mai	45	316	3.148	13.642	4.726
Junho	36	330	3.130	13.622	4.761
Julho	48	330	3.096	13.766	4.780
Agosto	50	341	3.160	13.863	4.722
Setembro	33	324	3.214	13.956	4.755
Jan.-set./2010	40	312	3.130	13.707	4.704

Fonte: PME/IBGE.

## II. OCUPAÇÃO

TABELA II.5

### Nível de ocupação por posição na ocupação

(Em mil pessoas)

Período	Empregados				Conta-própria	Empregadores	Não-remunerados	Total
	Com carteira	Sem carteira	Militar/RJU	Não-remunerados				
2003	8.198	4.059	1.359	12	3.700	1.016	176	18.520
2004	8.331	4.292	1.382	9	3.872	1.001	166	19.052
2005	8.790	4.370	1.433	8	3.793	1.006	154	19.554
2006	9.179	4.315	1.470	7	3.817	987	151	19.926
2007	9.621	4.231	1.501	8	3.961	972	141	20.435
2008	10.263	4.157	1.598	8	3.978	979	138	21.122
2009	10.504	4.034	1.630	7	4.001	969	132	21.276
Jan.-set./2009	10.461	3.998	1.633	6	3.956	968	133	21.155
2010								
Janeiro	10.866	3.982	1.599	2	4.094	938	123	21.605
Fevereiro	10.984	3.911	1.627	7	4.039	982	118	21.668
Março	11.069	3.920	1.589	5	4.054	988	122	21.748
Abril	11.143	3.949	1.624	5	3.997	988	115	21.820
Maió	11.174	3.975	1.588	5	4.032	988	117	21.878
Junho	11.150	3.993	1.626	9	3.953	1.035	111	21.878
Julho	11.182	3.998	1.673	8	4.059	986	113	22.019
Agosto	11.246	4.016	1.684	6	4.072	994	117	22.135
Setembro	11.380	4.013	1.731	3	4.034	1.012	110	22.282
Jan.-set./2010	11.133	3.973	1.638	6	4.037	990	116	21.893

Fonte: PME/IBGE.

TABELA II.6

### Empregados por categoria de ocupação

(Em mil pessoas)

Período	Setor privado		Setor público			Domésticos	
	Com carteira	Sem carteira	Com carteira	Sem carteira	Militar/RJU	Com carteira	Sem carteira
2003	7.349	2.879	355	272	1.359	494	908
2004	7.475	3.023	341	290	1.382	515	979
2005	7.866	3.057	353	280	1.433	571	1.034
2006	8.240	2.941	368	301	1.470	572	1.073
2007	8.663	2.844	359	301	1.501	599	1.086
2008	9.303	2.833	356	292	1.598	603	1.031
2009	9.509	2.698	385	293	1.630	609	1.043
Jan.-set./2009	9.468	2.680	383	286	1.633	609	1.033
2010							
Janeiro	9.822	2.658	416	253	1.599	629	1.071
Fevereiro	9.978	2.617	402	256	1.627	604	1.038
Março	10.000	2.645	447	256	1.589	622	1.019
Abril	10.117	2.644	417	283	1.624	608	1.023
Maió	10.128	2.660	444	304	1.588	602	1.012
Junho	10.150	2.675	416	317	1.626	584	1.003
Julho	10.190	2.705	399	306	1.673	594	986
Agosto	10.235	2.694	419	358	1.684	593	963
Setembro	10.337	2.718	430	314	1.731	612	981
Jan.-set./ 2010	10.106	2.668	421	294	1.638	605	1.011

Fonte: PME/IBGE.

TABELA II.7

**Nível de ocupação por setor de atividade**

(Em mil pessoas)

Período	Indústria <sup>(1)</sup>	Construção	Comércio <sup>(2)</sup>	Intermediação financeira <sup>(3)</sup>	Adm. pública <sup>(4)</sup>	Serviços domésticos	Outros serviços <sup>(5)</sup>	Outras atividades <sup>(6)</sup>
2003	3.257	1.398	3.736	2.486	2.929	1.402	3.160	152
2004	3.366	1.394	3.794	2.607	2.992	1.494	3.271	134
2005	3.452	1.417	3.854	2.717	3.065	1.605	3.316	127
2006	3.465	1.433	3.901	2.843	3.125	1.644	3.390	125
2007	3.480	1.476	3.967	3.039	3.193	1.685	3.466	129
2008	3.601	1.538	4.065	3.186	3.355	1.635	3.625	117
2009	3.527	1.568	4.086	3.247	3.434	1.652	3.648	113
Jan.-set./2009	3.494	1.548	4.066	3.241	3.437	1.642	3.617	109
2010								
Janeiro	3.544	1.634	4.144	3.325	3.383	1.700	3.768	108
Fevereiro	3.560	1.664	4.166	3.335	3.367	1.642	3.812	122
Março	3.550	1.706	4.077	3.432	3.404	1.641	3.817	121
Abril	3.591	1.695	4.078	3.390	3.506	1.631	3.815	115
Maio	3.618	1.708	4.032	3.403	3.575	1.614	3.809	120
Junho	3.657	1.665	4.085	3.358	3.556	1.586	3.840	132
Julho	3.717	1.649	4.115	3.356	3.623	1.581	3.860	120
Agosto	3.708	1.643	4.076	3.414	3.694	1.556	3.923	122
Setembro	3.686	1.639	4.085	3.475	3.695	1.593	3.979	129
Jan.-set./2010	3.626	1.667	4.095	3.388	3.534	1.616	3.847	121

Fonte: PME/IBGE.

1 - Indústria Extrativa e de transformação e produção e distribuição de eletricidade, gás e água.

2 - Comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos e com. a varejo de combustíveis.

3 - Serviços prestados à empresa, aluguéis, atividades imobiliárias e intermediação financeira.

4 - Educação, saúde, serviços sociais, administração pública, defesa e seguridade social.

5 - Atividades de alojamento e alimentação; transporte, armazenagem e comunicação; e outros serviços coletivos, sociais e pessoais.

6 - Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal; pesca; organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais; e atividades mal especificadas.

### III. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO DE OBRA

TABELA III.1  
Admissões por UF

	2003 <sup>a</sup>	2004 <sup>a</sup>	2005 <sup>a</sup>	2006 <sup>a</sup>	2007 <sup>a</sup>	2008 <sup>a</sup>	2009 <sup>a</sup>	Jan.-set./ 2009 <sup>b</sup>	Jan. 2010	Fev/2010	Mar./2010	Abr/2010	Mai./2010	Jun./2010	Jul./2010	Ago./2010	Set./2010	Jan.-set./ 2010 <sup>b</sup>
RO	55.768	65.619	69.691	69.649	79.334	95.132	125.909	95.347	10.693	11.627	14.074	13.343	14.537	13.242	14.725	14.847	14.049	121.137
AC	10.728	11.884	14.943	17.580	16.278	21.148	23.790	18.387	1.566	2.239	2.200	2.219	2.598	2.822	2.724	2.898	2.531	21.797
AM	88.113	117.620	131.903	143.625	161.560	184.960	163.680	121.671	14.199	14.140	17.930	15.863	17.958	17.064	17.415	20.075	18.162	152.806
RR	5.966	7.311	8.228	7.937	9.522	13.001	13.592	10.215	1.472	1.351	1.593	1.440	1.376	1.382	1.376	1.587	1.614	13.191
PA	160.830	201.677	208.479	221.093	243.209	272.339	254.970	190.588	20.860	22.444	22.582	22.490	24.257	26.289	26.733	30.006	27.385	223.046
AP	10.699	12.901	14.584	15.290	18.041	21.656	20.429	15.286	1.691	2.064	1.572	2.032	1.841	1.999	1.964	2.249	2.153	17.565
TO	32.726	41.636	42.363	44.209	52.139	59.515	57.791	44.403	4.645	5.796	5.986	5.237	6.497	6.672	6.578	7.048	5.872	54.331
MA	62.670	70.431	85.854	94.335	111.763	144.739	137.645	103.404	11.289	12.028	15.732	16.055	14.112	16.948	16.816	16.798	16.040	135.818
PI	46.111	48.839	54.121	59.823	61.787	73.860	79.490	58.682	6.979	7.188	10.553	9.071	8.566	9.734	8.847	9.374	9.026	79.338
CE	210.583	227.205	240.637	267.041	295.833	345.458	379.204	281.102	30.839	34.974	38.232	36.867	37.619	37.930	39.425	43.236	41.893	341.015
RN	105.122	137.285	137.839	146.967	146.384	161.965	151.630	113.294	12.681	12.204	15.656	14.713	15.515	15.549	16.162	19.829	17.945	140.254
PB	67.107	73.471	79.613	84.592	92.780	103.426	109.139	83.970	8.529	9.805	10.154	10.399	10.726	10.166	11.383	16.667	14.303	102.132
PE	251.413	274.965	311.754	333.564	353.967	408.028	439.804	325.522	34.937	32.647	39.321	37.978	46.442	45.948	43.682	56.899	74.147	412.001
AL	93.277	99.851	103.837	110.055	109.173	120.327	121.070	92.658	6.218	5.897	7.641	7.542	8.609	6.883	8.158	9.130	35.452	95.530
SE	52.951	61.982	64.234	70.359	75.928	87.510	89.875	65.981	7.434	8.401	8.953	7.965	8.215	9.373	9.656	9.727	9.742	79.466
BA	349.688	406.076	470.493	473.212	531.251	610.700	634.547	473.828	58.740	52.408	64.478	62.342	68.881	60.628	65.063	68.955	68.647	570.142
MG	1.275.231	1.452.415	1.579.880	1.706.007	1.820.555	2.069.420	1.990.200	1.526.182	159.019	172.549	218.484	206.237	226.009	210.746	201.612	219.328	201.719	1.815.703
ES	222.795	255.143	291.455	314.285	339.581	390.245	370.548	280.791	31.088	33.379	37.428	40.199	44.148	37.353	34.766	36.368	32.343	327.072
RJ	863.172	930.436	1.017.193	1.047.227	1.168.783	1.361.327	1.353.607	1.013.330	116.014	119.894	145.936	122.926	136.019	130.052	134.058	144.805	138.526	1.188.230
SP	2.972.094	3.426.878	3.811.240	4.074.928	4.635.279	5.380.429	5.051.210	3.841.926	445.563	500.536	600.453	544.116	540.865	515.692	500.190	536.695	503.354	4.687.464
PR	735.432	860.828	898.971	933.008	1.067.382	1.250.348	1.195.644	917.750	106.788	114.656	140.203	122.752	120.075	117.185	121.957	124.866	118.716	1.087.198
SC	556.244	655.009	692.088	730.675	830.160	950.005	928.396	700.004	92.225	103.020	108.480	94.408	89.143	85.889	87.694	93.675	92.908	847.442
RS	777.864	914.638	869.708	881.310	986.199	1.161.486	1.112.226	819.915	106.962	116.928	146.469	119.618	112.512	110.862	110.939	119.177	109.010	1.052.477
MS	140.349	162.065	163.467	170.662	193.899	242.953	229.386	178.953	18.271	21.793	24.845	23.816	21.832	21.628	20.904	21.594	21.112	195.795
MT	201.391	253.451	240.380	227.021	268.853	327.013	324.160	256.514	30.886	3.142	31.108	31.756	29.943	31.769	30.735	30.577	29.911	249.827
GO	301.347	346.598	380.208	386.167	454.710	545.751	543.775	422.990	47.105	51.184	60.085	60.842	56.708	53.889	54.613	55.197	53.029	492.652
DF	159.672	180.282	195.838	200.528	216.939	256.590	285.923	219.508	23.769	25.749	29.897	27.849	28.329	25.388	26.144	29.052	28.996	245.173
<b>Total</b>	<b>9.809.343</b>	<b>11.296.496</b>	<b>12.179.001</b>	<b>12.831.149</b>	<b>14.341.289</b>	<b>16.659.331</b>	<b>16.187.640</b>	<b>12.272.201</b>	<b>1.410.462</b>	<b>1.526.321</b>	<b>1.820.045</b>	<b>1.660.075</b>	<b>1.693.332</b>	<b>1.623.079</b>	<b>1.614.319</b>	<b>1.740.659</b>	<b>1.688.585</b>	<b>14.776.877</b>

Fonte: Caged/MTE.

<sup>a</sup> Soma dos meses de janeiro a dezembro.

<sup>b</sup> Soma dos meses.

III. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO DE OBRA

TABELA III.2  
Desligamentos por UF

	2003 <sup>a</sup>	2004 <sup>a</sup>	2005 <sup>a</sup>	2006 <sup>a</sup>	2007 <sup>a</sup>	2008 <sup>a</sup>	2009 <sup>a</sup>	Jan.-set./ 2009 <sup>b</sup>	Jan./2010	Fev./2010	Mar./2010	Abr./2010	Mai./2010	Jun./2010	Jul./2010	Ago./2010	Set./2010	Jan.-set./ 2010 <sup>b</sup>
RO	52.369	59.584	64.807	64.978	71.001	89.752	101.034	72.022	8.093	9.345	10.681	9.938	11.602	11.123	12.600	12.524	11.557	97.463
AC	10.881	11.064	12.607	16.400	16.374	20.649	21.821	15.630	1.768	1.886	2.195	1.828	1.965	2.235	2.345	2.032	2.326	18.580
AM	77.977	94.889	111.964	130.620	138.976	176.224	165.088	121.916	12.410	1.227	14.869	14.435	15.003	14.623	14.971	15.836	15.188	118.562
RR	5.719	6.397	6.765	7.269	8.180	12.427	12.403	9.331	1.006	1.011	1.404	1.267	1.493	1.204	1.496	1.160	1.014	11.055
PA	148.360	163.473	190.682	200.287	215.206	263.613	247.590	187.559	19.180	18.241	21.832	19.496	20.086	22.896	20.640	23.615	22.780	188.766
AP	10.938	9.995	13.273	13.878	16.337	19.707	20.238	15.199	1.549	1.250	1.776	1.436	2.001	1.895	1.987	1.756	1.823	15.473
TO	29.700	35.833	41.369	42.069	45.034	58.805	54.746	41.152	4.099	4.538	4.986	4.410	4.955	5.434	5.466	5.291	5.778	44.957
MA	56.577	60.392	72.972	80.603	95.585	125.395	142.429	107.409	10.473	9.768	11.940	10.941	12.356	12.246	12.343	14.384	12.842	107.293
PI	44.158	42.949	47.559	52.283	53.886	62.536	66.763	49.239	5.802	6.313	7.130	6.291	6.456	6.863	7.292	7.056	8.943	62.146
CE	191.938	195.965	209.762	233.481	256.111	304.017	314.768	239.650	33.093	29.274	31.782	29.296	31.294	31.612	31.479	30.915	31.900	280.645
RN	98.042	119.293	119.443	131.626	131.380	148.434	146.830	113.717	12.504	12.984	14.456	13.242	12.065	12.879	13.084	13.043	11.866	116.123
PB	70.459	60.758	68.845	71.516	80.623	93.531	95.848	75.811	8.467	10.101	14.171	10.605	7.620	7.579	8.954	8.203	8.282	74.891
PE	237.584	237.539	271.524	294.679	307.619	355.228	395.087	301.074	31.323	35.040	52.537	39.280	35.751	33.410	33.736	35.100	34.502	330.679
AL	82.405	90.169	98.132	98.000	109.678	117.005	113.249	93.661	7.131	17.092	25.444	14.210	7.413	6.950	7.275	7.655	7.196	100.366
SE	50.469	52.091	56.590	62.771	67.143	76.472	78.677	60.352	6.140	6.515	10.487	6.377	7.323	7.332	7.428	6.949	7.407	65.958
BA	323.186	353.352	406.541	448.123	472.531	569.778	563.377	419.088	44.316	46.320	54.252	51.752	52.580	56.923	56.926	57.748	58.360	479.177
MG	1.199.582	1.277.161	1.424.471	1.553.713	1.652.157	1.938.698	1.899.592	1.426.689	138.527	145.046	178.680	161.207	165.136	171.876	188.258	190.075	193.271	1.532.076
ES	209.792	219.136	250.795	282.316	314.507	360.871	351.573	268.482	27.498	29.280	33.374	30.941	36.394	39.002	33.798	31.948	29.783	292.018
RJ	804.625	822.606	896.082	931.069	1.023.997	1.206.731	1.264.732	958.014	111.603	111.596	123.964	107.603	113.769	113.715	119.972	119.884	116.877	1.038.983
SP	2.800.585	2.929.226	3.338.309	3.602.301	4.023.740	4.854.822	4.773.637	3.511.980	394.404	419.874	475.264	424.272	442.241	445.427	437.693	446.062	449.782	3.935.019
PR	673.062	738.180	826.597	846.612	945.021	1.139.445	1.126.560	842.140	92.877	100.946	117.006	102.159	100.944	106.739	109.234	103.469	104.678	938.052
SC	510.563	564.258	628.457	669.353	746.530	876.099	877.382	638.443	72.935	86.909	101.463	82.067	83.705	79.790	82.500	79.693	80.204	749.266
RS	730.183	797.816	843.445	829.211	891.875	1.070.932	1.048.000	789.284	88.085	97.210	118.215	99.189	103.001	102.997	101.270	103.502	97.871	911.340
MS	127.849	141.978	158.855	164.155	181.977	233.087	216.486	162.069	16.582	17.853	20.641	18.913	19.161	18.451	19.580	19.646	19.668	170.495
MT	185.078	225.683	246.156	222.890	244.297	304.120	318.748	233.201	22.034	24.295	31.771	28.335	29.279	26.482	27.819	28.300	29.468	247.783
GO	280.568	309.345	348.536	365.106	413.557	498.404	509.371	361.759	36.929	40.457	46.331	43.671	46.454	45.813	48.155	48.392	53.538	409.740
DF	151.261	154.088	170.482	187.154	200.575	230.345	268.501	204.679	20.215	21.483	26.979	21.846	25.244	24.631	26.222	27.006	24.806	218.432
<b>Total</b>	<b>9.163.910</b>	<b>9.773.220</b>	<b>10.925.020</b>	<b>11.602.463</b>	<b>12.723.897</b>	<b>15.207.127</b>	<b>15.192.530</b>	<b>11.339.550</b>	<b>1.229.043</b>	<b>1.316.896</b>	<b>1.553.630</b>	<b>1.355.007</b>	<b>1.395.291</b>	<b>1.410.127</b>	<b>1.432.523</b>	<b>1.441.244</b>	<b>1.441.710</b>	<b>12.575.471</b>

Fonte: Caged/MTE.

<sup>a</sup> Soma dos meses de janeiro a dezembro.

<sup>b</sup> Soma dos meses.

### III. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO DE OBRA

TABELA III.3  
Variação do nível de emprego por UF

	2003 <sup>a</sup>	2004 <sup>a</sup>	2005 <sup>a</sup>	2006 <sup>a</sup>	2007 <sup>a</sup>	2008 <sup>a</sup>	2009 <sup>a</sup>	Jan.-jun./ 2009 <sup>b</sup>	Jan./2010	Fev./2010	Mar./2010	Abr./2010	Mai./2010	Jun./2010	Jul./2010	Ago./2010	Set./2010	Jan.-set/ 2010 <sup>b</sup>
RO	3.399	6.035	4.884	4.671	8.333	5.380	24.875	23.325	2.600	2.282	3.393	3.405	2.935	2.119	2.125	2.323	2.492	23.674
AC	-153	820	2.336	1.180	-96	499	1.969	2.757	-202	353	5	391	633	587	379	866	205	3.217
AM	10.136	22.731	19.939	13.005	22.584	8.736	-1.408	-245	1.789	1.870	3.061	1.428	2.955	2.441	2.444	4.239	2.974	23.201
RR	247	914	1.463	668	1.342	574	1.189	884	466	340	189	173	-117	178	-120	427	600	2.136
PA	12.470	38.204	17.797	20.806	28.003	8.726	7.380	3.029	1.680	4.203	750	2.994	4.171	3.393	6.093	6.391	4.605	34.280
AP	-239	2.906	1.311	1.412	1.704	1.949	191	87	142	814	-204	596	-160	104	-23	493	330	2.092
TO	3.026	5.803	994	2.140	7.105	710	3.045	3.251	546	1.258	1.000	827	1.542	1.238	1.112	1.757	94	9.374
MA	6.093	10.039	12.882	13.732	16.178	19.344	-4.784	-4.005	816	2.260	3.792	5.114	1.756	4.702	4.473	2.414	3.198	28.525
PI	1.953	5.890	6.562	7.540	7.901	11.324	12.727	9.443	1.177	875	3.423	2.780	2.110	2.871	1.555	2.318	83	17.192
CE	18.645	31.240	30.875	33.560	39.722	41.441	64.436	41.452	-2.254	5.700	6.450	7.571	6.325	6.318	7.946	12.321	9.993	60.370
RN	7.080	17.992	18.396	15.341	15.004	13.531	4.800	-423	177	-780	1.200	1.471	3.450	2.670	3.078	6.786	6.079	24.131
PB	-3.352	12.713	10.768	13.076	12.157	9.895	13.291	8.159	62	-295	-4.017	-206	3.106	2.587	2.429	8.464	6.021	18.151
PE	13.829	37.426	40.230	38.885	46.348	52.800	46.717	24.448	3.614	-2.393	-13.216	-1.302	10.691	12.538	9.946	21.799	39.645	81.322
AL	10.872	9.682	5.705	12.055	-505	3.322	7.821	-1.003	-913	-11.195	-17.803	-6.668	1.196	-67	883	1.475	28.256	-4.836
SE	2.482	9.891	7.644	7.588	8.785	11.038	11.198	5.629	1.294	1.886	-1.534	1.588	892	2.041	2.228	2.778	2.335	13.508
BA	26.502	52.724	63.952	25.089	58.720	40.922	71.170	54.740	14.424	6.088	10.226	10.590	16.301	3.705	8.137	11.207	10.287	90.965
MG	75.649	175.254	155.409	152.294	168.398	130.722	90.608	99.493	20.492	27.503	39.804	45.030	60.873	38.870	13.354	29.253	8.448	283.627
ES	13.003	36.007	40.660	31.969	25.074	29.374	18.975	12.309	3.590	4.099	4.054	9.258	7.754	-1.649	968	4.420	2.560	35.054
RJ	58.547	107.830	121.111	116.158	144.786	154.596	88.875	55.316	4.411	8.298	21.972	15.323	22.250	16.337	14.086	24.921	21.649	149.247
SP	171.509	497.652	472.931	472.627	611.539	525.607	277.573	329.946	51.159	80.662	123.189	119.844	98.624	70.265	62.497	90.633	53.572	752.445
PR	62.370	122.648	72.374	86.396	122.361	110.903	69.084	75.610	13.911	13.710	23.197	20.593	19.131	10.446	12.723	21.397	14.038	149.146
SC	45.681	90.751	63.631	61.322	83.630	73.906	51.014	41.561	19.290	16.111	7.017	12.341	5.438	6.099	5.194	13.982	12.704	98.176
RS	47.681	116.822	26.263	52.099	94.324	90.554	64.226	30.631	18.877	19.718	28.254	20.429	9.511	7.865	9.669	15.675	11.139	141.137
MS	12.500	20.087	4.612	6.507	11.922	9.866	12.900	16.884	1.689	3.940	4.204	4.903	2.671	3.177	1.324	1.948	1.444	25.300
MT	16.313	27.768	-5.776	4.131	24.556	22.893	5.412	23.313	8.852	7.125	-663	3.421	664	5.287	2.916	2.277	443	30.322
GO	20.779	37.253	31.672	21.061	41.153	47.347	34.404	61.231	10.176	10.727	13.754	17.171	10.254	8.073	6.458	6.805	-509	82.909
DF	8.411	26.194	25.356	13.374	16.364	26.245	17.422	14.829	3.554	4.266	2.918	6.003	3.085	757	-78	2.046	4.190	26.741
<b>Total</b>	<b>645.433</b>	<b>1.523.276</b>	<b>1.253.981</b>	<b>1.228.686</b>	<b>1.617.392</b>	<b>1.452.204</b>	<b>995.110</b>	<b>932.651</b>	<b>181.419</b>	<b>209.425</b>	<b>266.415</b>	<b>305.068</b>	<b>298.041</b>	<b>212.952</b>	<b>181.796</b>	<b>299.415</b>	<b>246.875</b>	<b>2.201.406</b>

Fonte: Caged/MTE.

<sup>a</sup> Soma dos meses de janeiro a dezembro.

<sup>b</sup> Soma dos meses.

TABELA III.4  
Admissões por setor de atividade

	Extrativa mineral	Indústria transformadora	Siup	Construção civil	Comércio	Serviços	Administração pública	Agropecuária	Outros/ignorados	Total
2003 <sup>a</sup>	33.158	2.040.075	39.441	926.269	2.274.583	3.390.358	72.855	1.031.572	1.032	9.809.343
2004 <sup>a</sup>	40.357	2.512.042	47.204	1.005.910	2.639.535	3.767.385	72.036	1.211.892	135	11.296.496
2005 <sup>a</sup>	45.115	2.551.984	63.288	1.091.798	2.912.498	4.218.210	97.546	1.198.355	207	12.179.001
2006 <sup>a</sup>	46.759	2.692.463	66.406	1.257.480	2.940.198	4.717.250	85.068	1.025.525	0	12.831.149
2007 <sup>a</sup>	48.370	3.126.985	61.347	1.428.582	3.298.542	4.969.393	97.321	1.310.749	0	14.341.289
2008 <sup>a</sup>	54.161	3.525.765	70.994	1.866.537	3.774.888	5.856.365	105.502	1.405.119	0	16.659.331
2009 <sup>a</sup>	42.915	3.147.085	77.608	1.950.078	3.783.528	5.802.755	112.804	1.270.867	0	16.187.640
Jan.-set./2009	31.996	2.408.704	59.417	1.487.583	2.737.988	4.394.584	97.980	1.053.949	0	12.272.201
2010	3.828	297.678	8.189	190.660	312.001	499.985	5.389	92.732	0	1.410.462
Janeiro	4.439	327.803	7.755	189.214	319.938	558.295	19.742	99.135	0	1.526.321
Março	5.334	408.277	8.988	227.513	390.708	648.279	13.765	117.181	0	1.820.045
Abril	5.207	364.729	7.496	207.637	358.737	578.652	10.588	127.029	0	1.660.075
Maio	5.235	346.513	7.553	219.134	366.729	584.038	9.136	154.994	0	1.693.332
Junho	4.793	323.654	7.262	211.217	356.842	557.552	8.150	153.609	0	1.623.079
Julho	5.029	321.902	7.615	225.551	360.214	573.776	7.801	112.431	0	1.614.319
Agosto	5.145	357.384	8.655	236.818	385.487	640.737	8.344	98.089	0	1.740.659
Setembro	5.401	372.215	7.128	221.363	387.542	598.744	6.298	89.894	0	1.688.585
Jan.-set./2010 <sup>b</sup>	44.411	3.120.155	70.641	1.929.107	3.238.198	5.240.058	89.213	1.045.094	0	14.776.877

Fonte: Caged/MTE.

<sup>a</sup> Soma dos meses de janeiro a dezembro.<sup>b</sup> Soma dos meses.

### III. MOVIMENTAÇÃO DE MÃO DE OBRA

TABELA III.5  
Desligamentos por setor de atividade

	Extrativa mineral	Indústria transformadora	Siup	Construção civil	Comércio	Serviços	Administração pública	Agropecuária	Outros/ignorados	Total
2003 <sup>a</sup>	26.553	1.911.284	36.294	974.424	2.048.675	3.130.073	63.025	973.374	208	9.163.910
2004 <sup>a</sup>	30.020	2.007.432	42.638	955.147	2.235.595	3.297.262	72.418	1.132.618	90	9.773.220
2005 <sup>a</sup>	35.585	2.374.436	49.755	1.006.745	2.522.683	3.648.505	75.947	1.211.233	131	10.925.020
2006 <sup>a</sup>	34.707	2.442.224	59.037	1.171.684	2.603.404	4.195.641	76.815	1.018.951	0	11.602.463
2007 <sup>a</sup>	38.608	2.732.401	53.595	1.251.827	2.893.451	4.382.290	82.069	1.289.656	0	12.723.897
2008 <sup>a</sup>	45.490	3.347.090	63.029	1.668.669	3.392.670	5.208.106	95.186	1.386.887	0	15.207.127
2009 <sup>a</sup>	40.879	3.136.220	72.624	1.772.893	3.486.371	5.302.578	94.729	1.286.236	0	15.192.530
Jan.-set./2009	650	62.759	4.276	184.204	101.472	411.426	37.820	130.044	0	932.651
2010	2.636	228.758	5.651	136.330	318.788	442.096	6.195	88.589	0	1.229.043
Janeiro	2.976	264.779	5.925	154.479	309.256	472.688	11.634	95.159	0	1.316.896
Fevereiro	3.911	335.837	7.395	188.884	361.289	541.884	7.615	106.815	0	1.553.630
Março	3.884	281.670	5.692	169.219	318.012	482.069	6.383	88.078	0	1.355.007
Abril	3.276	284.293	6.595	180.052	232.264	497.934	7.130	92.747	0	1.395.291
Maio	3.352	279.169	6.123	186.392	330.211	500.102	6.536	98.242	0	1.410.127
Junho	3.398	280.372	6.302	187.169	331.964	512.170	6.477	104.671	0	1.432.523
Julho	3.441	286.991	6.029	196.680	320.404	512.505	5.846	109.348	0	1.441.244
Agosto	3.431	278.010	6.141	199.687	332.491	504.542	4.577	112.831	0	1.441.710
Setembro	30.305	2.519.879	55.853	1.598.892	2.854.679	4.465.990	62.393	896.480	0	12.575.471
Jan.-set./2010 <sup>b</sup>										

Fonte: Caged/MTE.

<sup>a</sup> Soma dos meses de janeiro a dezembro.

<sup>b</sup> Soma dos meses.



TABELA III.6

**Varição do nível de emprego formal por setor de atividade**

	Extrativa mineral	Indústria transformação	Siup	Construção civil	Comércio	Serviços	Administração pública	Agropecuária	Outros/ignorados	Total
2003 <sup>a</sup>	6.605	128.791	3.147	-48.155	225.908	260.285	9.830	58.198	824	645.433
2004 <sup>a</sup>	10.337	504.610	4.566	50.763	403.940	470.123	-382	79.274	45	1.523.276
2005 <sup>a</sup>	9.530	177.548	13.533	85.053	389.815	569.705	21.599	-12.878	76	1.253.981
2006 <sup>a</sup>	12.052	250.239	7.369	85.796	336.794	521.609	8.253	6.574	0	1.228.686
2007 <sup>a</sup>	9.762	394.584	7.752	176.755	405.091	587.103	15.252	21.093	0	1.617.392
2008 <sup>a</sup>	8.671	178.675	7.965	197.868	382.218	648.259	10.316	18.232	0	1.452.204
2009 <sup>a</sup>	2.036	10.865	4.984	177.185	297.157	500.177	18.075	-15.369	0	995.110
Jan.-set./2009	650	62.759	4.276	184.204	101.472	411.426	37.820	130.044	0	932.651
2010	1.192	68.920	2.538	54.330	-6.787	57.889	-806	4.143	0	181.419
Janeiro	1.463	63.024	183	34.735	10.682	85.607	8.108	3.976	0	209.425
Março	1.423	72.440	1.593	38.629	29.419	106.395	6.150	10.366	0	266.415
Abril	1.323	83.059	1.804	38.418	40.725	96.583	4.205	38.951	0	305.068
Maio	1.959	62.220	958	39.082	43.465	86.104	2.006	62.247	0	298.041
Junho	1.441	44.485	1.139	24.825	26.631	57.450	1614	55.367	0	212.952
Julho	1.631	41.530	1.313	38.382	28.250	61.606	1324	7.760	0	181.796
Agosto	1.704	70.393	2.626	40.138	65.083	128.232	2498	-11.259	0	299.415
Setembro	1.970	94.205	987	21.676	55.051	94.202	1.721	-22.937	0	246.875
Jan.-set./2010 <sup>b</sup>	14.106	600.276	13.141	330.215	292.519	774.068	26.820	148.614	0	2.201.406

Fonte: Caged/MTE.

<sup>a</sup> Soma dos meses de janeiro a dezembro.<sup>b</sup> Soma dos meses.

#### IV. DESEMPREGO

TABELA IV.1

##### Taxa de desemprego por região metropolitana : PME

(Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT	Total
2003	13,8	16,7	10,8	9,2	14,1	9,5	12,3	8,9	12,1
2004	12,7	16,0	10,6	9,0	12,6	8,6	11,5	8,1	11,2
2005	13,2	15,5	8,8	7,7	10,2	7,4	9,8	7,4	9,7
2006	14,6	13,7	8,5	7,9	10,5	8,0	10,0	6,9	9,8
2007	12,0	13,7	7,6	7,2	10,1	7,3	9,3	6,2	9,1
2008	9,3	11,5	6,5	6,8	8,4	5,9	7,9	5,4	7,7
2009	9,9	11,3	6,4	6,1	9,2	5,6	8,1	5,4	7,9
Jan.-set./2009	10,1	11,5	6,7	6,3	9,6	5,8	8,4	5,8	8,3
2010									
Janeiro	8,6	11,9	6,1	5,4	8,0	4,3	7,2	5,4	7,1
Fevereiro	8,8	11,0	6,5	5,6	8,1	5,1	7,4	5,6	7,3
Março	8,1	11,3	6,3	6,4	8,2	5,9	7,6	5,5	7,5
Abril	9,1	11,2	5,8	5,9	7,7	5,4	7,3	5,0	7,1
Maio	9,7	12,0	5,8	6,3	7,8	5,0	7,5	5,2	7,3
Junho	8,6	12,0	5,1	5,8	7,4	4,7	7,0	4,8	6,8
Julho	10,0	12,3	5,1	5,4	7,2	4,8	6,9	4,3	6,7
Agosto	9,0	11,7	5,2	5,7	6,8	4,6	6,7	4,5	6,5
Setembro	8,8	10,3	4,9	5,3	6,3	4,1	6,2	3,5	6,0
Jan.-set./2010	9,0	11,5	5,6	5,8	7,5	4,9	7,1	4,9	6,9

Fontes:PME/IBGE e PME/Ipardes.

TABELA IV.2

##### Taxa de desemprego aberto: PED

(Em %)

Período	SP	DF	PA	SA	RE	BH
2003	12,7	14,6	11,0	17,1	13,6	12,2
2004	11,8	13,2	10,7	15,0	14,4	12,7
2005	10,6	12,4	10,3	14,3	13,8	11,0
2006	10,4	11,4	10,3	14,9	13,5	9,8
2007	10,1	11,5	9,6	13,9	12,4	8,8
2008	9,3	10,6	8,4	12,2	12,1	7,6
2009	10,0	10,5	8,6	12,2	11,5	8,0
Jan.-set./2009	10,3	10,8	8,9	12,6	11,7	8,2
2010						
Janeiro	8,0	9,7	7,3	11,1	10,6	7,8
Fevereiro	8,5	9,6	7,3	11,6	11,5	7,8
Março	9,6	10,1	7,7	12,4	11,5	8,3
Abril	9,8	10,1	7,8	12,2	11,5	8,0
Maio	9,7	10,1	7,7	12,3	11,2	7,9
Junho	9,5	9,9	7,5	11,3	10,8	6,9
Julho	9,4	9,5	7,1	11,6	10,3	6,7
Agosto	9,3	9,1	7,1	10,8	9,5	6,1
Setembro	8,7	8,6	7,0	10,7	9,1	6,0
Jan.-set./2010	9,2	9,6	7,4	11,6	10,7	7,3

Fonte: PED/Dieese.

TABELA IV.3

**Taxa de desemprego oculto por desalento: PED**

(Em %)

Período	SP	DF	PA	SA	RE	BH
2003	2,1	3,6	2,0	3,4	4,7	2,8
2004	1,9	3,7	1,7	3,1	4,5	2,6
2005	1,6	3,0	1,4	2,8	4,1	2,7
2006	1,5	3,2	1,3	2,1	3,8	2,0
2007	1,3	2,9	1,1	1,7	3,5	1,6
2008	1,1	2,8	n.d.	2,3	3,1	1,3
2009	1,0	2,6	n.d.	2,3	3,1	1,2
Jan.-set./2009	1,1	2,7	n.d.	2,4	3,3	1,2
2010						
Janeiro	1,1	2,4	n.d.	2,2	2,8	0,9
Fevereiro	1,1	2,3	n.d.	2,4	3,0	0,9
Março	1,0	2,5	n.d.	2,5	3,2	0,9
Abril	0,8	2,1	n.d.	2,0	3,1	1,0
Mai	0,9	2,0	n.d.	1,7	3,1	1,0
Junho	0,9	1,8	n.d.	1,6	2,9	0,9
Julho	0,9	1,8	n.d.	1,7	2,7	0,9
Agosto	0,8	2,0	n.d.	1,9	2,4	0,7
Setembro	0,8	2,1	n.d.	1,8	2,2	0,6
Jan.-set./2010	0,9	2,1	n.d.	2,0	2,8	0,9

Fonte: PED/Dieese.

TABELA IV.4

**Taxa de desemprego oculto por precariedade: PED**

(Em %)

Período	SP	DF	PA	SA	RE	BH
2003	5,1	4,6	3,6	7,6	4,6	4,7
2004	5,1	4,2	3,6	7,6	4,5	4,1
2005	4,9	3,7	2,9	7,4	4,3	3,3
2006	4,1	4,2	2,8	6,7	4,1	2,2
2007	3,6	3,4	2,3	6,3	4,0	1,8
2008	3,1	3,0	2,0	5,9	4,5	1,1
2009	2,8	2,7	1,7	5,2	4,6	1,1
Jan.-set./2009	2,9	2,8	1,8	5,2	4,6	1,0
2010						
Janeiro	2,7	2,6	1,8	4,4	4,5	0,9
Fevereiro	2,6	2,2	1,6	4,9	4,5	1,0
Março	2,5	2,1	1,5	5,0	4,6	1,0
Abril	2,7	1,9	1,3	4,8	4,2	0,9
Mai	2,7	2,2	1,4	4,2	4,0	0,7
Junho	2,5	2,3	1,5	3,8	3,9	0,7
Julho	2,4	2,3	1,4	3,6	4,2	0,7
Agosto	2,2	2,2	1,3	3,6	4,0	0,7
Setembro	2,1	2,2	1,2	3,7	4,0	1,0
Jan.-set./2010	2,5	2,2	1,4	4,2	4,2	0,8

Fonte: PED/Dieese.

#### IV. DESEMPREGO

TABELA IV.5

##### Taxa de desemprego total: PED

(Em %)

Período	SP	DF	PA	SA	RE	BH
2003	19,9	22,8	16,6	28,1	22,9	19,8
2004	18,8	21,1	15,9	25,7	23,3	19,4
2005	17,0	19,1	14,6	24,5	22,2	16,9
2006	15,9	18,8	14,4	23,7	21,4	14,0
2007	15,0	17,8	12,9	21,9	19,9	12,3
2008	13,5	16,7	11,3	20,3	19,7	10,0
2009	13,8	16,0	11,3	19,7	19,2	10,3
Jan.-set./2009	14,2	16,3	11,5	20,3	19,6	10,4
2010						
Janeiro	11,8	14,7	9,7	17,7	17,9	9,6
Fevereiro	12,2	14,1	9,6	18,8	19,0	9,7
Março	13,1	14,7	9,8	19,9	19,3	10,2
Abril	13,3	14,2	9,6	19	18,8	9,9
Maio	13,3	14,3	9,6	18,2	18,3	9,6
Junho	12,9	14,0	9,5	16,7	17,6	8,5
Julho	12,6	13,7	8,9	16,9	17,2	8,3
Agosto	12,3	13,4	8,7	16,3	15,9	7,5
Setembro	11,5	13,0	8,5	16,2	15,3	7,6
Jan.-set./2010	12,6	14,0	9,3	17,7	17,7	9,0

Fonte: PED/Dieese.

TABELA IV.6

##### Taxa de desemprego por gênero : PME

(Em %)

Período	Masculino	Feminino
2003	10,1	15,2
2004	9,1	14,4
2005	7,8	12,4
2006	8,1	12,2
2007	7,4	11,6
2008	6,1	10,0
2009	6,5	9,9
Jan.-set./2009	6,8	10,2
2010		
Janeiro	5,8	8,9
Fevereiro	6,0	9,0
Março	5,8	9,6
Abril	5,8	9,0
Maio	5,6	9,6
Junho	5,3	9,0
Julho	5,4	8,7
Agosto	5,2	8,6
Setembro	4,8	7,9
Jan.-set./2010	5,5	8,9

Fonte: PME/IBGE.

TABELA IV.7

**Taxa de desemprego por grau de instrução**

(Anos de escolaridade, em %)

Período	< 8	8 - 10	> = 11
2003	12,0	16,6	10,7
2004	10,5	15,8	10,4
2005	8,8	13,4	9,1
2006	8,9	13,6	9,2
2007	8,1	12,6	8,8
2008	6,7	10,6	7,5
2009	6,6	10,5	8,0
Jan.-set./2009	6,9	10,8	8,3
2010			
Janeiro	5,6	9,0	7,3
Fevereiro	5,6	9,8	7,3
Março	5,6	10,0	7,7
Abril	5,9	9,6	7,1
Maio	6,1	10,3	7,2
Junho	5,8	9,3	6,8
Julho	6,1	9,3	6,6
Agosto	5,9	9,2	6,3
Setembro	5,3	8,6	5,9
Jan.-set./2010	5,8	9,5	6,9

Fonte: PME/IBGE.

TABELA IV.8

**Taxa de desemprego por faixa etária**

(Em %)

Período	15 - 17	18 - 24	25 - 49	> = 50
2003	38,2	23,4	9,4	5,3
2004	35,4	22,5	8,7	4,7
2005	33,3	20,6	7,4	3,7
2006	32,6	21,1	7,6	3,7
2007	31,9	19,8	7,2	3,2
2008	28,8	16,6	6,3	2,8
2009	28,7	17,3	6,6	3,0
Jan.-set./2009	28,9	18,0	6,8	3,1
2010				
Janeiro	29,5	15,7	6,0	2,7
Fevereiro	27,9	16,9	5,9	2,6
Março	31,1	16,8	6,1	2,7
Abril	26,8	16,0	5,9	2,8
Maio	28,2	16,1	6,1	2,8
Junho	25,9	15,3	5,8	2,4
Julho	23,9	16,1	5,6	2,4
Agosto	26,4	15,0	5,4	2,5
Setembro	22,9	14,1	5,1	2,2
Jan.-set./2010	27,0	15,8	5,8	2,6

Fonte: PME/IBGE.

#### IV. DESEMPREGO

TABELA IV.9

**Taxa de desemprego por posição na família: PME**

(Em %)

Período	Chefe	Outros
2003	7,2	16,9
2004	6,4	15,9
2005	5,6	13,6
2006	5,6	13,7
2007	5,0	12,9
2008	4,3	11,0
2009	4,5	11,2
Jan.-set./2009	4,7	11,5
2010		
Janeiro	4,0	10,1
Fevereiro	4,1	10,2
Março	4,2	10,6
Abril	3,9	10,2
Maio	4,1	10,4
Junho	3,8	9,7
Julho	3,9	9,6
Agosto	3,9	9,2
Setembro	3,4	8,7
Jan.-set./2010	3,9	9,9

Fonte: PME/IBGE.

TABELA IV.10

**Composição do desemprego por gênero: PME**

(Em %)

Período	Masculino	Feminino
2003	45,4	54,6
2004	43,6	56,4
2005	43,5	56,5
2006	44,8	55,2
2007	43,3	56,7
2008	41,9	58,1
2009	43,5	56,5
Jan.-set./2009	43,9	56,1
2010		
Janeiro	43,4	56,6
Fevereiro	43,9	56,1
Março	41,4	58,6
Abril	42,9	57,1
Maio	40,3	59,7
Junho	40,5	59,5
Julho	41,6	58,4
Agosto	41,2	58,8
Setembro	40,9	59,1
Jan.-set./2010	41,8	58,2

Fonte: PME/IBGE.

TABELA IV.11

**Composição do desemprego por posição na família: PME**

(Em %)

Período	Chefe	Outros
2003	27,6	72,4
2004	26,1	73,9
2005	26,4	73,6
2006	26,1	73,9
2007	24,8	75,2
2008	25,3	74,7
2009	26,0	74,0
Jan.-set./2009	26,1	73,9
2010		
Janeiro	26,0	74,0
Fevereiro	26,0	74,0
Março	25,5	74,5
Abril	24,7	75,3
Maio	25,3	74,7
Junho	25,4	74,6
Julho	25,8	74,2
Agosto	26,8	73,2
Setembro	25,0	75,0
Jan.-set./2010	25,6	74,4

Fonte: PME/IBGE.

TABELA IV.12

**Composição do desemprego por faixa etária: PME**

(Em %)

Período	10 a 14	15 a 17	18 a 24	25 a 49	> = 50
2003	0,9	9,0	36,5	47,0	6,6
2004	0,7	8,6	37,4	46,7	6,6
2005	0,5	8,1	38,6	46,5	6,4
2006	0,5	7,9	38,2	46,9	6,4
2007	0,6	7,6	37,7	48,0	6,2
2008	0,6	7,6	36,0	49,1	6,7
2009	0,5	6,5	35,2	50,4	7,3
Jan.-set./2009	0,4	6,4	35,4	50,5	7,2
2010					
Janeiro	0,4	6,8	34,2	50,8	7,7
Fevereiro	0,4	6,3	36,3	49,7	7,2
Março	0,8	7,2	35,3	49,6	7,2
Abril	0,7	6,9	34,6	50,1	7,7
Maio	0,7	7,0	34,3	50,4	7,6
Junho	0,7	7,0	34,3	51,1	7,0
Julho	0,7	6,3	36,2	49,6	7,2
Agosto	0,4	7,6	34,9	49,6	7,5
Setembro	0,4	6,5	35,5	50,2	7,4
Jan.-set./2010	0,6	6,8	35,1	50,1	7,4

Fonte: PME/IBGE.

#### IV. DESEMPREGO

TABELA IV.13

##### Composição do desemprego por grau de instrução

(Anos de escolaridade, em %)

Período	< 8	8 - 10	> = 11
2003	33,2	26,9	39,8
2004	29,9	26,9	43,2
2005	27,7	26,1	46,2
2006	26,4	25,7	47,8
2007	24,2	25,1	50,7
2008	22,5	24,6	52,9
2009	20,3	23,3	56,4
Jan.-set./2009	20,4	22,9	56,6
2010			
Janeiro	18,7	22,3	59,0
Fevereiro	18,1	23,9	58,1
Março	17,4	23,1	59,5
Abril	19,3	23,1	57,6
Maio	19,2	23,8	57,0
Junho	19,5	23,1	57,4
Julho	20,2	24,0	55,8
Agosto	20,1	24,7	55,2
Setembro	19,3	24,7	56,0
Jan.-set./2010	19,1	23,6	57,3

Fonte: PME/IBGE.

TABELA IV.14

##### Composição do desemprego por faixa de duração

(Em %)

Período	<1	1 - 6	7 - 11	12 - 23	> = 24
2003	18,3	47,6	10,8	12,0	11,4
2004	20,5	43,6	9,8	13,5	12,6
2005	22,5	43,9	9,1	12,7	11,8
2006	21,6	46,5	9,3	12,4	10,2
2007	24,3	46,7	8,3	12,2	8,5
2008	23,8	48,9	8,4	10,7	8,3
2009	25,8	49,7	8,9	9,1	6,6
Jan.-set./2009	26,2	51,1	8,0	8,5	6,2
2010					
Janeiro	30,3	42,8	8,0	10,7	8,2
Fevereiro	25,9	48,0	7,4	11,0	7,7
Março	24,7	49,8	6,8	10,7	7,9
Abril	26,9	49,3	6,4	10,0	7,3
Maio	24,9	51,5	6,5	9,8	7,3
Junho	24,2	53,1	6,1	10,2	6,4
Julho	25,1	49,2	8,0	10,8	6,9
Agosto	23,4	49,3	8,9	11,0	7,4
Setembro	24,2	48,9	10,4	8,5	8
Jan.-set./2010	25,5	49,1	7,6	10,3	7,5

Fonte: PME/IBGE.



## V. SEGURO-DESEMPREGO

TABELA V.1

### Requerentes, segurados e valor médio do benefício

Período	Requerentes	Segurados	Taxa de habilitação	V.M.B. <sup>b</sup>
2003 <sup>a</sup>	5.051.407	4.971.712	98,42	1,38
2004 <sup>a</sup>	4.892.760	4.812.008	98,35	1,39
2005 <sup>a</sup>	5.473.693	5.362.968	97,98	1,36
2006 <sup>a</sup>	5.857.041	5.749.511	98,16	1,31
2007 <sup>a</sup>	6.290.818	6.182.997	98,29	1,29
2008 <sup>a</sup>	6.952.563	6.822.730	98,13	1,28
2009 <sup>a</sup>	7.485.475	7.330.864	97,93	1,28
Jan.-set./2009	5.831.297	5.708.229	97,89	1,28
2010				
Janeiro	649.517	635.993	97,36	1,25
Fevereiro	558.570	547.633	98,04	1,25
Março	754.492	740.569	98,15	1,25
Abril	604.476	593.663	98,21	1,25
Mai	627.168	616.249	98,26	1,25
Junho	607.977	597.175	98,22	1,25
Julho	635.503	623.410	98,10	1,26
Agosto	618.545	605.492	97,89	1,26
Setembro	540.403	528.687	97,83	1,27
Jan.-set./2010	5.596.651	5.488.871	98,01	1,25

Fonte: MTE.

Nota: A atualização das estatísticas do seguro-desemprego estão sendo coletadas na seção SAEG.net, no site do Ministério do Trabalho e Emprego.

<sup>a</sup> Os valores anuais se referem a soma dos valores dos respectivos anos diferentemente das demais tabelas que são médias.

<sup>b</sup> Valor médio do benefício em SMR.

## VI. RENDIMENTOS

TABELA VI.1

### Rendimentos médios reais habitualmente recebidos por região

(Em R\$ de setembro de 2010)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT <sup>b</sup>	Total
2003	864,95	958,79	1.074,90	1.185,53	1.392,47	1.162,87	1.223,22	1.625,30	1.246,79
2004	843,41	939,17	1.072,57	1.171,81	1.370,58	1.170,19	1.207,60	1.560,01	1.226,71
2005	870,47	956,72	1.096,88	1.197,10	1.387,57	1.155,96	1.226,13	1.480,54	1.249,67
2006	911,65	1.008,52	1.140,66	1.229,83	1.457,93	1.194,52	1.274,63	1.562,41	1.292,37
2007	935,93	1.034,26	1.182,02	1.301,13	1.484,69	1.244,99	1.315,31	1.527,97	1.330,43
2008	922,99	1.103,60	1.236,42	1.369,34	1.519,77	1.276,35	1.359,96	1.531,34	1.372,51
2009	913,33	1.141,64	1.287,00	1.413,53	1.567,74	1.334,37	1.403,12	1.539,28	1.411,99
Jan.-set./2009	915,93	1.133,32	1.285,92	1.413,83	1.566,68	1.332,84	1.402,21	1.529,81	1.338,37
2010									
Janeiro	924,18	1.119,66	1.353,63	1.411,58	1.562,76	1.377,65	1.411,68	1.565,09	1.422,42
Fevereiro	925,12	1.129,06	1.308,44	1.477,28	1.567,57	1.411,42	1.427,98	1.591,54	1.439,43
Março	969,48	1.115,58	1.335,71	1.474,81	1.577,82	1.381,13	1.433,07	1.561,99	1.442,10
Abril	941,14	1.157,54	1.304,32	1.492,27	1.566,74	1.434,86	1.433,85	1.525,09	1.440,24
Mai	982,20	1.195,62	1.292,57	1.455,79	1.548,66	1.427,79	1.421,09	1.468,98	1.424,44
Junho	1.015,50	1.181,77	1.339,72	1.459,37	1.548,51	1.432,60	1.428,75	1.493,76	1.431,56
Julho	1.037,09	1.198,02	1.405,26	1.489,24	1.582,05	1.414,88	1.459,88	1.575,36	1.467,96
Agosto	1.082,95	1.237,44	1.404,36	1.526,77	1.592,74	1.424,77	1.480,18	1.597,48	1.488,39
Setembro	1.103,20	1.252,50	1.428,80	1.568,60	1.599,70	1.442,70	1.499,00	1.585,80	1.505,08
Jan.-set./2010	997,87	1.176,36	1.352,54	1.483,97	1.571,84	1.416,42	1.443,94	1.551,68	1.451,29

Fonte: PME/IBGE e PME/Ipardes.

<sup>a</sup> Média referente ao período mar.-dez.

<sup>b</sup> Valores corrigidos pelo INPC de Curitiba.

n.d.= não-disponível.

TABELA VI.2

### Rendimentos médios reais efetivamente recebidos por região

(Em R\$ agosto de 2010)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	Total IBGE	CT <sup>a</sup>	Total
2003	845,41	952,63	1.066,23	1.187,62	1.367,85	1.149,23	1.209,70	1.125,51	1.203,80
2004	819,94	933,67	1.066,17	1.171,89	1.387,18	1.165,05	1.211,60	1.153,25	1.207,52
2005	874,83	976,41	1.104,90	1.202,51	1.410,26	1.165,27	1.240,40	1.176,49	1.235,93
2006	931,78	1.027,35	1.156,57	1.238,66	1.488,53	1.209,18	1.295,13	1.293,80	1.295,04
2007	959,64	1.068,31	1.194,58	1.317,67	1.518,23	1.269,39	1.341,05	1.329,05	1.340,21
2008	945,29	1.109,40	1.255,92	1.407,70	1.561,40	1.309,62	1.393,56	1.376,96	1.392,40
2009	929,50	1.144,77	1.300,14	1.439,00	1.596,56	1.365,29	1.426,77	1.465,04	1.429,45
Jan.-ago./2009	892,93	1.120,45	1.258,49	1.398,59	1.549,96	1.321,67	1.385,09	1.406,37	1.386,58
2010									
Janeiro	909,83	1.129,15	1.268,82	1.469,47	1.565,84	1.410,86	1.419,90	1.525,32	1.427,28
Fevereiro	948,30	1.106,79	1.305,58	1.466,13	1.570,53	1.376,44	1.422,26	1.519,93	1.429,10
Março	923,17	1.158,20	1.276,55	1.487,89	1.571,52	1.428,61	1.430,23	1.499,18	1.435,06
Abril	953,70	1.189,83	1.268,00	1.449,88	1.539,16	1.418,72	1.409,79	1.446,09	1.412,33
Mai	987,38	1.169,12	1.303,30	1.443,99	1.538,79	1.418,28	1.412,87	1.460,29	1.416,19
Junho	1.007,53	1.187,56	1.373,30	1.474,19	1.574,13	1.405,61	1.445,81	1.556,20	1.453,54
Julho	1.047,05	1.223,46	1.372,58	1.510,92	1.583,67	1.414,17	1.464,10	1.583,17	1.472,44
Agosto	1.079,34	1.246,79	1.391,89	1.556,76	1.602,22	1.425,97	1.489,33	1.584,00	1.495,96
Jan.-ago./2010	982,04	1.176,36	1.320,00	1.482,41	1.568,23	1.412,33	1.436,79	1.521,77	1.442,74

Fonte: PME/IBGE e PME/Ipardes.

<sup>a</sup> Valores corrigidos pelo INPC de Curitiba.

TABELA VI.3

**Rendimentos médios reais habitualmente recebidos por posição na ocupação**

(Em R\$ de setembro de 2010)

Período	Setor privado			Setor público	Conta-própria	Total
	Com carteira	Sem carteira	Total			
2003	1.243,33	779,67	1.112,88	1.796,80	965,15	1.223,22
2004	1.239,57	774,66	1.105,76	1.759,22	958,90	1.207,60
2005	1.228,85	807,93	1.111,06	1.825,54	978,13	1.226,13
2006	1.270,88	832,91	1.156,11	1.925,42	1.023,87	1.274,63
2007	1.282,86	874,46	1.182,88	2.044,05	1.091,16	1.315,31
2008	1.308,88	885,80	1.211,62	2.127,46	1.136,19	1.359,96
2009	1.339,58	929,75	1.249,51	2.240,41	1.173,83	1.403,12
Jan.-set./2009	1.337,10	924,40	1.246,42	2.226,10	1.174,10	1.402,21
2010						
Janeiro	1.338,09	951,53	1.256,38	2.303,91	1.198,72	1.411,68
Fevereiro	1.360,91	1.018,44	1.290,58	2.272,48	1.190,24	1.427,98
Março	1.353,28	1.026,08	1.285,55	2.259,41	1.197,34	1.433,07
Abril	1.357,53	968,69	1.277,89	2.266,92	1.193,42	1.433,85
Maiο	1.346,89	1.006,49	1.276,71	2.218,52	1.160,20	1.421,09
Junho	1.326,23	997,61	1.258,26	2.285,19	1.176,03	1.428,75
Julho	1.359,67	1.067,60	1.298,87	2.335,10	1.203,99	1.459,88
Agosto	1.381,24	1.027,91	1.308,34	2.348,92	1.214,23	1.480,18
Setembro	1.380,30	1.049,90	1.312,20	2.393,70	1.245,20	1.499,00
Jan.-set./2010	1.356,02	1.012,69	1.284,98	2.298,24	1.197,71	1.443,94

Fonte: PME/IBGE.

TABELA VI.4

**Rendimentos médios reais efetivamente recebidos por posição na ocupação**

(Em R\$ de agosto de 2010)

Período	Setor privado			Setor público	Conta-própria	Total
	Com carteira	Sem carteira	Total			
2003	1.266,65	751,08	1.121,28	1.810,42	918,90	1.209,70
2004	1.270,99	758,34	1.123,02	1.790,15	931,97	1.211,60
2005	1.268,41	793,90	1.136,60	1.877,91	962,34	1.240,40
2006	1.321,89	818,43	1.190,79	2.010,30	998,30	1.295,13
2007	1.343,91	869,86	1.229,11	2.145,25	1.060,36	1.341,05
2008	1.370,00	870,91	1.256,09	2.235,99	1.118,73	1.393,56
2009	1.386,88	917,68	1.284,72	2.329,97	1.153,49	1.426,77
Jan.-ago./2009	1.332,25	896,44	1.237,16	2.214,79	1.141,51	1.385,09
2010						
Janeiro	1.367,28	997,99	1.291,53	2.293,84	1.141,37	1.419,90
Fevereiro	1.356,93	999,04	1.282,82	2.265,74	1.164,92	1.422,26
Março	1.360,98	956,63	1.278,14	2.271,78	1.175,43	1.430,23
Abril	1.345,96	985,40	1.271,65	2.224,03	1.138,75	1.409,79
Maiο	1.318,22	971,39	1.246,33	2.269,96	1.152,47	1.412,87
Junho	1.355,75	1.046,01	1.291,29	2.345,23	1.175,83	1.445,81
Julho	1.373,75	998,25	1.296,15	2.338,52	1.195,14	1.464,10
Agosto	1.378,02	1.023,19	1.304,92	2.399,00	1.229,81	1.489,33
Jan.-ago./2010	1.357,11	997,24	1.282,86	2.301,01	1.171,72	1.436,79

Fonte: PME/IBGE.

## VI. RENDIMENTOS

TABELA VI.5

### Salário mínimo real

(Em R\$ de setembro de 2010)

Período	SMR	
2003	161,58	
2004	188,96	
2005	226,19	
2006	274,85	
2007	315,77	
2008	369,69	
2009	437,27	
	Jan.-set./2009	434,11
2010	Janeiro	495,67
	Fevereiro	499,14
	Março	502,69
	Abril	506,35
	Maió	508,53
	Junho	507,97
	Julho	507,62
	Agosto	507,26
	Setembro	510,00
	Jan.-set./2010	505,03

Fonte: PME/IBGE.

## VII. INFORMALIDADE

TABELA VII.1

### Participação dos empregados sem carteira assinada na ocupação total por região metropolitana (Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	PME IBGE	CT	Total
2003	24,6	22,0	21,4	20,5	23,1	18,6	21,9	17,1	21,6
2004	23,9	21,2	22,2	20,7	24,4	19,0	22,5	17,8	22,2
2005	23,5	22,4	20,8	20,4	24,3	19,1	22,3	16,3	22,0
2006	23,6	22,8	20,4	19,6	23,2	18,9	21,7	14,9	21,2
2007	22,2	21,9	20,7	18,6	21,9	18,8	20,7	15,0	20,4
2008	19,8	22,0	19,4	18,2	20,4	18,4	19,7	16,8	19,5
2009	17,9	20,0	18,2	17,9	20,1	17,0	19,0	14,6	18,7
Jan.-set./2009	17,7	20,1	18,2	17,7	20,1	17,0	18,9	14,6	18,6
2010									
Janeiro	17,6	19,6	17,7	18,1	19,0	16,9	18,4	15,0	18,2
Fevereiro	18,8	19,2	17,4	17,6	18,6	15,8	18,1	14,8	17,8
Março	18,6	18,4	18,4	16,8	19,0	15,2	18,0	14,1	17,8
Abril	18,5	19,0	18,8	16,9	18,9	15,3	18,1	14,2	17,8
Maio	18,2	19,5	18,4	17,1	18,9	15,8	18,2	13,7	17,9
Junho	17,1	19,3	17,9	18,0	19,1	15,2	18,3	13,4	17,9
Julho	18,3	19,7	18,1	17,9	18,3	16,6	18,2	13,0	17,8
Agosto	19,7	19,8	18,2	17,7	18,1	17,0	18,1	13,5	17,8
Setembro	18,6	19,8	18,4	17,5	18,0	17,0	18,0	12,8	17,7
Jan.-set./2010	18,4	19,4	18,1	17,5	18,7	16,1	18,2	13,8	17,9

Fonte: PME/IBGE e PME/Ipardes.

TABELA VII.2

### Participação dos empregados por conta própria na ocupação total por região metropolitana (Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	PME IBGE	CT	Total
2003	24,1	22,4	19,4	22,6	17,5	19,5	20,0	20,6	20,1
2004	24,2	24,5	19,0	23,3	17,9	18,7	20,3	19,5	20,2
2005	22,6	23,1	18,6	23,2	16,5	17,8	19,4	19,5	20,2
2006	22,0	22,5	18,2	23,1	16,1	18,7	19,2	19,5	20,2
2007	21,2	22,7	17,8	22,8	17,2	18,2	19,4	19,8	19,4
2008	22,8	21,3	16,7	22,3	16,7	17,3	18,8	18,1	18,8
2009	23,3	21,4	16,6	22,4	16,4	17,7	18,8	19,1	18,8
Jan.-set./2009	23,4	21,2	16,6	22,3	16,3	17,4	18,7	19,5	18,7
2010									
Janeiro	23,2	22,4	16,8	22,5	16,5	17,5	18,9	17,6	18,9
Fevereiro	23,0	22,0	16,6	21,7	16,4	17,1	18,6	17,4	18,6
Março	22,6	22,8	16,0	21,7	16,5	17,2	18,6	18,4	18,6
Abril	22,1	22,0	16,0	21,0	16,3	17,4	18,3	18,2	18,3
Maio	21,3	22,3	16,2	21,3	16,4	17,2	18,4	18,1	18,4
Junho	20,4	22,2	15,8	20,8	16,0	17,8	18,1	17,7	18,1
Julho	21,1	21,1	15,8	21,0	16,9	17,7	18,4	17,5	18,4
Agosto	21,0	21,5	15,8	21,4	16,6	17,4	18,4	17,6	18,3
Setembro	21,1	20,5	15,1	21,9	16,1	17,1	18,1	18,4	18,1
Jan.-set./2010	21,8	21,9	16,0	21,5	16,4	17,4	18,4	17,9	18,4

Fonte: PME/IBGE e PME/Ipardes.

TABELA VII.3

**Diferencial de rendimentos efetivamente recebidos pelos empregados do setor privado com e sem carteira assinada, por região metropolitana**

(Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	PME IBGE	CT	Total
2003	84,7	96,6	62,0	59,9	73,6	51,3	68,5	47,6	67,1
2004	74,2	91,8	78,8	54,6	74,9	48,4	67,5	51,8	66,4
2005	79,8	83,5	71,3	50,0	63,1	51,4	59,6	46,1	58,7
2006	91,8	81,7	63,9	56,2	59,1	55,0	61,3	46,5	60,3
2007	81,2	86,3	54,8	53,5	51,3	52,6	54,2	37,5	53,0
2008	78,5	79,1	51,6	51,1	58,8	52,4	57,0	43,2	56,0
2009	81,7	63,3	48,9	53,9	50,2	47,7	50,9	49,8	50,8
Jan.-ago./2009	73,7	63,2	45,9	53,6	47,7	45,0	48,7	43,8	48,4
2010									
Janeiro	64,7	53,3	46,2	44,5	32,0	28,7	37,0	47,6	37,7
Fevereiro	73,4	65,8	56,5	48,7	25,8	34,8	35,8	57,8	37,2
Março	64,1	69,0	37,5	48,3	37,9	43,6	42,3	31,4	41,5
Abril	79,1	64,4	44,5	31,1	34,0	37,2	36,6	43,4	37,0
Maio	66,5	77,3	24,6	38,5	33,2	36,4	35,7	44,5	36,3
Junho	40,0	93,3	41,2	21,8	24,6	45,6	29,6	42,5	30,4
Julho	47,7	94,4	30,0	27,5	36,3	44,6	37,6	31,1	37,1
Agosto	61,9	74,1	34,0	42,0	26,1	38,3	34,7	35,6	34,7
Jan.-ago./2010	62,2	74,0	39,3	37,8	31,2	38,6	36,2	41,8	36,5

Fonte: PME/IBGE e PME/Ipardes.

TABELA VII.4

**Diferencial de rendimentos efetivamente recebidos pelos empregados do setor privado com carteira assinada e os trabalhadores por conta própria, por região metropolitana**

(Em %)

Período	RE	SA	BH	RJ	SP	PA	PME IBGE	CT	Total
2003	62,5	63,7	18,4	35,3	34,8	8,3	37,8	9,6	35,7
2004	49,9	57,4	19,6	29,7	34,8	13,7	36,3	11,1	34,5
2005	42,3	54,2	19,4	25,0	29,5	11,4	31,7	-0,3	29,2
2006	54,3	58,1	13,8	27,7	31,4	1,6	32,3	-3,0	29,4
2007	44,8	61,3	12,9	22,0	24,8	5,0	26,6	1,1	24,6
2008	46,9	58,5	10,2	16,9	19,3	6,3	22,3	3,6	20,9
2009	59,5	46,8	8,9	24,0	11,6	0,3	20,1	0,9	18,6
Jan.-ago./2009	54,0	51,0	5,5	19,3	8,1	-0,9	16,7	-4,7	14,9
2010									
Janeiro	54,1	72,6	9,9	29,8	10,3	-8,8	19,8	0,3	18,1
Fevereiro	66,3	81,3	6,1	21,9	6,4	-6,3	16,5	5,0	15,5
Março	51,2	81,9	3,1	27,9	5,3	-9,5	15,8	-4,5	14,1
Abril	46,5	67,1	7,3	20,5	12,5	-6,6	18,2	6,8	17,3
Maio	33,5	61,4	3,6	17,2	7,9	-4,1	14,4	-2,3	13,1
Junho	31,2	45,7	6,7	21,4	8,4	-3,6	15,3	-10,8	13,0
Julho	35,4	53,9	2,0	14,7	10,1	-4,0	14,9	-0,9	13,7
Agosto	28,7	41,8	-11,4	24,1	6,2	-10,9	12,1	-4,8	10,7
Jan.-ago./2010	43,4	63,2	3,4	22,2	8,4	-6,7	15,9	-1,4	14,4

Fonte: PME/IBGE e PME/Ipardes.



## **EDITORIAL**

### **Coordenação**

Cláudio Passos de Oliveira

### **Supervisão**

Marco Aurélio Dias Pires

Everson da Silva Moura

### **Revisão**

Luciana Dias Jabbour

Reginaldo da Silva Domingos

Andressa Vieira Bueno (Estagiária)

Leonardo Moreira de Souza (Estagiário)

### **Editoração Eletrônica**

Bernar José Vieira

Cláudia Mattosinhos Cordeiro

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Luís Cláudio Cardoso da Silva

Renato Rodrigues Bueno

### **Livraria**

SBS - Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES - Térreo

70076-900 - Brasília - DF

Tel.: (61) 3315-5336

Correio eletrônico: [livraria@ipea.gov.br](mailto:livraria@ipea.gov.br)



Ipea – Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada

Secretaria de Assuntos  
Estratégicos

Ministério do  
Trabalho e Emprego



ISSN-1676-0883

